



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS
DOS GRUPOS DE TRABALHO

P8

SÃO PAULO
Fevereiro 2022



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
Principais temas abordados durante os debates nas reuniões dos Grupos de Trabalho setoriais (GTs):.....	3
MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DOS GRUPOS TÉCNICOS	6
1. Grupo Técnico de Macrozoneamento	7
2. Grupo Técnico de Macrozoneamento	36
3. Grupo Técnico de Transporte e Logística	63
4. Grupo Técnico de Transportes e Mobilidade	82
5. Grupo Temático de Desenvolvimento Econômico	98
6. Grupo Setorial de Agricultura	118
Equipe Técnica	132

APRESENTAÇÃO

O processo de construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) exige minucioso trabalho de pesquisa e discussão em diversos níveis para entender as dinâmicas urbana e socioeconômica regional, a necessidade e a característica de cada região.

É a partir dessas dinâmicas que é possível planejar as demandas que surgem e que soluções podem ser propostas e incluídas no PDUI, de maneira que possa contribuir com o desenvolvimento da região.

É um trabalho de fases em que cada uma tem sua importância. No processo participativo, durante as oficinas regionais, foi possível contar com a participação de quem vive o dia a dia do município. Nesta fase, conhecer os problemas e os potenciais de cada lugar do ponto de vista do poder público municipal e da sociedade civil serviu de insumo para outra fase importante: as discussões que aconteceram nas reuniões dos Grupos Técnicos (GTs).

Os grupos de trabalho temáticos (GTs) são fóruns de discussão e análise das propostas e sugestões não só produzidas pela equipe técnica da Fipe, mas também apresentadas nas oficinas regionais e enviadas via plataforma digital, que foram debatidas com instituições setoriais do Governo do Estado de São Paulo com afinidade das temáticas relativas às FPICs.

Diferente da realização das oficinas, que aconteceram de maneira regional, as reuniões dos GTs foram setoriais, com grupos de trabalho do Governo do Estado de São Paulo.

São essas reuniões que integram o **Produto 8 – Sistematização dos resultados dos grupos de trabalho**. Organizados de acordo com as temáticas que são foco do PDUI, esses encontros dos GTs aconteceram de 3 a 12 de novembro de 2021.

Os conteúdos/propostas abordados nos GTs, provenientes de públicos diversos, foram organizados por temas, conforme tratado no documento **Diagnóstico (P7)**, estruturado em eixos transversais, relativos ao escopo dos respectivos PDUIs. Assim, as FPICs aí destacadas foram consideradas a partir da transversalidade necessária para a ampliação de ações territoriais. É importante destacar que os GTs constituídos também sugeriram novas propostas, que foram incorporadas ao Caderno Preliminar de Propostas.

As discussões promovidas nos GTs temáticos buscaram estabelecer os consensos quanto às diretrizes a serem estabelecidas, bem como ações estratégicas de curto e médio prazos, que poderão ser assumidas no âmbito da gestão estadual.

Os coordenadores da Fipe responsáveis pelas Unidades Regionais participaram das reuniões dos GTs para definir diretrizes e ações estratégicas, por meio da mediação dos debates, fazendo questionamentos, complementação do levantamento de dados e também o registro de suas conclusões, para apoiar as análises e outras atividades relacionadas, como a elaboração dos estudos, análise e proposições em curso.

Os grupos de trabalho, compostos por representantes setoriais do Governo do Estado de São Paulo, foram organizados em seis reuniões, abordando temas importantes do PDUI com o objetivo de definir, conjuntamente, as diretrizes para o macrozoneamento e para as FPICs. Em todas as reuniões, a equipe da Fipe apresentou o Panorama Regional, a partir de dados, informações e mapas enviados por alguns municípios e pelos próprios órgãos setoriais do Estado.

Principais temas abordados durante os debates nas reuniões dos Grupos de Trabalho setoriais (GTs):

- 1. Macrozoneamento, em 3/11/2021**, primeira reunião, participaram: a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), com representantes da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA); a Sabesp (Diretora da Área de Interior); e a Subsecretaria de Energia/Coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica e Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração.

Os debates focaram, entre outros temas: nas infraestruturas de saneamento, energia e a questão do meio ambiente, macrozonas de preservação ambiental, áreas de uso sustentável, o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e algumas alternativas sobre a geração distribuída de energia elétrica, sobre a capacidade do governo do estado de atuar na mudança da matriz energética usando fontes renováveis e o caso do Vale do Paraíba, zoneamento ambiental mineral e política mineral estadual.

- 2. Macrozoneamento, em 5/11/2021**, segunda reunião com a presença de representantes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbanismo (CDHU) e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), cujo debate teve como foco a regularização fundiária em área rural para usos urbanos, programas oferecidos pelo Itesp, dados, informações, mapeamentos, dentre outros temas.

Com a Secretaria da Habitação/CDHU, os principais assuntos discutidos foram: os cruzamentos para assentamentos subnormais em áreas de risco para se pensar uma diretriz de enfrentamento; vulnerabilidade territorial das populações desassistidas, principalmente diante dos últimos dados que demonstram o quanto a informalidade, a irregularidade e a precariedade estão presentes no processo da urbanização atual; mapeamento de assentamentos precários; demanda por habitação nas unidades regionais estudadas, dados informações e mapeamento.

Sobre o macrozoneamento, nas duas reuniões foi apresentada uma visão mais geral sobre a metodologia utilizada para produzir os mapas até chegar no mapa preliminar, por meio do levantamento da legislação urbanística e ambiental incidente no território que cause algum impacto.

Esta proposta, apresentada às prefeituras e à sociedade civil, foi enviada aos municípios para validação de pertinência e correção da leitura da legislação feita pela equipe Fipe, para posterior devolução com possíveis ajustes a serem feitos.

As propostas dos grupos setoriais e os ajustes sugeridos pelas prefeituras municipais serão incorporados à versão final do macrozoneamento, a ser concluída em maio de 2022, contendo todas as contribuições resultantes do processo participativo.

- 3. Transporte e Logística, em 8/11/2021** (manhã), terceira reunião, com a presença da Secretaria de Logística e Transporte (SLT) e representantes do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de Rio Claro e Ribeirão Preto, para tratar da logística de carga da macrometrópole e a perspectiva de trens regionais; transporte e mobilidade públicos; o PAM-TL, projeto que agrega a logística de carga da macrometrópole e a perspectiva de trens regionais; o Trem Intercidades (TIC); o Programa de Estradas Vicinais; duplicação de rodovias; travessias litorâneas; modernização do Porto de São Sebastião, do Porto Seco de Franca e de Cruzeiro; concessão de rodovias e aeroportos; conflito entre transporte rodoviário e intermunicipal; Corredor Verde – VLT, e questões tarifárias.
- 4. Transportes e Mobilidade, em 8/11/2021** (tarde), quarta reunião, com a presença da Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), da CPTM e EMTU, para debater a necessidade de integração dos modais, questões tarifárias e gratuidade nos transportes; concessões; conflito entre transporte rodoviário e municipal; Trem Intercidades (TIC); gestão do transporte intermunicipal pela EMTU; PAM-TL; transporte ferroviário, dentre outros.
- 5. Desenvolvimento Econômico, em 9/11/2021**, quinta reunião, com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Turismo e Viagens (STV) e Desenvolve São Paulo, para debater o desenvolvimento urbano integrado; a questão de turismo em Piracicaba, Jundiaí, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Franca e Ribeirão Preto; as atividades econômicas ligadas à agricultura e ao turismo; programa de polos de desenvolvimento; fomento ao desenvolvimento do agronegócio; Arranjos Produtivos Locais (APLs); melhorias sociais e ambientais com os royalties do petróleo no Litoral Norte; capacitação de mão de obra pelo Sebrae versus oferta e demanda de emprego e; apoio da Desenvolve SP às prefeituras municipais.
- 6. Agricultura, em 12/11/2021**, sexta reunião, com a presença da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e representantes de São Paulo, Franca, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba e Litoral Norte. Os principais temas debatidos foram: agronegócio; questões ambientais relativas aos fenômenos dos fortes ventos e poeira que aconteceram nas cidades recentemente; realocação da produção agrícola e pecuária; queimadas; cobertura vegetal nativa; produção leiteira; agricultura familiar; Projeto Melhor Caminho; crédito rural; preservação de ativos ambientais; Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS); Associação de Produtores de Cafés Especiais; Programa Microbacias; Aquífero Guarani; e fomento à silvicultura, dentre outros.

Os debates que resultaram dos Grupos de Trabalho Temáticos foram fundamentais para a equipe entender os processos de desenvolvimento econômico na sua dimensão regional. As análises foram feitas a partir de recortes horizontais, transversais e verticais, com vistas a uma ação conjunta interativa entre os diversos instrumentos de políticas públicas.

A busca das vocações e potencialidades das regiões permitiu identificar a falta de política pública geral e de estratégia de desenvolvimento dos planos de desenvolvimento, sejam em nível federal, estadual ou municipal.

Os debates mostraram, ainda, a necessidade de embasar uma visão mais ampla na realidade local, nas percepções de potencialidades derivadas dessas observações locais e necessidade de perceber, a partir das regiões, o que o governo estadual pode fazer no seu planejamento regional.

Portanto, as várias secretarias, órgãos públicos e sociedade civil que participaram do processo participativo de construção dos PDUs tiveram um papel muito importante na formação de consensos.

No processo de construção dos planos, foi criado um banco de dados secundários pesquisados em níveis municipal, estadual e federal, e, em todos os debates do processo participativo, foram analisados os mapeamentos georreferenciados, sistemas de informações e base de dados utilizados pela equipe da Fipe. Posteriormente, esse conteúdo foi enriquecido com outros disponibilizados pelos municípios e órgãos setoriais participantes dos GTs, o que permitiu a elaboração de insumos técnicos cartográficos e estatísticos para fundamentação das discussões e para subsidiar a produção de mapas sínteses.

Vale ressaltar que, em todas as fases do projeto, o levantamento e a coleta dos contatos de prefeitos, secretarias, diretorias, coordenadorias, conselhos e outros órgãos públicos, além de entidades ou pessoas físicas da sociedade civil, tiveram continuidade, visando à atualização constante do *mailing list*, envio de convites e contatos.

A sistematização feita pela Fipe dos resultados de cada GT é apresentada a partir do registro das memórias das reuniões realizadas, que estão incorporadas neste relatório conforme segue.

MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DOS GRUPOS TÉCNICOS

É importante destacar que, para cumprir os protocolos sanitários de proteção relacionados à pandemia provocada pelo vírus da Covid-19, que pede distanciamento social, as reuniões aconteceram de forma remota, por meio de plataformas digitais.

Na sequência, são apresentadas as memórias das reuniões dos GTs com órgãos setoriais do Governo do Estado de São Paulo.

Grupos de Trabalho Setoriais

DATA	TEMA	SETORES PARTICIPANTES
3/11/2021	Macrozoneamento	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA/CPLA)
		Sabesp – Diretora da Área de Interior
		Subsecretaria de Energia/Coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica
		Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração
5/11/2021	Macrozoneamento	Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH)
		Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)
8/11/2021 (manhã)	Transporte e Logística	Secretaria de Logística e Transporte (SLT)
		Departamento de Estradas de Rodagem – Regional Rio Claro
		Departamento de Estradas de Rodagem – Regional Ribeirão Preto
8/11/2021 (tarde)	Transporte e Mobilidade	Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM)
		Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)
		Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU)
09/11/2021	Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)
		Secretaria de Turismo e Viagens (STV)
		Desenvolve São Paulo
12/11/2021	Agricultura	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) – São Paulo, Franca, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba e Litoral Norte

1. GRUPO TÉCNICO DE MACROZONEAMENTO

Registro da reunião do Grupo Técnico de Macrozoneamento, que aconteceu no dia 3 de novembro de 2021.

Participantes:

- Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA/CPLA) – NMC
- Sabesp – MP
- SIMA/CPLA – CMAA
- SIMA/CPLA – GKS
- SIMA/Subsecretaria de Energia – RC
- Coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica – JRMA
- Coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica – RA
- SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração – CG

CG – Coordenação de Mineração comentou ter grande interesse em participar de um debate nessa área já que participou de vários PDUIs da região metropolitana com a área temática de mineração porque envolve praticamente todos os municípios do Estado de São Paulo e, dentro do que foi colocado, considerou ser bem interessante porque tem uma atuação no Vale do Paraíba que está iniciando e ouvir as propostas da equipe da Fipe vai ajudar no desenvolvimento desse trabalho. Disse que a intenção é interagir com a equipe em todas as temáticas do PDUI.

RN – Fipe iniciou a reunião explicando que o encontro estava sendo gravado porque a Fipe precisa prestar contas ao Ministério Público, por isso, todas as oficinas regionais e os grupos de trabalho são gravados e os links enviados para o Ministério público.

Agradeceu o recebimento de dados e informações que foram enviados pelos representantes e destacou que foram muito úteis para se entender a dinâmica das questões que estão sendo tratadas e que contribuirão para a elaboração do diagnóstico.

Declarou ainda que participavam da reunião novos colegas que estavam tendo um primeiro contato com o projeto que estava sendo elaborado por meio de um contrato firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a Fipe para desenvolver cinco PDUIs em um ano.

“Precisamos entregar em julho de 2022 a minuta do projeto de lei para que o governo possa encaminhar para a Assembleia Legislativa. Na etapa atual fizemos contatos com diferentes segmentos no mês de outubro por meio de oficinas regionais, com prefeituras e sociedade civil e agora estamos fazendo cinco rodadas de debates com grupos de trabalho compostos por representantes dos setoriais do estado. Estamos abordando as infraestruturas de saneamento, energia e a questão do meio ambiente, por isso, estão participando a Sabesp na pessoa da diretora para área de interior que é o que estamos focando no PDUI.

Vamos fazer uma rodada com a Secretaria de Habitação e os diferentes programas que ela tem, com a Secretaria de Logística e Transporte e uma outra com a Secretaria de Transporte Metropolitano e, por fim, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Desenvolve São Paulo. Com isso fechamos a rodada com o governo do estado”, explicou.

RN destacou ainda que, em janeiro, as propostas setoriais e a proposta preliminar de macrozoneamento apresentada na reunião serão discutidas em audiência pública. “Temos uma plataforma digital para cada Unidade Regional e o próprio governo e as prefeituras podem escrever as propostas e a equipe da Fipe faz a triagem daquilo que é passível de entrar no PDUI. Todas que não entrarem por não serem municipal ou por não estarem no escopo, será devolvido para quem apresentou com a justificativa das razões da proposta não ter sido incorporada. Essa é a sistemática que adotamos”, detalhou.

Foi informado que a pauta da reunião era apresentar para cada Unidade Regional o mapa preliminar do macrozoneamento. Na sequência, um mapa que servirá para discutir o panorama do saneamento nessas regiões. E depois, serão apresentadas algumas questões para levantar na área de energia.

“No macrozoneamento vamos apresentar o mapa para fazermos uma discussão sobre saneamento e na área de energia vamos discutir algumas alternativas sobre a geração distribuída, sobre a capacidade do governo do estado de atuar na mudança da matriz energética e o caso do Vale do Paraíba”.

RN disse ainda que a questão da mineração e seus conflitos são conhecidas, especialmente a turma da energia e da Sabesp. “Estamos tratando aqui da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a Região Metropolitana de Jundiaí, a Aglomeração Urbana de Franca, a Região Metropolitana de Piracicaba e a Região Metropolitana de Ribeirão Preto. São essas cinco unidades regionais que vamos apresentar aqui por meio de dois mapas para fazer as discussões sobre energia”, disse.

Com relação ao macrozoneamento, **RN** disse que seria passada uma visão mais geral sobre a metodologia utilizada para produzir os mapas até chegar no mapa preliminar que é um levantamento da legislação urbanística e ambiental que é incidente no território e que causa algum impacto.

Muitos municípios não têm plano diretor ou legislação urbanística como a região do Vale do Paraíba que é formada por 39 municípios e apenas 25 tem algum instrumento urbanístico incidente no território. Para os municípios sem Lei de Perímetro, que não tem plano diretor, lei de zoneamento, lei ambiental foram usados os setores censitários do IBGE para identificar o que é urbano e o que é rural.

A partir desse levantamento da legislação foi feito um mapeamento dessas zonas e foi criada uma legenda capaz de unificar essa pulverização de conceitos e siglas que as legislações trazem que foi chamada de leitura unificada.

“Isso gerou um mapa que permitiu comparabilidade, de tal forma, que quando se falasse em área de proteção, a definição era a mesma em todos os lugares. Quando se falasse em adensamento ou uso sustentável, o conceito que tivesse por trás daquela nomenclatura pudesse gerar uma comparabilidade. Com essa metodologia fizemos uma análise e geramos nove zonas que foram passíveis de unificar essa leitura pulverizada”, explicou.

RN disse que essa proposta já foi apresentada para as prefeituras e para a sociedade civil. Agora, está sendo enviada individualmente para cada município validar se a leitura da legislação feita pela equipe da Fipe está correta ou não. Caso não esteja, os municípios vão subsidiar a equipe para que sejam feitos os ajustes. Portanto, esse mapa apresentado hoje ainda é passível de alteração.

“Mas, ele só sofrerá alteração depois da rodada com o setorial do estado e depois das audiências públicas. Dessa maneira, só teremos a versão final do macrozoneamento em maio de 2022. Esse é o percurso metodológico que definimos e que eu queria explicar para vocês antes de entrarmos no detalhe de cada unidade regional”, ressaltou.

Antes de passar a palavra para as pessoas que vão apresentar pelas suas Unidades Regionais, **MG – Fipe**, coordenadora executiva do projeto e coordenadora do bloco do ordenamento territorial no âmbito desse projeto, foi convidada a complementar com alguma questão.

MG – Fipe agradeceu em nome da equipe a disponibilidade de todos em escutar e colaborar para um diálogo produtivo para todas as partes e, principalmente, no caso da Fipe.

“Precisamos muito do conhecimento dos técnicos para fazer um contraponto com a interpretação que foi dada na espacialização das legislações e na construção desse mapa unificado que a **RN – Fipe** explicou tão bem. Eu não tenho o que acrescentar apenas dizer que é um trabalho que está sendo feito com muito empenho por uma equipe grande e muito competente, com pessoas que estão há muito tempo nessa tarefa metropolitana. Para nós tem sido um exercício muito interessante de reencontro com as questões metropolitanas. Por se tratar de um compromisso em montar cinco PDUs dentro de um prazo tão curto, nós esperamos a colaboração de todos vocês para chegarmos no melhor resultado para todas as Unidades Regionais. Vamos apresentar na sequência o mapeamento preliminar do macrozoneamento e é importante frisar que é preliminar e que daqui para frente ele poderá sofrer alterações a partir de todas as contribuições que vamos receber”, disse.

JJL – SSAM/SDR agradeceu, em nome do secretário MV, a presença dos representantes setoriais e colocou a SDR à disposição das secretarias estaduais nas questões que envolvem os PDUs e outros planos do estado em realização.

RN – Fipe retomou a coordenação da reunião e anunciou o início da primeira apresentação sobre a Região Metropolitana de Jundiaí. Esclareceu ainda que Jundiaí e Piracicaba já estavam em curso quando a Fipe entrou no processo e foi realizada uma reorganização da documentação em cima do que já tinha sido discutido. Quem coordena essas duas aglomerações é **SM – Fipe** que passará para a técnica **MY – Fipe** fazer a apresentação.

MY – Fipe apresentou de forma detalhada um mapa do macrozoneamento com quatro grandes macrozonas, sendo duas com funções urbanas que são a preservação ambiental e o uso sustentável rural ou interesse de uso urbano e a macrozona urbana em área de proteção ambiental.

Começou pela macrozona de uso sustentável rural. **MY** disse que seria importante trazer as duas grandes APAs das áreas de proteção ambiental incidentes na aglomeração que são as APAs Jun- diaí e Cabreúva para reforçar diretrizes de sustentabilidade. Resolveu-se também agregar os re- manescentes de área rural dos municípios.

Já a macrozona de preservação ambiental teria um caráter mais restrito de ocupação e foram incorporadas as áreas de vegetação nativa dentro dessas APAs que conforme o decreto de regula- mentação, tem restrição de ocupação. “A macrozona de interesse de uso urbano corresponde aos perímetros urbanos ou as macrozonas urbanas dos municípios. Isso quando elas não coincidem com a macrozona de uso sustentável porque nesse caso nós criamos a macrozona urbana em APA, justamente, para destacar essas áreas e estabelecer”, justificou.

MY disse que a resolução de criar de uma macrozona específica urbana em APA foi porque nessa região as áreas já são fortemente urbanizadas e consolidadas e tem um papel muito importante no desenvolvimento econômico aglomeração.

Nas oficinas regionais, houve a tentativa de explorar um pouco mais as macrozonas ambientais discutindo com os municípios a possibilidade de agregar outros elementos na composição dessas áreas, como por exemplo, no mapa de leitura unificada que nós produzimos, foi levada a proposta de incorporar zonas e macrozonas municipais que eram caracterizadas com funções de preser- vação ou de sustentabilidade do uso.

Outro elemento discutido pela equipe foram as áreas sujeitas a ocorrência de desastres naturais então, foi usada a carta de risco de inundação e escorregamento do Instituto Geológico, mas, também foi discutido sobre as cartas de suscetibilidade a movimentos de massa que nessa região existem para todos os municípios.

“Outro elemento que discutimos foram as áreas cadastradas de reserva legal lá no sistema do Cadastro Ambiental Rural. E as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade de um es- tudo do Ministério do Meio Ambiente. É principalmente essas questões que a gente gostaria de trazer para saber se essa proposta das macrozonas faz sentido do ponto de vista ambiental ou se existem outros estudos ou informações que vocês acham pertinentes a gente levantar incorporar nessa proposta”, afirmou.

Nas propostas de macrozonas da região metropolitana de Piracicaba a equipe técnica achou in- teressante separar o rural do sustentável nessa região porque elas apresentam características muito distintas e nessa região a área rural é muito representativa. Então, nessa macrozona de uso sustentável foram incluídas as APAs que existem nessa região de Piracicaba, Juqueri Mirim, Tietê, Barreiro e a RPPN São Elias.

RN – Fipe esclareceu que os participantes vão receber o mapeamento do macrozoneamento para ser avaliado e devolvido à equipe da Fipe por e-mail. “A ideia, nesse momento, é apresentar e ver se a proposta faz sentido para todos. Vocês terão oportunidade de ver os conceitos mais claramente dessas macrozonas, mas, ainda não fizemos as diretrizes de orientação para os planos diretores a partir dessas macrozonas. Essa é uma fase posterior”, detalhou.

A pauta hoje é apresentar o mapa preliminar do macrozoneamento para cada Unidade Regional. Na sequência, tem um mapa que é o panorama do saneamento nessas regiões. E por fim, algumas questões para levantar na área de energia.

Na sequência, a coordenadora da UR do Vale do Paraíba e Litoral Norte **ZA – Fipe** foi convocada para fazer a apresentação da proposta de macrozoneamento para a região.

ZA – Fipe lembrou que o Vale do Paraíba e Litoral Norte têm 39 municípios e foi possível identificar planos diretores e leis de uso e ocupação do solo para apenas 25 deles, onde foi possível espacializar macrozonas e zonas. Para os outros 14 municípios, nesse primeiro ensaio, foram espacializados os setores censitários do IBGE 2020. Após esse levantamento e espacialização, as macrozonas e zonas municipais foram reclassificadas em nove macrozonas válidas para toda a região, num processo que denominado Leitura Unificada para que se possa ter uma leitura regional.

E, por fim, foram agregadas as nove macrozonas da leitura unificada em três macrozonas, com vistas a elaboração da proposta preliminar de macrozoneamento regional: Macrozona de Consolidação da Urbanização; Macrozona de Preservação Ambiental e Macrozona de Uso Sustentável. Vale destacar que, além das leis municipais dos planos diretores e de uso e ocupação do solo, foram considerados o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte (ZEE), as Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas. Após as Oficinas Regionais, estamos fazendo ajustes necessários sugeridos pelos municípios.

Explicou que os conceitos são muito semelhantes para o Vale que tem 39 municípios e apenas 25 têm macrozonas nos planos diretores e leis de uso do solo. Nos demais, nesse primeiro ensaio, foram aplicados os setores censitários e trabalhadas nove macrozonas, como proposta para o macrozoneamento regional, reduzidas a três zonas: consolidação urbana; áreas de preservação ambiental; área de uso sustentável. Além dos planos municipais também foi considerado o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte (ZEE). Após as Oficinas Regionais, estão em andamento ajustes necessários sugeridos pelos municípios. “Estamos incorporando para o litoral, novas unidades de conservação e novos elementos como terras indígenas e quilombolas”, revelou.

Destacou ainda que no primeiro ensaio foram mostradas as macrozonas de preservação ambiental que são mais restritivas; as macrozonas de uso sustentável rural foram mantidas juntas porque faz sentido nessa região esse tratamento de uso sustentável para as áreas rurais e as macrozonas urbanas de consolidação.

Concluindo, nas Oficinas Regionais foi ressaltado que, diante do mapa de Macrozoneamento regional formulado, os municípios que integram a região deverão adequar seus respectivos

planos diretores, considerando ainda a necessidade de unificar nomenclaturas, com base em premissas de legislação. Foram trabalhadas nove zonas, como proposta para o macrozoneamento regional, reduzidas a três zonas: consolidação urbana; áreas de preservação ambiental; área de uso sustentável.

CL – Fipe apresentou a proposta de macrozoneamento para a região de Ribeirão Preto e destacou que em Ribeirão foram levantadas as mesmas informações que as outras Unidades Regionais (URs) e a equipe trabalhou com a mesma base de dados e em todos os mapas foram feitos os cruzamentos iniciais. Comentou ainda que nas outras URs têm muita área legislada e foi possível fazer uma sistematização dessa regulamentação, mas ressaltou que em Ribeirão o desafio é maior.

Nessa região o ponto chave desse território, uma vez que o PDUI olha para o futuro é que a segurança hídrica tem que ser razoável, sobretudo em Ribeirão que usa muita água a partir de Aquífero Guarani. Ribeirão Preto é 100% abastecida pelo aquífero e usamos a base da SIMA que é o mapa da Vulnerabilidade de Aquíferos, como um primeiro dado. Mas, a macrozona tem que ser mais contínua, mais abrangente e aí existe esse desafio.

Explicou ainda que a decisão da equipe em não chamar a área de proteção aos mananciais de macrozona de proteção aos mananciais é porque houve o entendimento de que área de proteção não é competência do PDUI que por ter sua lei própria tem que ter diretrizes muito mais detalhadas nos planos diretores mas, pode ser uma oportunidade de dar esse primeiro passo e criar essa macrozona que seria de proteção dos aquíferos subterrâneos de mananciais e, também, superficiais porque em Franca é mais relevante, além de algumas unidades de conservação – ou áreas – que devem ser protegidas e que os municípios já apontaram nas oficinas regionais.

“É importante debater com os órgãos setoriais para ver qual seria a melhor fonte dados para fazer essa análise. Encontramos um trabalho do IPT de 2010 em que é proposta uma área de proteção de mananciais do sistema do Aquífero Guarani que é um polígono com característica de macrozona. As outras macrozonas são mais fáceis traçar, já temos a leitura dos planos diretores para definir as urbanas e rurais”, disse.

A região de Pitangueiras é o único município que define no seu plano diretor um rural sustentável, mas será analisado com mais atenção o território na linha do que fizeram em Piracicaba para ver se é possível separar esse rural sustentável e se é mais sustentável mesmo.

RN – Fipe explicou que no caso de Piracicaba foi criado um zoneamento sustentável específico para área rural considerando a perspectiva do peso econômico que o agronegócio tem e isso vai ser verdade para Franca e Ribeirão Preto onde o agronegócio também é forte. Diferente do Vale do Paraíba onde a atividade industrial tem maior relevância.

No Vale do Paraíba são os ativos ambientais que estão, em alguma medida, em áreas já protegidas, ou mesmo, no perímetro rural então esse é o panorama do macrozoneamento.

Na sequência, teve início a apresentação, por Unidade Regional do tema saneamento básico.

SM – Fipe apresentou o mapa sobre saneamento básico da Região Metropolitana de Jundiaí com indicador de coleta e tratabilidade de esgoto da população urbana de cada município. O conteúdo abrange o tratamento de esgoto da população urbana de cada município, destacando os municípios operados pela Sabesp, pela administração municipal que são Jundiaí e Louveira e outro que é operado por uma autarquia.

Outro elemento é a taxa de crescimento da população e o grau de urbanização. Detalhou ainda a explicação sobre o significado dos indicadores usados no mapa em que as cores definem as condições de cada município. Destacou que alguns municípios operados pela Sabesp, como por exemplo Jarinu, tem um indicador de 3,89 que está na faixa entre 2,6 e 5. Jarinu é um município que tem apresentado uma alta taxa de crescimento com previsão para a década de 2020 a 2030 de dobrar o crescimento da região, com uma taxa de urbanização de 86%. Explicou que usou Jarinu para saber da Sabesp como é possível melhorar a condição dos municípios pequenos.

Comentou ainda que os dados do SNIS só estão disponíveis para Louveira e Jundiaí. Então, é preciso saber se a Sabesp tem esses dados de cobertura de água e de coleta porque alguns municípios operados por ela alegaram não ter os dados, por isso, perguntou como poderia ter acesso a dados mais atuais com relação a distribuição de água e coleta de esgoto.

Ressaltou, também, que o caso de Piracicaba é bem diferente porque a maioria dos municípios não é operado pela Sabesp e os poucos que são estão em boas condições. “Nessa região tem alguns municípios em situação crítica operados pela administração municipal, seja administração direta, seja pelas autarquias, por exemplo, Araras é o município maior, mas os outros são bem pequenos e todos operados pela Sabesp”.

Destacou ainda que o indicador do saneamento básico é, na maioria dos casos, a grande dificuldade é dos municípios menores. Porém, no caso de Águas de São Pedro, a qualidade da água é boa. Então, a equipe optou por trazer o tema para discussão para saber se a Sabesp tem alguma proposta de como ajudar esses municípios que estão operando os seus tratamentos e os seus serviços de saneamento e que não conseguem melhorar esse indicador.

ZA – Fipe apresentou o mapa sobre saneamento básico da Unidade Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Com relação aos serviços de saneamento na região, 28 municípios são operados pela Sabesp, oito pelas administrações municipais, dois privados e um não foi possível obter a informação que é São José do Barreiro.

De uma forma geral, sobre a situação do esgoto da região, olhando o ICTEM (Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto), avalia-se que a região tem uma situação regular, com diferenças importantes entre os municípios, e uma proporção grande de municípios com boas condições de saneamento.

Até o momento dessa reunião, a região com relação ao IC não tem a pior situação. Esse é o retrato da Região Metropolitana do Vale Paraíba e Litoral Norte que tem um mix é de situações, mas tem uma proporção bem grande de municípios com boas condições de saneamento.

F – Fipe apresentou o mapa sobre saneamento básico da Unidade Regional do Agrupamento Urbano Franca. A região possui oito municípios operados pela administração municipal, três por autarquias, dez pela Sabesp e um por uma empresa privada. Observa-se que a grande maioria dos municípios estão em boa situação, apenas Guaíra e São Joaquim da Barra estão numa faixa pior.

F explicou que os dados sobre o índice de perdas na indústria, abastecimento de água e esgotamento sanitário foram retirados do SNIS e esclareceu ser importante debater o tratamento a ser dado para as áreas urbanas, pensando no marco regulatório e como tratar as áreas rurais, tanto quanto ao abastecimento como para o esgotamento sanitário.

Lembrou ainda que na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, existe uma prevalência um pouco mais expressiva de 25 municípios com operação pela administração pública direta, cinco por autarquias, oito municípios operados pela Sabesp e um por empresa privada.

“Nessa região tem um pouco mais de homogeneidade no sentido de que prevalece o direito público pela administração por meio das próprias prefeituras. Porém, já se mostra um pouco mais preocupante porque tem alguns municípios que integram a faixa de pior qualidade”, analisou.

F destacou não foi possível verificar nas respostas enviadas pelos municípios para o SNIS já que o sistema de informações não contabiliza o tratamento individualizado para as áreas rurais, mas a região tem uma área rural com uma expressão maior pela forte presença do agronegócio, mas não existe nenhum tratamento ou abastecimento por meio de poços e minas, o que demonstra uma discrepância grande entre área rural e área urbana com relação a esses índices de abastecimento e de tratamento.

Diante disso ficou a pergunta de como se pode tratar o saneamento nas áreas rurais. “Como que a Sabesp pretende atuar e como ficam os municípios, como por exemplo, Ribeirão Grande, autônomos quanto ao saneamento básico? E, quanto às perdas alguns municípios têm índices superiores as perdas do estado de São Paulo e até do Brasil. Como a Sabesp tratará essas questões?”

RN – Fipe disse ter uma dúvida no que diz respeito a energia já que no PDUI é preciso fortalecer a perspectiva de ter uma política de energia renovável e qual seria a capacidade institucional que tanto o governo do estado, quanto o IPT têm para apresentar propostas que de fato contribuam para essa mudança da matriz com a incorporação de energia renovável.

Questionou se seria possível apresentar uma proposta nessa linha já que embora muitos já estejam operando pelo setor privado, a Secretaria de infraestrutura e Meio Ambiente não é a gestora desse serviço, seja para grandes consumidores industriais ou do agronegócio.

“Essa dúvida que a gente tem de como é que se entra nessa matriz? Essa geração de energia pode ter uma proposta que seja incorporada no PDUI considerando as especificidades de cada região? Como vocês viram em Piracicaba, Franca e Ribeirão Preto o peso do agronegócio é importante na pauta de exportação de São Paulo para fora do Brasil e, portanto, tem um peso no PIB do estado. Dessa maneira, essas atividades têm que ser tratadas com cuidado porque não podemos perder

a galinha dos ovos de ouro da economia paulista que é esse circuito do agronegócio dessas três regiões”, ponderou.

Esclareceu que para a equipe da Fipe é importante saber como que está sendo tratada a questão energética nessa linha que foi colocada.

Solicitou ainda pudesse esclarecer sobre como posicionar o PDUI frente à Lei de Saneamento que cria unidades regionais de água e esgoto e citou como exemplo alguns prefeitos que entraram com uma representação no Ministério Público contra o fato da região de Piracicaba estar dividida em quatro áreas na nova divisão, para efeito de concessão da privatização dos serviços porque a situação dessas regiões não é tão crítica do ponto de vista de saneamento.

Questionou como o PDUI pode tratar do tema já que muitos municípios estão com serviço autônomo e têm um serviço eficiente que atende à demanda de qualidade.

“Quais são as restrições que a Lei de Saneamento com a privatização vai impor a um plano que é de diretrizes como esse e quais são as diretrizes frente a essa disparidade de gestão das bacias porque na realidade, foi uma tentativa de uma gestão mais consistente e coerente, mas, parece que essa divisão quebra um pouco com o princípio da gestão de bacia”, analisou.

Disse que gostaria de ouvir se a Sabesp já tem uma política para essas áreas rurais que, no caso de Ribeirão Preto, Franca e Piracicaba o agronegócio demanda muita água o que resulta na necessidade de uso do Aquífero Guarani porque ele foge da regulação que está mais no âmbito federal do que estadual.

F – Fipe complementou dizendo que com relação a matriz energética o governo do estado tem um forte empenho no incremento dessa matriz com fontes renováveis e, também, com energias mais limpas.

Então, quis saber, qual ação seria possível colocar no âmbito do PDUI. “Vimos que com relação à energia solar já tem um levantamento potencial das áreas no estudo sobre energia solar paulista. No caso da região de Franca e de Ribeirão Preto são áreas que tem um potencial bom, mas, ainda não há unidades fotovoltaicas na região”, comentou.

Por isso, questionou se cabe ao PDUI trazer a questão de maneira mais específica tratando de maneira individual cada uma dessas formas, como por exemplo, solar, eólica. “O mesmo se pergunta quanto a biomassa com relação ao aproveitamento do potencial de eletricidade. É um incremento dessa matriz com fontes renováveis e de energias mais limpas, então no âmbito do PDUI que tipo de ações que nós poderíamos colocar?”, questionou.

Citou ainda que a região tem um problema muito sério com as queimadas irregulares. Alertou que é preciso acabar com elas e utilizar a palha da cana para gerar energia para a região.

“Com relação ao biogás e o biometano tem um trabalho do Centro de Pesquisa de Inovação em Gases de Efeito Estufa que fala de um estudo muito importante que usa o potencial de geração de

biogás através de três fontes que seriam de criação de animais e resíduos da criação e resíduos urbanos do setor sucroalcooleiro.

F questiona como, nesse contexto, o PDUI pode fomentar essa recuperação energética, tanto dos resíduos, quanto do setor que é muito expressivo na região. Relatou experiência que já existe em Franca junto à Sabesp e um instituto de pesquisas que foi instituído a partir do esgoto que é 100% tratado na região, a geração de biometano a partir desse esgoto. “Então, será que essa experiência de Franca pode ser replicada aos outros municípios para aumentar a geração do biometano como combustível também?”, questionou.

Destacou que Pequenas Centrais Hidrelétricas também é um tema que ainda está sendo explorado e há um estudo sobre pequenas centrais hidrelétricas que estão dentro do estado para fomentar a matriz energética e, por fim, ao gás natural. As pesquisas mostraram uma certa dificuldade na substituição de outras fontes, principalmente, no estado de São Paulo porque se usa muito a biomassa e são processos que requerem energia elétrica para a geração de calor.

O foco está na substituição do óleo combustível e no diesel no lugar do gás natural. **F** questionou se essa fonte matriz energética pautada na biomassa com relação ao gás natural pode contribuir na competitividade dele. “Talvez no setor de transportes automotivo faça mais sentido. Foi verificado se o PPA de 2020 tinha algum balanço do que foi concretizado tendo em vista o planejamento da matriz. O que foi alcançado, o que podemos fomentar no PDUI dentro do que estava previsto do PPA?”, perguntou.

JRMA, coordenador de energias renováveis e elétrica, comentou sobre duas regiões que a Fipe está fazendo o PDUI: Vale do Paraíba e Litoral Norte e a Região Metropolitana de Jundiaí. Disse que as regiões de Franca, Piracicaba e Ribeirão Preto são mais ou menos parecidas com um aspecto mais ou menos homogêneo.

Destacou que no Vale do Paraíba e Litoral Norte, pela divisão que foi feita, são duas regiões bastante diferentes, mas no litoral norte não conseguiu identificar a divisa do estado se deve considerar Ubatuba, Caraguatatuba até a divisa com o Guarujá.

RN – Fipe interfere e sinaliza que a divisa é Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba.

JRMA continua e diz que o Litoral Norte tem seus problemas específicos de energia elétrica, que é um problema maior por causa da sazonalidade que é muito grande. “É preciso manter um sistema elétrico bastante robusto para o atendimento nos finais de semana e feriados”, sinaliza.

Explicou que estão sendo implementadas três solicitações na área atendida pela EDP Bandeirantes que tem feito um bom trabalho no litoral reforçando a região com três novas substituições, sendo uma delas para atender o contorno da nova Tamoios.

Destacou um problema em Ilhabela que sofreu um aumento de carga já que durante a pandemia, muitas pessoas foram para lá para passar um mês e ainda continuam lá, o que fez a carga do

litoral aumentar bastante. “Vamos ver se no ano que vem com o fim parcial do home office essa carga diminui. Então, é uma região completamente diferente e tem que ser tratada de uma forma específica”, destacou.

O Vale do Paraíba é uma região que está sofrendo uma grande evolução em função da rodovia Dom Pedro que trouxe desenvolvimento para a região com muitas indústrias sendo instaladas perto da rodovia. Foram feitos estudos para reforçar a região de Lorena o que vai dar uma potência maior a essa região, especialmente, São José dos Campos.

A outra região que **JRMA** quis comentar foi a Região de Metropolitana de Jundiaí que está no radar do planejamento no setor elétrico. Trata-se de uma região que está precisando realmente de reforços porque é onde estão instalando muitos galpões industriais.

Explicou que estrategicamente, Jundiaí tem os conglomerados logísticos muito grandes e recentemente está com um grande complexo da Amazon. Destacou que será preciso fazer um reforço no sistema elétrico de Jundiaí e essa informação bate com o que foi falado aqui que essa região está dentro do foco das grandes expansões no estado de São Paulo e no Vale do Paraíba.

Nos últimos 10 anos houve um grande esforço de planejamento e foram implementados reforços que ajudaram a Copa do Mundo o que propiciou muitas reformas do sistema elétrico.

Então hoje, o sistema é robusto, mas existe um problema gravíssimo pois há a dependência de energia externa que vem de Tucuruí, Belo Monte e do Rio Tapajós que são injetados aqui em São Paulo.

Outro problema gravíssimo em São Paulo é a questão da energia da luz das usinas hidráulicas em São Paulo e não se sabe se vai ser um contratempo só de 2021 ou se em 2022 vai se prolongar. Então, pode ser que a gente tenha que mudar alguns preceitos que nós temos com relação ao planejamento do abastecimento de energia elétrica no estado.

Foi comentado que São Paulo não tem afinidade com energia eólica já que é preciso de vento e o estado tem sofrido com grandes vendavais atípicos em que foram perdidas várias linhas de transmissão nas últimas semanas.

“Passou despercebido que o sistema de São Paulo sofreu apagão em algumas cidades. Nós sofremos alguns eventos climáticos, mas, apesar disso, em São Paulo não seria viável porque as empresas querem produtividade de vendas. Recentemente, estive no Rio Grande do Norte e comprovei que as eólicas estão no Nordeste. Lá, venta o dia inteiro. Portanto, não vamos ter eólica em São Paulo”, sentenciou.

Com relação à energia fotovoltaica vamos separar em duas partes: primeiro as usinas fotovoltaicas e segundo a geração distribuída. “Com relação a geração distribuída São Paulo hoje é o segundo estado em instalação, tanto em número de unidades, como potência. Houve a instalação de mais de 30 mil unidades de geração distribuída e uma potência total de 300 megawatts, um acréscimo no ano de 2020 em relação a 2019 de quase 70% e de 2000 até final de 2020 são 316

megawatts instalados. Antes do fim de 2021 são 700 megawatts, ou seja, quase que o dobro de 2020. Será recorde de geração distribuída, basicamente no comércio e residencial. Em 2020, só São Paulo só ficou atrás de Minas Gerais porque o estado mineiro tem incentivos de usinas”, disse.

Em termos de cidades, em 2020 a primeira, em número de unidades de energia, foi Presidente Prudente que passou Ribeirão Preto, Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Bauru e Limeira. “Ou seja, está existindo um boom de geração de energia distribuída em São Paulo. Hoje se paga um sistema fotovoltaico, em 34 anos”, ressaltou.

Com relação às usinas, houve uma reunião específica em São Paulo que propôs a instalação da usina fotovoltaica já que já são mais de 700 megawatts. Mas, é nessa região, onde já passamos de 1.3 GB de energia foto fotovoltaica.

Com relação a Pequena Central Hidrelétrica, JRMA disse fazer anos que assunto está em “banho-maria”. “O crescimento é marginal e existem problemas ambientais para instalar. Estamos num momento de inflexão para os próximos anos com relação ao setor energético”, refletiu.

Estão surgindo também as baterias. Elas chegam caras para o setor residencial, mas já existem.

JRMA destacou também os programas de incentivo para a fotovoltaica. Afirmou que a antiga Secretaria de Energia, atual Secretaria de Infraestrutura e Meio ambiente tem feito várias ações para o governo do estado incrementar a geração renovável e citou como exemplo, o caminhão chamado *road show* que está rodando o estado de São Paulo e outros estados, dando aula de fotovoltaica. “Temos convênio com a Eletro para suprir a deficiência energética no Vale do Ribeira e acabamos de fazer um convênio com a Desenvolve São Paulo para o desenvolvimento de financiamento. Quanto a parte de incentivo a fotovoltaica e a energia renovável a partir da biomassa de bagaço de cana está em andamento. São Paulo ainda é protagonista”, garantiu.

Outras altas fontes de energia são o biometano, biodiesel, biomassa, biomassa florestal que também está gerando energia a partir de resíduos sólidos. Está previsto para os próximos anos uma espécie de mini revolução na parte de energia elétrica com o advento dos carros elétricos, redes de cabos elétricos e redes inteligentes e a inteligência nas redes de distribuição 5G. Essa é a perspectiva para os próximos anos.

Passou a palavra para o técnico **RA-coordenadoria de energias renováveis e elétrica** para complementar.

RA, coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica, comentou que é possível dizer que o quadro geral da situação das energias renováveis no estado de São Paulo é pouca coisa. Segundo RA, hoje as iniciativas que fazem uso de energias renováveis no estado são todas privadas porque o estado não tem recursos para investimentos na área de empreendimentos energéticos.

“Nós temos o acompanhamento da capacidade de produção de agentes em todo estado de São Paulo que vem sendo incorporado ao parque energético paulista. Temos uma relação de usinas

de biogás. Hoje são mais de 14 usinas. A Lixívia negra que é um subproduto do setor de papel e celulose. Temos uma relação de usinas de resíduos de madeira que, na verdade, são utilizados cavacos, falhas de pontas de madeira do setor de papel e temos uma relação de usinas de biogás que também são produzidos, principalmente, do aproveitamento de resíduos urbanos na unidade de tratamento de lixo. Temos a relação de geração de usinas fotovoltaicas no estado de São Paulo, identificando a potência de cada uma delas no município instalado”, disse.

Explicou ainda que a geração distribuída é mais complicada porque ela aumenta pontualmente todos os dias. “Já temos algumas milhares de unidades instaladas e elas sempre aumentam todos os dias porque têm basicamente o setor residencial e o comercial. Cada dia muda, mas, de qualquer maneira, é o grosso da potência, tanto das usinas solares, quanto das unidades de geração distribuída. Esses dados podem ser disponibilizados e um fechamento do total mensal”, assegurou.

Quanto ao PCH, **RA** disse existir 98 possibilidades de empreendimentos que gerariam uma potência total de 1.800 megawatts. “Ou seja, é muito empreendimento para pouca potência e o que se observa é que a iniciativa privada não tem demonstrado interesse em investimentos na área de PCH a gás porque é mais vantajoso partir para energia fotovoltaica”, explicou.

Quanto ao aproveitamento hídrico, **RA** disse que ele também envolve a questão ambiental porque estão em localidades de preservação ambiental de matas ciliares de áreas privadas então, para executar a obra é bastante complicado.

“Os ventos que passam por São Paulo são inviáveis de serem aproveitados para a geração de energia eólica. No estado de São Paulo são pouquíssimas regiões que podem ser aproveitadas para gerar energia eólica devido a uma instabilidade sazonal. Portanto, a energia eólica é considerada desaconselhável no estado de São Paulo”, justificou.

A utilização de biomassa do setor sucroalcooleiro sofreu um grande impacto, principalmente, ao longo do governo anterior quando houve um desestímulo ao setor fechando boa parte das usinas. Mas, estão em atividade novamente porque grandes grupos financeiros compraram as usinas falidas para operar. Mesmo assim, **RA** disse que a quantidade de geração produzida pelo setor sucroalcooleiro é pouca.

Nos últimos 10 anos pouca coisa aumentou nesse setor, mais unidades têm se ligado ao sistema de transmissão do estado e, portanto, ele tem conseguido contribuir de forma gradual ao fornecimento porque o setor é originalmente autossuficiente porque sempre sobra bagaço na entressafra.

“Eles têm conseguido esticar a produção para alguns meses ao longo do ano para conseguir colocar essa energia na rede, o que depende muito do sistema de conexão com o sistema de transmissão existente nessas unidades. Ganha-se acesso, eles ligam e fornecem energia, mas, boa parte do setor sucroalcooleiro ainda não tem uma conexão específica com a rede de transmissão gerada para consumo próprio. Dessa maneira, permanece o restante do bagaço que fica disponível para eles na safra seguinte para uso próprio. Então, de qualquer maneira, o setor se

manteve, de certa forma, num patamar estável nos últimos anos e a tendência de crescimento depende muito de investimentos privados de interesse do setor. Isso se deve, basicamente, por uma questão política de estímulo ao etanol, que muitas vezes, não ocorre. Estímulo inclusive por conta da manipulação do preço da gasolina”, explicou.

RN – Fipe se manifestou dizendo que entendeu que a matriz energética de São Paulo está bem equilibrada já que é dependente externamente, mas, é autossuficiente e o setor privado vem fazendo os aportes necessários quando as demandas crescem. Entendeu que a capacidade institucional de alteração dessa matriz vem sendo feita na fotovoltaica.

“Alguns estímulos que têm sido dados pelo financiamento diferenciado pela Desenvolve São Paulo e mesmo por aqueles setores que querem ser autossuficientes, como os residenciais e os comerciais, pelo que vocês disseram, tenderá a crescer”, descreveu.

Mudou a temática do debate para o saneamento básico, passando a palavra para MP.

MP – Sabesp foram selecionados alguns dados que vocês precisam e do jeito que precisam. Vou passar o contato de PB, o assistente executivo da diretoria para ajudar vocês com todos os dados e de qualquer demanda que necessitarem sobre coleta, tratamento, abastecimento de água e perda nos municípios operados pela Sabesp.

Fez ainda uma observação de Franca que não é abastecida pelo Aquífero Guarani. “É abastecida por um manancial superficial, tanto que, teve rodízio nos meses de setembro e outubro. É uma área de recarga do Guarani. Franca não tem água subterrânea”, disse.

Com relação ao Índice de Cobertura (IC), uma solução em cidades litorâneas são os emissários, como é o caso de Ilhabela onde se considera tratamento zero.

Se comprometeu a passar os dados atualizados e disse ter notado que tem alguns casos como Jarinu, por exemplo, que já andou um pouco, mas tem um problema lá porque agora que a rede de esgoto está implantada. “O pessoal não pede a ligação porque quando ela é feita, a conta da água dobra porque a cobrança incide sobre água e esgoto”, justificou.

RN – Fipe comentou que o mesmo problema ocorreu na Guarapiranga e na Billings, onde a Sabesp teve que fazer uma tarifa diferenciada.

MP – Sabesp confirmou que sim, mas, disse que os dados sobre o índice de cobertura serão passados. “Os dados demonstram na rede que o índice de atendimentos é de pessoas conectadas que não dependem da Sabesp. Portanto, é melhor trabalhar com o índice de cobertura”, explicou.

RN – Fipe perguntou se na Lei de Saneamento o índice que será pactuado com o setor privado será o índice de cobertura ou de atendimento porque o setor privado, mesmo que ele tenha tarifa subsidiada, precisa se ressarcir e o setor público pode fazer política social. “Então qual é a regra da Lei de Saneamento?”, questionou.

MP – Sabesp respondeu que a regra da Lei de Saneamento é o índice de cobertura. Essa pergunta vale um milhão de dólares. “Ela é propositalmente mais complicada e vai complicar a vida de todo mundo. Por exemplo, a Lei do Saneamento fala em população do município. Mas, de quem é a responsabilidade de atender a população, do município ou da concessionária? O município não pode jogar na tarifa e explodir o atendimento rural. Tradicionalmente o saneamento rural vinha sendo de responsabilidade das prefeituras e quando a Sabesp assinava um contrato de um programa ou de uma concessionária privada com o município, fazia parte do contrato uma coisa chamada área de atendimento. Então era negociado com o município quais áreas seriam atendidas. Por exemplo, a Sabesp tem alguns programas para atender núcleos de 20 a 30 casas no meio rural e na hora da assinatura do contrato faz uma negociação com o município dizendo que dependendo da tarifa praticada isso para em pé ou não. Faz uma negociação com o município daquilo que é a chamada área de atendimento. Mas, a Lei do Saneamento ignorou essa história. Agora se fala em população atendida. Nós esperamos regulamentar isso”, detalhou.

Destacou que a ANA tem um calendário de normas que sairão até 2023. Espera-se uma definição porque existem problemas com as áreas rurais e com as áreas irregulares. “Nas áreas irregulares, a Sabesp não pode pôr o serviço. Mas e a população do município, como é que fica?”, perguntou.

Disse que há um conflito porque é preciso fazer até o dia 31 de dezembro uma demonstração da capacidade financeira do investimento que não se sabe qual é.

RN – Fipe perguntou se a Sabesp leva a rede na solução de um contrato do programa feito pela empresa da área de atendimento nesses núcleos, que a equipe da Fipe chama de urbanos isolados, que estão na área rural e são colocados no programa. “Fazem um tratamento específico?”, perguntou.

Colocou ainda que a questão diz respeito sobre a solução tecnológica para a população rural de algumas famílias que é possível ter um serviço de fossa séptica e isso é atendimento.

MP – Sabesp respondeu que depende. “Isso é atendimento, mas, às vezes, pode não ser uma solução técnica para esse atendimento porque é especial, é feito por um determinado período, tanto para pequenas unidades de tratamento de água, como para pequenas unidades de esgoto”, explicou.

Disse ainda que normalmente nesses núcleos o abastecimento é feito por meio de poço. “Faz-se um poço, a rede de distribuição de água e a rede de coleta de esgoto para dar uma solução comunitária. É uma solução mais simples”, afirmou.

Sobre a tecnologia, **MP** disse haver uma variação no tipo usado. “Às vezes, por exemplo, no Vale do Ribeira, está se pensando numa alternativa, não sei se vai ser viável economicamente ou não, que é passar uma adutora ao longo da estrada para atender os pequenos núcleos. É uma proposta diferente. A viabilidade econômica está sendo estudada. Mas, atualmente, tudo isso está suspenso porque não se sabe o que vai ser regulamentado na Lei. Ela não estabelece isso, ela fala em x por cento da população, mas, o que se faz com população diária regular? O que se faz com o sanea-

mento rural ninguém sabe. Então ficou decidido junto com a Cesp que será feita a comprovação da capacidade econômico-financeira com as áreas de atendimento que existem atualmente no contrato porque fizeram um cronograma que nada bate com nada e não existe tempo de estudar alternativas de saneamento rural porque é preciso entregar a capacidade econômico-financeira até dia 31 de dezembro”, explicou.

RN – Fipe destacou que o no tocante ao provimento do saneamento do município a capacidade de investimento desses municípios é muito baixa e é preciso ver quem vai ter capacidade de fazer investimento ou não e para ver as exigências não só da Lei de Saneamento como também no PDUI. “Está dito que apesar de ser um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, temos que tratar da área urbana e rural e essas soluções para a área rural não estão claras, nem para o concessionário e nem para o operador municipal”, disse.

RN explicou que para cumprir a Lei de Saneamento a perspectiva é jogar tudo para o setor privado o que vai mostrar a capacidade de atração que essas áreas vão ter para esse setor.

MP – Sabesp respondeu que essa questão, com relação às rurais, está em aberto porque quem definiu as rurais foi a secretaria estadual que dividiu as rurais de acordo com indicadores de investimento porque tem o subsídio cruzado. “Então as rurais foram desenhadas com base na viabilidade do ponto de vista econômico para elas terem equilíbrio econômico-financeiro”, explicou.

Os prefeitos estão em outra confusão porque a Lei de Saneamento obrigou que primeiro fossem feitas as rurais e depois fariam as áreas adensadas. Então, vamos supor que tem um prefeito de Jundiaí que já disse que não vai aderir porque ele não quer ter um município isolado com uma operação de saneamento superavitária, vou aderir para aumentar a minha tarifa para fazer subsídio cruzado?

Destacou que os prefeitos têm até o final de fevereiro para aderir ou não. Disse que Ribeirão Preto, por exemplo, e outras cidades maiores, não quiseram aderir. “Será preciso refazer a tarifa inicial prevista. Faltam detalhes, mas, provavelmente foi feita uma arrecadação porque se precisar subir a tarifa e o município não aderir, não é mais aquela arrecadação prevista. Então, ninguém sabe o que vai acontecer com essa história das rurais”.

Disse haver uma teoria do Ministério público de que as rurais deveriam ser classificadas por bacia hidrográfica. “É desconhecido porque todo mundo acha que bacia hidrográfica é uma divisão geográfica ideal para tudo. Bacia hidrográfica é uma unidade de gestão para recursos hídricos, captação e outorga”, afirmou.

A diretoria que opera 334 municípios, sendo que a enorme maioria opera sistemas individuais. Quer dizer, o município tem uma captação e uma estação de tratamento de esgoto. “Eles não podem ser muito distantes porque é preciso levar em conta um problema de economia de escala que depende da localização geográfica. difícil entender por que que o Ministério Público não gostou”.

Ainda colocou que na utilização de biometano, a Sabesp tem um programa de redução de gases de efeito estufa que é essencialmente a redução de metano. Se comprometeu a passar o contato da pessoa da superintendência da área ambiental para passar esses dados.

“Essa proposta de redução de emissão tem um exemplo de Franca que produz biometano para veículo. É na ETEC de Franca. Em alguns casos isso é razoável porque tem escala. Em outros casos, senão tem escala para produzir é melhor produzir biossólido com fertilizante de lodo”, disse.

RN – Fipe disse que MLBC da equipe da Fipe e **RC – SIMA/Subsecretaria de Energia** queriam fazer uma pergunta.

MLBC – Fipe colocou que uma questão muito importante é a drenagem urbana e quis saber se a Sabesp pode sinalizar quais seriam os principais parâmetros que poderiam ser tratados para inserir esse assunto dentro dos planos.

Explicou saber que os municípios dão pouca importância aos planos de drenagem e que isso pode vir a ser um problema no futuro. Então, queria saber quais seriam os parâmetros para trabalhar essa questão da drenagem.

MP – Sabesp respondeu que uma das coisas que considera importante é o PDUI sugerir aos municípios colocarem as questões de drenagem no plano diretor municipal porque nas regras da elaboração dos planos diretores, a partir do Estatuto da Cidade, o assunto não é tratado.

Disse ainda considerar as regras com relação à drenagem como fundamentais. “Uma é a permeabilidade do município e a outra é o afastamento da ocupação das margens dos córregos. São regras claras no município para construção. Aquilo que em hidráulica se chama de leito maior do rio que é a área que o rio ocupa com vazões de cheias frequentes. Não é aquela que pode ter uma cheia estratosférica que vai inundar a cidade inteira, mas, uma cheia num período de retorno de 2 anos e 5 anos com a probabilidade de uma vez a cada 2 anos ou uma vez a cada 5 anos. Esse espaço do leito maior deve ser deixado vazio”, disse.

RN – Fipe perguntou se existe uma metragem ou percentual para permeabilidade e uma metragem para o afastamento da ocupação nas margens dos córregos.

MP – Sabesp respondeu que o afastamento depende da condição do rio. “O município precisa ter, mas, se você se referia a não ocupação do leito maior essa é uma linguagem comum leito maior e leito menor. O leito menor é onde o rio está o tempo todo, inclusive na seca e o leito maior é a área que ele ocupa durante as cheias frequentes”, explicou.

Falou ainda sobre impermeabilização e destacou ser preciso ter regras de permeabilidade na cidade. “No âmbito do PDUI essas duas questões são importantes para o planejamento das cidades”, disse.

RN – Fipe destacou que **CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração** também queria levantar uma questão.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração disse que outro assunto relacionado com a regionalização do saneamento são os serviços públicos, não da Sabesp que tem toda uma estrutura diferenciada.

“O que nós temos – e isso acho que é muito interessante ser considerado no PDUI – é que praticamente, para uma boa parte dos municípios, os agentes autônomos das cidades estão causando problemas”, disse. Ele citou como exemplo as barragens de energia elétrica, mineração e abastecimento público são fiscalizadas por um órgão estadual, mas, tem a ANA que responde pela parte federal.

CG explicou que, no caso de mineração e de energia elétrica, não tem problema se tiver direto com iniciativa privada, mas no caso das prefeituras, quando existe algum problema com algum município que tem barragem, não existe orçamento para fazer a recuperação e nem as regras de ações, é preciso um programa nacional de emergência.

“Está dentro da regra da ANA, mas tem problemas construtivos de vários municípios que não têm recurso para recuperar uma área dessa que é cerca de 5 a 15 milhões de reais na velocidade e celeridade exigida pelo IPT e pela própria comissão de Defesa Civil”, afirmou.

Por isso, disse que o que ocorre dentro da regionalização – e dentro dessas considerações – de serem feitas determinadas ações de saneamento, é importante considerar a estrutura que essas cidades têm realmente para manter essas barragens.

Alertou que na discussão da regionalização vai entrar uma empresa com estrutura, mas, enquanto não tem é preciso ter uma política pública para essas regiões atuarem. “Tem algum tipo de solução para isso? Porque identificamos, caracterizamos, fazemos a estrutura, fazemos até o orçamento porque temos todas as opções envolvidas, mas, nenhum recurso. Aí eles cobram uma taxa que possivelmente, não é a real para fazer o abastecimento público daquele município”, destacou

MP – Sabesp colocou que essa questão do orçamento dos municípios não operados é uma encrenca. M destacou que a secretaria chegou a fazer um levantamento de tarifas e os municípios não operados eram separados da seguinte maneira: até 20 mil habitantes, de 20 mil a 50 mil habitantes e acima desse número.

“Nos municípios de mais de 50 mil habitantes a tarifa dos não operados era praticamente igual da Sabesp. Naqueles entre 20 e 50 mil era um pouco menor; até 20 mil habitantes a tarifa era 1/3 da Sabesp, ou seja, os municípios não conseguem. Tem muito município que não cobra saneamento. Então, essa questão do investimento do município é complicada porque o município não tem dinheiro para nada, mesmo o município que opera o seu próprio sistema”, explicou.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração acrescentou que o município busca o dinheiro da secretaria que também não tem orçamento para isso porque não está no programa de governo e aí vira uma crise institucional para o governo do estado.

MP – Sabesp contou que viveu uma crise institucional quando foi Secretária. “Existe o pedido de dinheiro para um poço, aí você pergunta qual é a tarifa e a resposta é que não tem tarifa. Isso é complicado”, disse.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração ressaltou ainda ser grave quando se fala de barragem porque os problemas desses municípios não são pequenos. “Tem estrutura está tudo lá, mas, não dá para deixar isso solto porque senão o estado vai ser cobrado por isso. É uma questão para pensar se cabe no PDUI, nos objetivos mais específicos”, alertou.

RN – Fipec solicitou ajuda para formular uma proposta para ser inserida no PDUI mais genérica para que possa, pelo menos, despertar a atenção dos municípios com relação a essa regra mais regional porque, de repente, eles podem se valer de recursos do fundo metropolitano para manutenção ou revisão.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração se comprometeu a fazer uma proposta.

RC – SIMA/Subsecretaria de Energia colocou a importância da questão da energia elétrica porque São Paulo importa 40% da energia que consome, o que deixa o estado é muito dependente do sistema elétrico. Tem o gás e a biomassa que são duas vocações energéticas principais em São Paulo no âmbito da política regional estadual e fomenta projetos com a desvalorização econômica energética de resíduos.

“O Ministério de Minas e Energia incluiu nos leilões de compra de grandes usinas no mercado regulado com contratos de 25 anos que é a previsão de contratação da fonte de resíduos. Foi possível viabilizar um único empreendimento em São Paulo, em Barueri, uma unidade de recuperação energética que se entende ser uma dinâmica que deve se manter até por fim na escassez de áreas para implantação de novos aterros, pelo volume de resíduos gerados diariamente”, explicou.

Com relação ao gás natural, principalmente em áreas de Campinas, do Aglomerado Urbano de Piracicaba, Jundiaí e o Vale do Paraíba e Litoral Norte o atendimento é pela Comgás, cujo contrato foi prorrogado até 2049. “Então, tem uma previsão de interligar 14 novos municípios até 2029, com investimentos de 21 bilhões de reais”, disse.

Destacou ainda que a ideia de expansão da rede é conectar novos consumidores residenciais, comerciais e industriais, inclusive termelétricas. “Temos dois projetos de duas usinas termelétricas licenciadas com licença prévia no estado. Uma área em Piratininga e outra área em Lins que estão cadastradas para vender energia no leilão de reserva. Com a relação ao biogás e biometano tem um potencial enorme. Existe uma parceria com o governo britânico que levantou o potencial de biogás e biometano no Estado de São Paulo”, explicou.

Revelou que existe na área de Ribeirão Preto e Guariba uma usina termelétrica da raiz movida a biogás e a usina Bonfim e o objetivo é expandir esse negócio.

RC disse ainda que, com outras usinas, São Paulo está, inclusive, licenciando para estar no setor celulósico e outras vertentes, com o governo britânico existe um mapeamento muito grande do potencial de biometano e os diferentes substratos sem estação de tratamento de esgoto e resíduos sólidos e a vinhaça do setor energético.

“Esse biometano tem um interesse particular tanto das distribuidoras para renovar um pouco a matriz hidrelétrica e para o estado de como esverdear o gás colocado na rede, como também, interesse de empreendedores, principalmente internacionais que estão aqui com compromissos globais de redução e neutralização das suas emissões. Existe um projeto sendo desenvolvido na região de Presidente Prudente que produz biometano e distribui na rede. Tem interesse de grandes empresas como Toyota, L'Oréal e Nestlé em consumir esse biogás, na verdade o biometano que pode ser colocado na rede e ser consumido em diferentes regiões do estado. A ideia é já ter regulamentação do acesso para que projetos dessa natureza possam ser replicados aqui, até como fonte de receita acessória para o setor sucroenergético. Enfim, tem crescido bastante o número de projetos com biomassa que tem um potencial significativo no estado”, explicou.

Acrescentou que quanto ao biometano, a Scania que já produz veículos pesados, tem um componente de estimular a sucção do óleo diesel e óleo combustível até porque as emissões do biometano são bem inferiores. “Esses componentes são importantes, inclusive, na parte de poluentes locais com material particulado. Mas tem um potencial grande se for colocado na rede, seja para gerar energia elétrica ou para fomentar energias renováveis”, disse.

Explicou ainda que existe uma série de projetos híbridos como as usinas fotovoltaicas flutuantes. Tem um caso um chamamento público feito há pouco tempo para duas usinas de 30 megawatts de pico cada uma que venceram o leilão então.

“Existe um componente que deve expandir para aproveitar melhor a eficiência dos painéis. Inclusive combinados com outros combustíveis é isso que no estado tem se ampliado bastante do ponto de vista da política energética”, afirmou.

Destacou ainda a menção feita ao PPA e explicou que o programa está sendo revisto e até o final desse mandato o Plano Paulista de Energia será atualizado com a vertente de neutralização de carbono até 2050.

“Em breve será iniciada a atualização do plano, evidentemente, todas essas fontes serão cotejadas. Cada uma com a sua particularidade, com a sua sazonalidade e variabilidade. De fato, é importante um componente estimular essa mobilidade Eletro por meio de dois eixos: de eletrificação acelerada seja de combustíveis avançados seja com biodiesel seja com o biometano ou outras fontes, até o hidrogênio que pode ser produzido a partir da eletrólise ou do biogás. Ou seja, tem um potencial grande no estado e, claro, cada um com uma característica e depende da região tem talvez uma tipologia mais adequada de empreendimento para propiciar esse aproveitamento”.

Ainda aproveitou para parabenizar pelo trabalho e ofereceu as redes de gás e de energia elétrica para a equipe da Fipe por entender que é um componente importante para o PDUI e convidou os

técnicos para participarem do processo de elaboração do Plano de Energia que será concluído até julho de 2022.

Ainda fez um destaque, esquecido pela **MP-Sabesp**, de que a Sabesp em Franca já produz o biometano e que abastece 40 veículos da frota própria. “É componente que a própria Sabesp está estudando de como usar esse biometano para colocar na rede e gerar energia elétrica para reduzir o consumo com bombeamento”, afirmou.

É importante considerar também, no PDUI, as áreas de mineração como foi mencionado por G. “Talvez, uma questão que seja cara a todos é olhar a infraestrutura de energia e mineração tendo em vista que a disponibilidade hídrica seja para as usinas que a gente pretende implantar e até para ver futuramente a questão de escassez e o quanto que essa geração do estado vai atender as diferentes necessidades”, finalizou.

RN – Fipe agradeceu e passou a palavra para o geólogo **CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração**.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração declarou ter trabalhado durante 40 anos no serviço geológico, na CPM e o atual secretário da SIMA o convidou para definir uma política mineral para o estado. Elogiou a apresentação da região de Botucatu citada em trabalho do IPT. Citou que desenvolveu com o IPT o mapa hidrogeológico do estado.

“Trabalho que foi feito patrocinado pela Fapesp, em escala 1: 25000. Importante para o PDUI: foi um trabalho que pegou todo o afloramento do Aquífero Guarani, independente do uso, onde poderia ter a recarga. Talvez num projeto específico pode ser bastante detalhado, mas é o melhor produto que se tem no estado de São Paulo em relação a delimitação do afloramento do Guarani. Penso que ele pode ser usado do jeito que está sendo usado”.

Colocou ainda que essa discussão envolve muitos municípios e num detalhe maior é preciso trabalhar para melhorar as áreas de preservação o que depende dos municípios.

Sobre a mineração, pontuou que não tem um crescimento detalhado da gestão, mas, a mineração em São Paulo representará, em termos de Brasil, o terceiro ou o quinto maior produtor de minério do país. Por isso uma política mineral é muito importante para o estado.

Destacou também que, em termos de produto, o faturamento do estado foi de 1 milhão de dólares em 2020 só na mineração, sem a transformação mineral, sem falar em cimento, vidro e corretivo de solo que é a base da mineração, da indústria de transformação.

“O polo econômico de cerâmica é fundamental, não só para geração de emprego e renda, como também, para toda a construção civil. Areia e brita são a base da construção de obras viárias e pode-se imobilizar essas áreas se não tiver um programa dentro da própria prefeitura. O que acontece é que tem areia em São Paulo, mas ela pega no Vale do Paraíba”, disse.

Exemplificou que está sendo trazida areia para construção civil da região ao lado do Aquífero Guarani que é outra unidade geológica. “São 220 km, quer dizer o preço do transporte desse bem mineral que está vindo do Vale do Ribeira é muito caro, são quase 300 km para trazer areia de caminhão, sem estrutura, o que causa um grande impacto ambiental”, alertou.

Disse ainda que a mineração tem três grandes ligações: Primeiro, o subsolo tem uma Agência Nacional de Mineração, ou seja, o subsolo é do empreendedor que requisita por prioridade a essa agência nacional uma autorização para fazer qualquer bem. Essa agência tem dentro do Ministério de Minas Energia tem um programa focado no setor mineral. Segundo a área ambiental, que no caso de São Paulo, é a Secretaria através da Subsecretaria e a Cetesb. O terceiro que é fundamental é a Lei de Uso do Solo Municipal e a prefeitura tem que considerar no plano diretor a área potencial do meio físico que é fundamental para o planejamento. Tem informações sobre o meio físico, como o Guarani, pelo tamanho e em termos de detalhamento de vulnerabilidade que é importante de serem consideradas para um maior conhecimento do meio físico.

“Tem um mapa do IPT de geodiversidade que, no Estado de São Paulo, em termos macro, tem essa informação de áreas que já tem unidade de conservação em idade de fragilidade de uso para indústria ou para fontes poluidoras ou para a recarga de Aquífero. Essa informação do meio físico nós temos na escala do Zoneamento Ecológico Econômico. Existe uma fotografia indicando as unidades de conservação, unidades agrícolas, unidades rurais, unidades urbanas e o potencial mineral”, detalhou.

Colocou ainda que as condições geológicas tectônicas do planeta fizeram com que tenha uma concentração de um bem mineral num lugar e não em outro. Tem todo um distanciamento que no caso de São Paulo encarece muito e quando você tem uma área na prefeitura que tem um mineral e é possível preservar pela mineração é importante porque senão se inviabiliza uma série de características da região.

“Estamos fazendo mapas geológico e econômico com cenários que Agência Nacional de Mineração vai distribuir em São Paulo em duas áreas que são fundamentais. Uma delas é o Vale do Paraíba porque já fizeram um Zoneamento Ambiental Mineral que é o único no Brasil. Naquele momento foi importante porque tinha um desordenamento tão grave da mineração naquela região causando um impacto muito grande em relação à forma como era feita a mineração. Foi colocado dentro de uma legislação que agora já foi atualizada com a Cetesb. Com isso, houve um avanço gigantesco para mineração e para a questão ambiental dando segurança jurídica para empresários em relação àquela legislação que era de 1942. É preciso resolver no Vale do Paraíba uma Z8 que tem um zoneamento que é possível minerar que pega 6 municípios que estão inclusos na região metropolitana que vai desde Jacareí até Taubaté, São José dos Campos, Caçapava. Esse zoneamento foi feito com a promessa de ser atualizado em 5 anos”, afirmou.

Disse ainda que houve um esforço grande da companhia e do governo federal porque tinha muita cartografia geológica da região, mas não foi possível fazer a atualização porque é muito complicado fazer sem um estudo do meio físico.

“Então, apostamos muito no ordenamento territorial geomineiro para que o IPT fizesse isso, já foi feito em alguns municípios. Esse ordenamento territorial geomineiro dá uma informação não só de mineração, mas, também, lembra a diversidade que eu acabei de comentar, em uma escala com um detalhe muito maior. Foi feito isso no PDUI na zona Sul e Oeste da Região Metropolitana de São Paulo. É um trabalho excepcional do IPT junto com os empresários que participaram da elaboração da lei de mineração que foi contemplado o Vale do Paraíba. O próprio Ministério Público participou e tem cobrado da Secretaria do Meio Ambiente a atualização”, ressaltou.

Finalizou destacando que uma ação dessa amplitude que é de mineração de areia no Vale do Paraíba tem que ser discutida na região como um todo, mesmo porque, ela abastece São Paulo.

RN – Fipe perguntou se havia uma proposta concreta sobre esse ordenamento territorial.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração respondeu que sim.

RN – Fipe propôs uma reunião da equipe Fipe para incorporar essa proposta no PDUI. Perguntou qual a outra região citada além do Vale do Paraíba.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração disse ser Ribeirão Preto porque tem o apoio do Aquífero Guarani aflorante. “Tem basalto naquelas formações da Serra Geral que abastece com brita aquela região inteira. Então, tem um sério problema de uso e ocupação do solo que é do tamanho do Vale do Paraíba. Por isso, o governo poderia entrar em um momento mais específico, no futuro, mas é importante considerar a mineração em Ribeirão Preto; e muito importante se conseguisse incluir agora essa discussão do Vale do Paraíba”.

RN – Fipe colocou que serão revistos depois de 10 anos de aprovado, então, vale a pena colocar Ribeirão Preto sim e perguntou se CG poderia ajudar na estruturação dessa proposta para entrar no PDUI, no que diz respeito, especialmente à mineração.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração combinou de enviar as duas propostas, do Vale do Paraíba e de Ribeirão Preto e o mapa das barragens para dar sustentação à proposta.

RN – Fipe solicitou a participação da CPLA com relação ao macrozoneamento.

GKS – SIMA/CPLA sugeriu que talvez pudesse pensar a questão do enquadramento da mineração sem que necessariamente gere uma mudança no zoneamento e no macrozoneamento nessas regiões.

RN – Fipe respondeu que do ponto de vista da estrutura do ordenamento territorial tem as macrozonas depois, as ações estratégicas para algumas áreas e, mais ainda, tem a área de interesse metropolitano e disse que essas áreas de mineração podem ter as diretrizes estratégicas para as áreas de interesse mineral e marcar essas áreas como áreas de interesse da produção econômica para a cadeia da construção civil, para além da região, porque isso gera receita para a região,

gera ICMS. “Dá para pensar que uma parte da exploração mineral volte para a região metropolitana para financiar, por exemplo, o saneamento”, analisou.

GKS – SIMA/CPLA apontou ser importante lembrar isso porque tema escala que, às vezes, pode ser mais adequada por uma questão temática, até porque, ela promete que vai estourar zonas, vai perpassar zonas com um tema para o macrozoneamento do Aquífero Guarani porque é uma área muito extensa e vai pegar realidades muito distintas de território.

“Como a **M** pediu um comando possível para os planos diretores de drenagem, tem sido feito um trabalho de compreender melhor a mineração nos planos locais dos planos diretores. Talvez, seja algo a se pensar por que aí é possível equacionar uma agenda de relação entre estado e município”, analisou.

Outra questão apontada foi sobre o Plano de Mudanças Climáticas olhando a energia do ponto de vista do transporte urbano. Citou como exemplo o município de São Paulo que assumiu a mudança na sua matriz energética na frota de ônibus.

“Se isso ficar espreado nas regiões metropolitanas é uma diretriz interessante que é trabalhar com o transporte público alimentado por fontes distintas do diesel e talvez isso seja uma coisa para se pensar por que a maior parte da frota está exatamente onde vocês estão trabalhando na macrometrópole.

Talvez, isso seja algo que possa ser pensado como uma diretriz geração de consumo de energia. Se for garantida uma demanda para o produtor da energia renovável, também pode garantir uma demanda cativa do transporte público.

Olhando como São Paulo propôs no Plano do Clima talvez fosse interessante porque você faz isso em Ribeirão Preto, em Jundiaí, ou seja, faz nas regiões metropolitanas onde existem as maiores frotas de ônibus. Outra questão é o incentivo através do IPTU para incentivar a instalação de fotovoltaica em residências e no comércio. Não sei se isso possa se colocar como diretriz, não sei se é viável porque estamos lidando com muitos municípios de várias regiões metropolitanas.

NMC – SIMA/CPLA apresentou dúvidas sobre o que foi dito da compatibilização dos planos diretores, leis de uso e ocupação do solo e da tentativa de compatibilização da legenda. Não ficou muito claro quais seriam as nove macrozonas porque quando se visualiza o quadro, não se vê o conjunto das nove e, sim, quatro ou cinco que se aplicavam para determinados municípios que estavam sendo analisados.

RN – Fipe esclareceu a dúvida explicando que durante o levantamento da legislação municipal foram encontradas 300 zonas ou macrozonas municipais e essas 300 zonas, pelos conceitos, foram reclassificadas em nove zonas a partir da leitura unificada da legislação.

“Então, para comparar um município com uma área de adensamento aqui ou lá – e ele pode dar um outro nome – mas, a nomenclatura vai mudar para nove macrozonas. Vamos mandar a legen-

da para vocês e os conceitos e aí vocês vão ver que para essas nove macrozonas, as análises feitas incorporaram as outras municipais”.

Exemplificou com a fala de S sobre as áreas indígenas, quilombolas, áreas de preservação federal e estadual. “Aquilo que não estava no âmbito do município, foi cruzado com essa leitura unificada e, a partir disso, surgiram algumas macrozonas. Em Piracicaba, eles abriram a área sustentável e rural e a urbana. No caso do Vale do Paraíba, isso foi tratado dentro da área rural. Então, temos cinco macrozonas que podem ser aplicadas nas diferentes unidades regionais, mas vocês vão receber esse quadro e a proposta do macrozoneamento regional que tem as macrozonas municipais. Vai ter uma etapa que vai cruzar com os mapas que estão sendo gerados onde é feita uma análise transversal e um dos temas é a ocupação urbana e a estrutura urbana com a questão ambiental. Serão 12 mapas transversais em que serão analisados o macrozoneamento”, detalhou.

Acrescentou ainda que, no hub de infraestrutura, a questão da mineração é típica, ela é insumo básico como maior gerador de empregos. “Então, como isso fica no macrozoneamento? Não temos essas áreas de mineração com essa categoria que G comentou. Tudo isso ainda vai passar por duas etapas de alteração dessa proposta preliminar”, revelou.

NMC – SIMA/CPLA colocou outra dúvida sobre o macrozoneamento e definição para ações específicas temáticas. Citou que, na configuração do polígono, por exemplo, em um dos mapas é vista a zona que tinha essa característica de proteção ambiental com alguns polígonos que, de repente, estavam muito pequenos e a dúvida é se vai ter uma limpeza.

“Existe o pensamento de, em algum polígono mínimo ou se isso vai importar pouco considerando a característica das diretrizes que vão ser direcionadas para esse território da macrozona? É um pouco a respeito do tamanho do polígono que estão imaginando para essas zonas e das áreas?”, questionou e explicou que também está tendo que lidar com isso na questão do saneamento, então, são curiosidades conjuntas. “Isso foi conversando enquanto acontecia a apresentação e abriu para a equipe se manifestar”.

MRI – SIMA parabenizou a equipe pelo trabalho e declarou que os estudos complementam muito a análise territorial que está sendo feita porque, por um lado, a equipe da Fipe faz a releitura do que já existe de normatização ou dinâmica de território e a equipe da SIMA tenta integrar dados ambientais e socioeconômicos, então muitas dessas zonas que apresentadas no PDUI se qualificam com os indicadores ambientais e sociais que tem sido trabalhado.

“Vai ser bem interessante poder integrar esses dados todos. De um lado, o que tem sido feito, ainda que numa escala de menor detalhe mais abrangente, mas com indicadores de grande detalhe vem sendo trabalhado e, de outro lado, essa análise de leitura dos territórios dessas regiões e dessas aglomerações”, analisou.

GKS – SIMA/CPLA apresentou a reflexão de que o trabalho mais detalhado tem um olhar especial nas regiões que já foram analisadas: a APA Cabreúva/ Cajamar. Disse ainda acreditar que a macrozona vai trabalhar com as diretrizes daquilo que faz uma distinção de uma e de outra macrozo-

na. “Uma área de proteção ambiental reúne questões que difere da macrozona seguinte, portanto, faz sentido ter diretrizes que são só para aquele território. Mas, questões que perpassam uma zona que é o próximo passo de escala não será trabalhada com o macrozoneamento e, sim, com o zoneamento que é uma questão de nomenclatura com relação ao regional e ao local”.

RN – Fipec confirmou que o macrozoneamento é o que dá a cara do ordenamento territorial para o território da região metropolitana ou aglomeração urbana, então o que o ele faz é dizer essas são as áreas e as diretrizes de orientação para os municípios. “Na macrozona de urbanização estão consolidados os índices de ocupação que podem ser maiores. São diretrizes gerais para revisão da regulação municipal para se ter um território com equilíbrio e sustentabilidade”, explicou.

Disse ainda que cada macrozona carrega um conceito com um conjunto de diretrizes com vista a reformulação do plano diretor porque o Estatuto da Metrópole diz que depois do macrozoneamento os municípios têm que rever o seu plano diretor a luz desse macrozoneamento.

“É o que a lei federal coloca, então vamos dar diretrizes de orientação para essa revisão da legislação. Por exemplo, em alguns mapas de algumas áreas estão estabelecidos os conflitos do zoneamento municipal no limite. Então aquele que está próximo de um ativo ambiental e o município do lado botou como área de expansão urbana, a gente vai ter que dar uma orientação para ele rever isso para que esse conflito não permaneça”, explicou.

Esclareceu que são ações estratégicas para determinadas áreas, não são nem para macrozona tipo Aquífero.

“O objetivo é fazer uma diretriz de adução de água para o Aquífero, então é preciso ter lá um conjunto de diretrizes, isso é uma coisa; a outra é a identificação de áreas de interesse metropolitano, tipo um polo tecnológico. Ele tem uma relevância que extrapola região metropolitana e por isso aquela área pode ser de interesse metropolitano não é o eixo da Dutra certamente que é uma área de interesse metropolitano pegando aqui o exemplo. Vamos identificar e quando isso for tratado, tem que ser tratado como um interesse que não é do município ele tem um interesse regional e, portanto, deve observar critérios que atendam a interesses comuns, só para esclarecer”, afirmou.

GKS – SIMA/CPLA concordou e disse que as análises então indo no mesmo sentido, falando da zona que são grandes arranjos e as áreas vão olhar para dentro dela e algumas vão até passar pela região metropolitana de Campinas que teve uma área que parece bem interessante do ponto de vista desses usos que são na relação do rural/urbano que são as áreas de conectividade de Campinas.

“A conexão deles pode ser exatamente por áreas verdes urbanas chegando nas áreas rurais que seriam reservas legais e APPS e tudo mais. Esses fragmentos não necessariamente estão lá circunscritos a uma zona ou outra. Então, parece que as áreas podem comportar essas diretrizes que perpassam as zonas que fazem com que a macrozona exista, então, é importante, não só olhar essas macrozonas como a análise apresentada, que já tem esse do mapa, como é que vai ser tratado ou se é uma coisa mais metodológica do desenho. Mas, tem uma coisa que é das próprias características de ação e diretriz que entendendo ser a parte que comporta a macrozona e

parte se comporta nas áreas independente. Isso, nesse momento, porque o PDUI vai guardar cartas na manga para as áreas mais à frente que podem ter um impacto mais progressivo no tempo, com mais calma, mas já está previsto na metodologia”.

FD – Fipe aproveitou o debate para levantar a questão do ICMS ecológico. “Nessas áreas novas que estão em estudo como aglomeração de Franca e a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, no último inventário florestal, apesar de alguns avanços, que foram indicados na parte ao Norte e a Oeste do estado, ainda tem baixos índices e a discussão foi trazida para o macrozoneamento. O ICMS ecológico pode ser um fator de indução de mudança de uso do solo e seria importante entender um pouco dessa expectativa nessa nova lei, se é mais de conservação das áreas que existe ou se é de indução e como podemos aproveitar isso no macrozoneamento como uma estratégia”.

GKS – SIMA/CPLA respondeu que o novo ICMS ambiental tem quatro frações em que uma é pagar pelas áreas protegidas e áreas estaduais protegidas. Outra são acidentes nos municípios e, por isso, não tem muita aderência. Outra são áreas que serão indicadas futuramente que podem ser áreas preservadas que interessa ao estado. A outra fração é pelos reservatórios de abastecimento regional contemplados em **RM** que devem ser as unidades que têm sido trabalhadas pelo SIMA/CPLA.

Alertou ainda a existência de uma fração com duas ações interessantes: resíduos que é uma função pública de interesse metropolitano, uma FPIC e os municípios que estão em consórcio e que tem planos regionais ou municipais, eles vão receber recursos para resíduos.

Tem alguns critérios que se pode conversar e tirar dúvidas e o quarto que parece interessante é que os municípios com mais de 30% de vegetação no seu território ou fora de unidade de conservação estadual de proteção integral recebem uma fração de recursos por essa área vegetada. Quem está em APA pode até não ter 30% e recebe pela vegetação incidente e estão com área de APA que vai receber pela área, por exemplo, Cabreúva, Cajamar e Jundiá.

Os outros municípios que não estão em APA só fazem sentido se eles alcançarem 30% de vegetação no território. Então, vai receber por área vegetada 30% ou menos que 30 se estiver em área de APA.

“Isso é um incentivo que se consegue dar para que eles façam boas composições de reserva legal, APP e manutenção de área vegetada. Se criar um parque natural municipal e manter uma área vegetada, ajuda a subir o *rating* dele no 30% de vegetação. Não é fácil, mas, os estudos que balizaram essa decisão mostram que tem município que vale a pena o ICMS ecológico, que é um incentivo possível e importante para planejar o futuro”.

RN – Fipe perguntou se existe um limite e se quanto mais gente entrar se vai diminuindo.

GKS – SIMA/CPLA explicou que sim. “Em tese vai acabar se todo mundo reduzir, vai receber menos e quanto mais gente entrar na festa, menos recebe. Mas como a área é vegetada a gente sabe que o crescimento é de meia década ou próximo a uma década. Então, é um mapa meio instável que muda muito no tempo. Mas, para o PDUI vale a pena porque está se falando de 10 anos, assim

é preferível ter o problema de lá na frente, distribuir pouco, mudar o ICMS ambiental para uma nova diretiva. Mas, a lógica é essa”.

RN – Fipe solicitou também esclarecimento de uma dúvida da equipe de como usar esse ICMS do ponto de vista da atratividade econômica porque vai ter uma hora que o interesse vai acabar. “Para receber só isso prefiro não entrar”.

GKS – SIMA/CPLA ponderou que existe um equilíbrio já que antes só era pago pela área protegida, mas, como agora é por quatro frações, tem município que vai receber muito, mas, não é pelo pagamento dos resíduos, mas, quando aumenta o bolo da divisão entre os municípios, menor é a fatia para cada um.

RN – Fipe perguntou se é resíduo cobertura.

GKS – SIMA/CPLA respondeu que é resíduo de cobertura vegetal de área protegida e reservatórios de água de mananciais e de energia já se recebia. A novidade é pagar o reservatório de mananciais que era uma demanda antiga da Billings e da Guarapiranga.

RN – Fipe questionou então se o dinheiro será pego todos os meses.

GKS – SIMA/CPLA reforçou que não é só para reservatório superficial e quanto aos resíduos, o município tem que ter um plano – regional ou municipal – estar em um consórcio e tem que fazer ações de reciclagem. Ficou de verificar as informações.

RN – Fipe solicitou o envio da regra.

GKS – SIMA/CPLA comprometeu-se a enviar a lei e o decreto além da legislação do pagamento por serviço prestado.

SM – Fipe destacou a importância de ter a Lei e o Decreto porque nas regiões de Piracicaba e Jundiá existem muitos municípios que estão quase 100% em área de proteção. E tem a Serra do Japi.

RN – Fipe comentou que o município só vai receber dinheiro do fundo porque está totalmente imobilizado em área de proteção ambiental e aí os outros municípios que poluem, tipo Piracicaba, Rio Claro e Limeira, não podem reclamar, tem que passar o dinheiro para o município que tem área dentro de uma APP.

GKS – SIMA/CPLA colocou que a disposição dos municípios de ficar criando parques é mínima, mas a legislação não pode obrigar o uso do dinheiro do mês. “É possível fazer o repasse sem vínculo de uso, então, de repente é possível fazer um arranjo nas regiões metropolitanas”.

RN – Fipe colocou que não é possível fazer uma subconta do que o município recebe e uma subconta para pagamento de serviços ambientais com esse dinheiro do ICMS ecológico e aí com mais contribuição que o município já dá por si, aumenta o bolo.

GKS – SIMA/CPLA respondeu existir uma cobrança com controle social que a sociedade vai dizer se recebe pela área vegetada porque você não pega a fração disso e joga lá no PSA porque tem que ser uma lei de outra natureza.

RN – Fipe comentou que isso pode ser uma regulação dentro do fundo.

GKS – SIMA/CPLA ficou de enviar o material solicitado e aguarda o recebimento da proposta do macrozoneamento elaborada pela equipe da Fipe.

RN – Fipe lembrou que **G** ficou de mandar a proposta da mineração e o mapa das barragens para subsidiar a definição das áreas de interesse metropolitano no que diz respeito a mineração e a questão ambiental.

RN – Fipe perguntou se alguém da equipe quer fazer alguma colocação.

CL – Fipe colocou que tem uma questão prática e perguntou se pode pegar o grande polígono do IPT e fazer alguns estudos para ver o que acontece cruzando com áreas urbanas para fazer uma proposta.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração respondeu que sim e afirmou que está muito bem delimitado na escala de 1: 25000 e o mapa geológico é bastante preciso. “O IPT utilizou só para água subterrânea, para preservação de aquíferos. Mas, há outras fragilidades além da água subterrânea, outros potenciais que podem ser aprimorados e pelo que eu entendi na outra na outra discussão mais específica, vocês já têm isso delimitado. Uma área que você pode bancar como Aquífero Guarani aflorante é uma condição diferenciada do estado em termos de uso de preservação. O mapa do IPT é muito bom. Não tem nada melhor no momento”, destacou.

CL – Fipe perguntou se é possível receber o mapa em Shape.

CG – SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração respondeu que consegue sim e que vai mandar o contato para a equipe pegar direto com quem coordenou esse trabalho.

MG – Fipe agradeceu a capacidade de interlocução e de troca entre as equipes. Considerou como de extrema boa vontade das secretarias em participar do debate com a Fipe com tanta informação, dispondo de tempo e com muito conhecimento. Agradeceu muito aos representantes presentes e coloca que a equipe retornará enviando os estudos elaborados a partir das contribuições de todos.

GKS – SIMA/CPLA agradeceu pelo convite e pela presença da sua equipe.

RN – Fipe encerrou a reunião agradecendo a todos e colocou a equipe da Fipe à disposição para outros debates.

2. GRUPO TÉCNICO DE MACROZONEAMENTO

Registro da reunião do Grupo Técnico de Macrozoneamento, que aconteceu no dia 5 de novembro de 2021.

Participantes dos Setoriais do Estado

- Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) –TFNG
- CDHU – MTBR
- CDHU – MCPS
- CDHU – MSR

RN – Fipe agradeceu à Secretaria de Habitação-CDHU pela participação, pelos insumos compartilhados e, também, destacou a presença do representante do Itesp.

Iniciou dizendo que a equipe está na etapa de discussão com grupos de trabalho com setoriais do estado. Informou que foi feita uma reunião com a Secretaria de infraestrutura e Meio Ambiente e a Sabesp onde foi apresentado o macrozoneamento e, também, foram discutidas questões relativas à energia e saneamento. “Hoje será feita essa rodada com vocês e, também, será apresentado o macrozoneamento e alguns mapas que foram produzidos para discutir e tirar dúvidas de dados ou de interpretações que foram feitas a partir desses mapas, especialmente com relação a cruzamentos para assentamentos subnormais em áreas de risco para poder se pensar uma diretriz de enfrentamento, disse.

Destacou ainda que para quem está acostumado com a escala da região metropolitana de São Paulo, pode ser um problema olhar no mapa para essas regiões que estão sendo trabalhadas porque é infinitamente pequeno em relação a dimensão que se costuma lidar. “Acredito que boa parte das pessoas, claro que o CDHU lida com o estado inteiro, que estão aqui, vêm de uma tradição de estudar a Região Metropolitana de São Paulo ou a Macrometrópole e ao olhar para Franca, Ribeirão Preto e mesmo para a Região de Piracicaba e de Jundiaí esse não é um problema, é uma questão de política pública se você dá prioridade a essa agenda e é bem confortável para enfrentar. Então, queremos discutir algumas alternativas com vocês sobre essa questão”, disse.

Cumprimentou o representante do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, **TFNG – Itesp** e colocou a importância do Instituto no debate porque nas unidades regionais que estão sendo trabalhadas, os problemas da precariedade ou dos assentamentos subnormais têm uma dimensão pequena comparada com a Região Metropolitana de São Paulo, mas, nessas regiões já aparece a necessidade de regularização fundiária e de usos urbanos em área rural, inclusive gostamos de saber que hoje o Itesp está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR.

Apresentou e passou a palavra para **JJ**, coordenador regional e gestor do contrato celebrado entre a SDR e a Fipe.

JJL – SSAM/SDR agradeceu a participação do **TFNG – Itesp** que prontamente atendeu ao convite da diretoria do Itesp. Disse que ele é o técnico que vai ajudar com relação a regularização fundiária. Agradeceu também a presença da Secretaria da Habitação e do CDHU. “A equipe está empenhada a fazer a coisa acontecer até meados do ano 2022 e já foram feitas oficinas regionais com as prefeituras e agora estamos na fase de consultas às secretarias do estado. Não só consultas, mas apresentação do processo que é muito importante”, afirmou.

RN – Fipec também agradeceu a presença do Itesp representado pelo **TFNG – Itesp**, e afirmou ser o responsável pelo Programa Cidade Legal. Explicou que a equipe não conseguiu ter acesso aos dados do Programa Cidade Legal para ter uma dimensão de que programas eles têm com os municípios que estão sendo trabalhados, mas que a equipe não desistiu dessas informações porque nas oficinas regionais encontraram essa questão de regularização fundiária em área rural para usos urbanos.

“O que está acontecendo em algumas dessas regiões que têm influência do agronegócio e, diferentemente, da Região Metropolitana de São Paulo que tem uma organização muito mais densa para falar do macrozoneamento e vou contar como se chegou nesse macrozoneamento”, disse.

Explicou que primeiro foi feito um levantamento das legislações incidentes no território, sejam municipais, estaduais ou federais ligadas a questão ambiental, as áreas de proteção e as reservas privadas. “A partir dessa leitura da legislação foi gerado um mapa do zoneamento municipal e na etapa seguinte para permitir uma análise regional, a equipe criou uma nomenclatura que obedecesse ao conceito que estava na versão municipal, mas, que gerasse uma legenda de comparabilidade para análise”, afirmou.

Destacou que a montagem da proposta preliminar do macrozoneamento apresentada para as prefeituras e para sociedade civil nas oficinas regionais foi feita a partir da leitura unificada de todos os zoneamentos, inclusive no caso do Vale do Paraíba que usa o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral que já existe como decreto.

O relatório foi enviado para os municípios avaliarem se a leitura feita pela equipe foi correta. Alguns municípios estão pedindo alterações e sugerindo complementação e alteração para que a proposta de macrozoneamento seja levada para as audiências públicas com mais consistência, ainda que seja preliminar, mas incorporando essa rodada que está sendo feita com o governo do estado.

Disse ainda que no dia foi enviado um relatório com todas as etapas cumpridas pela equipe para a Secretaria de Meio Ambiente para que se pudesse olhar com mais detalhes para além da apresentação que foi feita.

“Esse mesmo documento será enviado para vocês analisarem e retornarem com observações. Vão receber um documento que tem a descrição da metodológica e os mapas do documento analítico que estarão, depois das revisões finais, disponíveis na plataforma digital de cada Unidade Regional”, ressaltou.

Após essa introdução passou a palavra para **MG – Fipe** que é coordenadora do bloco do ordenamento territorial e informa a presença da consultora **RM – Fipe**.

MG – Fipe agradeceu a disponibilidade de todos e disse que as questões trabalhadas pela Secretaria da Habitação trabalham sobre a vulnerabilidade territorial das populações desassistidas e é um assunto muito relevante para a equipe da Fipe, principalmente diante dos últimos dados que demonstram o quanto que a informalidade, a irregularidade e a precariedade estão presente no processo de urbanização atual.

RN – Fipe iniciou a apresentação pela Aglomeração Urbana de Franca e na sequência pela Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

CL – Fipe explicou que Franca e Ribeirão Preto são áreas contíguas e estão sendo trabalhadas conjuntamente pela mesma equipe. Explicou que nas duas Unidades Regionais os estudos estão mais atrasados com relação às demais porque são duas áreas que a equipe não tinha informação dados e informações. Apesar da falta de informações, a equipe conseguiu levantar uma quantidade de dados e formar uma base interessante de informações para fazer o passo seguinte que é a definição das macrozonas.

Destacou que na região, tanto para Ribeirão Preto quanto, para Franca foi feita a mesma leitura e foi verificado que é um território com pouquíssimas áreas protegidas, poucas unidades de conservação e poucos fragmentos vegetais.

Destacou que como o PDUI parte muito da das áreas que já foram legisladas, existe um desafio maior porque o PDUI vai ter que propor algum nível de proteção para esse território do ponto de vista ambiental, que faça sentido do ponto de vista regional e que seja relevante. “Um dado chamou mais atenção: as áreas de vulnerabilidade do Aquífero Guarani que foi apresentado na reunião com a SIMA e foi muito bem recebido”, disse.

A ideia foi baseada em um estudo do IPT de 2011 em que já é proposto que uma área de proteção aos mananciais que pega boa parte da região. Disse ainda que um foi começado a plotar num mapa um trabalho elaborado pela ANA que tem muita informação e traz uma proposta para a área do Aquífero Guarani. “A diferença é que é um buffer de 1 km e o do IPT tem 2 km. Estamos nesse estágio de definição das macrozonas rurais e o restante do ambiental e urbanas. Será seguida uma linha muito semelhante a de Piracicaba porque são regiões onde o rural é muito ocupado pelo agronegócio”, destacou.

RN – Fipe passou a palavra para a **SM – Fipe** e **MY – Fipe**.

MY – Fipe iniciou a apresentação com a proposta de macrozoneamento da Região Metropolitana de Jundiaí e explicou que está sendo considerado o macrozoneamento e zoneamentos estabelecidos nas legislações municipais e áreas ambientais protegidas por lei.

Destacou que estão sendo propostas quatro grandes macrozonas, sendo duas com funções ambientais. As macrozonas estão identificadas no mapa como: macrozona de preservação ambiental

que tem um caráter de restrição, macrozona de uso sustentável e rural que incorpora duas APAs de Cabreúva e Jundiá e as áreas rurais dos municípios.

Há ainda a macrozona de interesse urbano que corresponde aos perímetros urbanos ou as macrozonas urbanas das legislações municipais e isso quando elas não coincidem com as APAs porque nesse caso, são identificadas como macrozona urbana em APA. “Foi pensada para destacar essas áreas e estabelecer ali diretrizes mais específicas de equilíbrio entre urbano e a conservação ambiental já que são áreas bem urbanizadas, fortemente consolidadas e bastante importantes para o desenvolvimento econômico dessa região”, disse.

Explicou que, de maneira resumida, essas foram as macrozonas propostas nas oficinas regionais e que a ideia agora é agregar outros elementos para a composição dessas áreas, de forma a qualificar e refinar as diretrizes das macrozonas.

Além disso, também pensar em outras escalas de ordenamento territorial para analisar, por exemplo, as áreas de precariedade e identificar áreas de interesse regional ou metropolitano onde podem ser aplicados instrumentos de política urbana de forma interfederativa.

Foi apresentado ainda o trabalho elaborado para a Região Metropolitana de Piracicaba. A única diferença é que foram definidas cinco macrozonas porque foi separado o rural do sustentável nessa região por entender que elas apresentam características muito distintas e pela área rural ser muito representativa.

Esclareceu que essas são as questões que a equipe gostaria de dividir com os participantes. A principal pergunta é saber qual a dinâmica urbana que a equipe deve considerar nesses desenhos de ordenamento territorial. Em seguida, passou a palavra para a coordenadora regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

ZA – Fipe antes de entrar no mapa do Vale do Paraíba e Litoral Norte, comentou o que foi apresentado: para esta região foi feita uma primeira aproximação do macrozoneamento regional do PDUI, sendo que nesse primeiro ensaio, foi feita a agregação das nove macrozonas da leitura unificada em três macrozonas regionais.

A macrozona de preservação ambiental engloba, principalmente, as unidades de conservação de proteção integral que são as áreas mais protegidas. A macrozona de consolidação da urbanização considerou principalmente as macrozonas e zonas urbanas dos planos diretores e leis de uso e ocupação do solo de 25 dos 39 municípios (onde foram identificadas a existência dessas leis municipais), e os setores censitários urbanos do IBGE 2020 para os outros 14 municípios.

Destacou ainda que também foram considerados o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral, as unidades de conservação, as terras indígenas e os territórios quilombolas. As áreas rurais da região estão inseridas na macrozona de uso sustentável, e é importante lembrar que se trata de território distinto do rural das regiões de Ribeirão Preto.

RN – Fipe agradeceu e retomou a discussão para o Vale do Paraíba com a questão da precariedade e da vulnerabilidade socioterritorial apresentadas no mapa feito pelo coordenador. “A equipe faz as análises cruzadas e o coordenador fechou os mapas que cruzam informações e tem várias questões que valem a pena serem colocadas aqui depois que os mapas forem apresentados para a Secretaria de Habitação, CDHU e Itesp”, ressaltou.

ML – Fipe complementou dizendo que pode compartilhar os mapas complementares.

DA – Fipe apresentou um mapa feito nos últimos dias com uma temática voltada para habitação, camadas de domicílio em áreas de risco, mas, tem vários outros condicionantes nesse mapa que são importantes de serem elencados, por exemplo: o que é risco nesse caso? O Vale do Paraíba vai ter essa sobreposição que vai ser basicamente caracterizada pela calha do Rio Paraíba do Sul, de vulnerabilidade do Aquífero que em amarelo no mapa. Tem também áreas de risco de erosão que não são visíveis nessa escala e que estão mais em Guaratinguetá e Canas, onde tem erosão de risco alto.

“Esta é a ênfase maior desse mapa. São temáticas abordadas nesse mapeamento que trazem exatamente o que é o Vale do Paraíba. No caso do Litoral Norte, nas planícies litorâneas, ao mesmo tempo tem perigo de escorregamento em boa parte do que é chamado aqui no Vale do Paraíba de mares de morros e áreas serranas que são as áreas – nos municípios – caracterizadas por domicílios em áreas de risco”.

Explicou que na maioria dos municípios de Campos do Jordão, Jacareí e os municípios do Litoral Norte apresentam áreas de risco. Esse cruzamento tem algumas sobreposições com vegetação nativa em Unidade de Conservação. A maior parte de domicílios em áreas de serra com perigo de deslizamento está em Campos do Jordão.

No Litoral Norte ocorre o inverso: vai ter escorregamento e uma dinâmica de risco abordada nesse mapa para o Vale do Paraíba. Então, basicamente, esse mapeamento traz essa conjuntura do que é risco e do que é precariedade e mais esses condicionantes ambientais do Vale do Paraíba.

ML – Fipe quis comentar um tema que foi debatido ao longo do processo de coleta de dados sobre como a equipe caracterizaria a demanda por habitação nessas unidades regionais.

“Tentou-se caracterizar, tanto a precariedade, quanto a presença dos assentamentos precários em áreas de risco como uma espécie de demanda emergencial que deveria ser equacionada do ponto de vista regional. Tem uma outra demanda por habitação que é de renda e outras situações de acesso habitacional, inclusive de baixa renda que a nosso ver é papel da política habitacional municipal. Então, é o quanto fosse possível, do ponto de vista analítico da distribuição dos assentamentos precários e da quantificação de precariedade mais emergencial. Seria ótimo ter as informações do número de domicílios do município em área de risco. Hoje, as informações estão muito díspares entre as unidades regionais, em algumas é possível saber o número de domicílios estimado em áreas de risco, mas não o número de domicílios em assentamentos precários e o que é incluído dentro e fora de áreas de risco. Mesmo assim, é difícil localizar esses assentamentos do ponto de vista espacial”, disse.

Avisou que no fim da apresentação, **RF – Fipe** iria demonstrar a alternativa encontrada para tentar aproximar dessa localização. “É uma proposta que é possível discutir aqui”.

RN – Fipe enfatizou especialmente para a equipe da **MC – CDHU** que esse o projeto tem âmbito regional e, a despeito de ter o nome de Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, é uma exigência do Estatuto da Metrópole que seja incorporada a questão rural.

Destacou que especialmente nessas regiões de mais agronegócio percebe-se que o uso urbano está invadindo a área de espera que é tradicional da pecuária.

“É uma história clássica da ocupação urbana em área de espera que a pecuária ficou ali esperando a urbanização, a infraestrutura chegar perto, e isso está sendo percebido agora em Piracicaba e em alguns lugares, talvez em Franca, mas essa é uma tônica que será discutida aqui e chamo atenção para o fato de que se ele é um plano mais global, não será feito um projeto nesse plano, serão feitas diretrizes de enfrentamento dessa questão que o **ML – Técnico Fipe** colocou corretamente, que é do risco enfrentado, ainda que não se saiba com precisão o número de domicílios, foi identificado esse problema e se faz necessário ter uma diretriz de enfrentamento ou de proposição do enfrentamento com relação a essa questão. Isso é o projeto urbano e o projeto de intervenção que vai precisar ter a precisão de quais são esses domicílios, onde eles estão e como isso será tratado”.

Destacou que o mapa apresentado por **DA – Fipe** sobre as questões da vulnerabilidade fica claro que os riscos presentes na região são de fato prioritários para intervenção no Litoral Norte e Campos do Jordão porque eles têm dois papéis: um regionalmente que para o estado têm uma relevância turística de estâncias para lazer e serrano que é onde a classe média rica vai usufruir desses territórios e os moradores não.

Então, se no caso do Vale do Paraíba for necessário priorizar, do ponto de vista regional, essas são as áreas porque elas têm uma importância em si e para fora da própria região que deve trazer benefícios para essa população que está lá e a riqueza que vem de fora consome e não deixa nada. Então, o estado e o poder público devem olhar essa população que na realidade propicia essa segunda moradia e presta serviço para essa segunda moradia e o estado não os enxerga. “Então, para nós, essa é a primeira prioridade com relação ao risco”.

Acrescentou que esses projetos urbanos e urbanísticos são mais propícios porque é possível fazer remoção de uma faixa dessa inundação sem que desmobilize, que na realidade, qualifica aquele território incorporando como trechos de cidades de fato porque elas não são só periferias ou elas são aquelas áreas que todo mundo pinta como cinza no projeto e passa para frente.

Então, quanto a essa questão do risco da inundação e mesmo do Europarque, ele está muito próximo da mancha urbana e é preciso dar qualidade urbanística para esses territórios, isso minimiza esses riscos de inundação que estão na calha do Rio Paraíba do Sul. Dito isso passou a palavra para **MC – CDHU**.

MC – CDHU alertou que o risco é um grande desafio para a CDHU e comentou que foi usado o indicador indicado nos mapas e nas bases de informação, que é um indicador de identificação nos municípios das áreas de risco.

Percebeu que os dados usados como base para a qualificação territorial são os dados de Indicação Geográfica (IG) e existe uma longa trajetória de discussão com IG que mostrou serem diferentes as escalas trabalhadas pela equipe.

Explicou que o IG trabalha com macrocompartimentos e existem alguns exemplos em territórios que são estudados mais profundamente, como foi a Baixada Santista. “E se forem considerados o risco usando os dados do IG, por exemplo, o município de Peruíbe inteirinho estaria em área de risco. E eles virariam uma prioridade para intervenção da política habitacional e urbana, quando na verdade, não é exatamente assim e o próprio IG reconhece isso”.

Então, foi feita a opção de trabalhar com ocupações em áreas de risco identificadas pelos municípios porque é sabido que existem fragilidades nessa informação, o que é percebido como ocupação sobre essas áreas de perigo ou de vulnerabilidade.

“O próprio IG apresentou em outros trabalhos e já começou uma discussão com eles sobre a necessidade de construção desse indicador. Então, realmente, esse é um ponto de atenção e uma outra questão é que tem a informação dos dados das favelas. Tem dados de risco, mas não existe certeza da sobreposição ou não dessas informações, então são indicadores que no momento, se forem colocados para a escala de projeto de concepção da intervenção, vai ser possível fazer essa verificação”, explicou.

Sobre os dados que chamam atenção são referências para a priorização das políticas públicas nessas áreas de intervenção no município que apresenta risco e ocupação em favelas.

Explicou ser uma indicação de que ali tem uma fragilidade que precisa de atenção. “Não é um indicador ainda de projeto, é para ter cuidado. Além de interessante é um desafio para prosseguir na hora que for para escala realmente municipal. No caso que foi trabalhado com o mapeamento dos assentamentos precários no Sistema de Informações Metropolitanas feita no município, há uma identificação do número de domicílios em risco naquele assentamento, aí temos as duas informações compatibilizadas e também queria destacar que isso não é uma correspondência biunívoca que pode ficar na escala de projeto das intervenções que serão realizadas, se esse risco está dentro de um assentamento precário que vai sofrer outras intervenções ou não”, enfatizou.

Destacou ainda serem informações que podem ser usadas como referências, mas nessa escala de diretrizes. “Concordo plenamente que no momento em que descer para escala de projetos e da concepção da intervenção e fazer uma ligação aproximada de informações de referência que inclusive, na discussão que tivemos com a equipe do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), a opção foi seguir com a informação obtida dos municípios, só para contextualizar e ter isso como referência”.

RN – Fipe Passou a palavra para **MG – Fipe**

MG – Fipe comentou ter achado curioso o fato de durante reunião semelhante com o pessoal da energia eles terem colocado que para eles a questão era a sazonalidade nessas áreas enquanto o grupo desta reunião sinalizar o oposto, que a população moradora, não sazonal é a questão do problema que merece ser analisado.

“São duas vertentes muito distintas de prioridades. E quando a **RN – Fipe** colocou que a questão é do projeto e da intervenção, eu concordo plenamente, contrapondo isso com a questão que na escala que está sendo trabalhada no PDUI não entra nessa escala do projeto ou ela não desce, mas tem que dar diretrizes que orientem essa escala do projeto. Talvez, nessas áreas que o **ML – Técnico Fipe** e o **DA – Fipe** mostraram que são áreas de risco total poderia ser uma macrozona do tipo áreas de risco desfavoráveis para assentamento habitacional ou áreas desfavoráveis para assentamento habitacional, o que já é uma diretriz dirigida para os planos diretores. Isso é apenas uma sugestão”, afirmou.

Em seguida, passou a palavra para **MTBR – CDHU**.

MTBR – CDHU complementou a fala de **MC – CDHU** sobre a escala de projeto dizendo ser importante saber a delimitação desses assentamentos para o Litoral e na Baixada Santista que são nove municípios. Comentou ainda que ficaram devendo os dados de política, mas vão verificar.

Afirmou que conseguiram resgatar as informações do litoral sustentável para o Litoral Norte e o mapeamento que foi uma proposta que era mais vultuosa do programa litoral, mas que não houve consecução. “Com isso, temos uma quantificação por município de assentamentos de risco, mas tem um trabalho de desenho que conseguimos resgatar nos arquivos que é o mapeamento desses assentamentos no Litoral Norte. Isso é uma coisa que vale ouro, tendo em vista, essa prioridade que a **RN – Fipe** acabou colocando do litoral como um todo. Ninguém tem um dado melhor para o Litoral Norte”, alertou.

RN – Fipe perguntou se é possível obter esse material.

MTBR – CDHU confirmou que sim já que o material foi descoberto nos arquivos. Explicou que foi feito um quadro geral de quantificação por município e um mapeamento do perímetro. “Não temos digital, só em papel porque foi um trabalho de consultoria, mas podemos trabalhar e se debruçar sobre isso porque, inclusive, interessa por conta do futuro do programa do Litoral Norte”, afirmou.

RN – Fipe colocou que a equipe da Fipe tem vários geógrafos extremamente competentes em geoprocessamento. A **RF** também é urbanista e muito competente na área cartográfica e **D** que está no litoral entende muito do tema. “Se vocês quiserem, podemos mapear”, disse.

MTBR – CDHU propôs uma reunião específica sobre o tema e, se for o caso, presencial. “Podemos chamar um dos consultores que está conosco na equipe para abrir esse material. É um trabalho

específico que vocês podem nos ajudar porque não temos geógrafos para georreferenciar e ele seria o embrião do futuro do programa”, esclareceu.

ZA – Fipe perguntou sobre a data do material.

MTBR – CDHU respondeu que deve ser do Censo de 2010 ou 2015, explicou ser possível passar o quadro geral para que os técnicos tenham uma ideia da dimensão por município que seria razoável para uma quantificação.

RN – Fipe concordou e confirmou que o trabalho será feito em nível de diretrizes, identificando o problema e definindo uma diretriz que ajuda a elaboração de uma política pública de priorização dentro da região. Ressaltou ser uma grande contribuição do PDUI e para quem formula a política pública. “Temos uma justificativa para priorização e vocês sugerem algumas diretrizes para vocês poderem formular a política ou contratar o projeto de intervenção”, ressaltou.

MTBR – CDHU afirmou que o foco são as regiões do Litoral Norte e Campinas.

TFNG – Itesp informou que o Itesp tem convênio com o município de São Sebastião e lá foi sugerido um site específico sobre regularização fundiária que já tem as shapes de todos os núcleos irregulares que o município apontou. São 102 núcleos. “Então, para quem quiser informação especificamente sobre São Sebastião encontra isso lá e, também, tem a identificação das terras devolutas que são terras públicas, inclusive algumas levadas para programas habitacionais no município”, explicou.

RN – Fipe perguntou se o Itesp tem esse convênio com outros municípios da área de atuação do Projeto da Fipe.

TFNG – Itesp disse que sim e que vai procurar.

RN – Fipe passou para o **TFNG – Itesp** os municípios que estão sendo trabalhados no conjunto das cinco unidades regionais para ele dizer com quem o Itesp tem convênio para regularização fundiária e a equipe irá atrás desses para ver como avançou a identificação desses núcleos.

ZA – Fipe perguntou a **TFNG – Itesp** se o dado apresentado está no site da prefeitura de São Sebastião.

TFNG – Itesp disse existir um link específico sobre regularização fundiária com toda a legislação, os shapes de todos os núcleos e os trabalhos já realizados.

ZA – Fipe pediu o link pelo chat da própria reunião.

RM – Fipe quis fazer uma questão genérica, mas que valeria a pena nesse assunto. Disse que quando o programa “Minha Casa Minha Vida” se espalhou pelo interior de São Paulo, era fácil perceber a falta de critério da localização do programa e vendo os mapas que o **DA – Fipe** mostrou

disse que quando se faz um mapa de vulnerabilidade com esses critérios que foram feitos, eles induzem a uma leitura muito fraca, uma releitura enganosa já que a vulnerabilidade está inteiramente associada a presença de dinâmicas econômicas e de emprego.

“Ou seja, a pessoa não vai morar em um barranco que ele sabe que vai cair se ele não tivesse necessidade absoluta de estar próximo do local de trabalho. Então, eu acho que a vulnerabilidade representada graficamente, de maneira isolada como ela foi, não informa. Pelo contrário, ela mais desinforma do que informa já que não adianta contar quantos domicílios tem naquele lugar, mas aquele lugar no conjunto de disponibilidade de espaços tem proximidade com as áreas de dinâmicas urbanas e dinâmicas econômicas que interessam para aquela população se localizar. E para isso, foi feito o cruzamento temático da disponibilidade, obrigatoriamente com as dinâmicas econômicas porque não adianta levar a urbanização porque ela vai para onde é mais barato, onde os terrenos, muitas vezes, não têm infraestrutura. A segregação dos assuntos em um mapeamento da segregação pode levar a falsas análises que a gente venha fazer”, enfatizou.

RN – Fipe informou que sobre esse aspecto a equipe tem um mapa que cruza emprego e tem um monte de informação que vai orientar a análise porque nesse mapa tem a vulnerabilidade não só territorial, mas a social.

Destacou que os quantitativos de emprego têm um mapa que foi feito considerando o que está sendo tratado. Explicou ainda que na reunião desse GT, a questão do desenho de uma proposta de enfrentamento da questão, especialmente da precariedade em área de risco, segue um pouco a linha da política habitacional feita pelo governo federal e o estado atua conforme a pressão política vem acontecendo.

“Vem se dando um pouco isso que você falou, disperso porque a legislação é flexível para isso ou porque a demanda política fala quero 10 mil casas aqui, 100 mil casas ali e o poder público vai lá e atende essa demanda política. Mas, também agora é uma política de ordenamento territorial e de qualificação desse território para aquela população que não vai encontrar espaços com proximidade com a dinâmica econômica jamais”, analisou.

Explicou que isso deve acontecer porque o grau de heterogeneidade social e da atividade econômica que essa região metropolitana, por exemplo, o Vale do Paraíba, é heterogênea do ponto de vista econômico, não tem nenhuma dinâmica econômica relevante, só na vulnerabilidade do litoral porque a dinâmica econômica, quando se olha no conjunto, está no eixo dos municípios da Dutra.

“É ela que importa e aquela população está ligada a uma dinâmica econômica que é sazonal. Mesmo a Petrobras e o Porto que estão ali não têm a mão de obra que ela emprega, a não ser de limpeza. Ela não é uma mão de obra qualificada desse ponto de vista salarial que vai permitir que esse emprego que é gerado pertence a renda para que essa população escolha sair deste lugar para ir para outro. Mas ela não vai ter escolha, está na área de risco, mas ela pode equacionar novas localizações dentro de critérios passíveis de satisfazer aquela população. O estado não pode simplesmente se omitir com relação ao uso desses espaços. Penso que o Minha Casa Minha Vida foi um exemplo muito bom e absolutamente horrível pela ausência de critério”, disse.

RM – Fipe não considerou que a regra seja uma norma, mas a respeito da disponibilidade de espaços, justamente para receber esse tipo de população, é uma política pública que um projeto como esse não pode deixar de incluir.

RN – Fipe disse não ter entendido o que foi dito sobre a necessidade de se ter um critério para remoção da população da área de risco com uma condição de que ela esteja incluída na organização formal da cidade, não da exclusão como sempre é visto. “Cito o exemplo da Região Metropolitana de Campinas que o Programa Minha Casa Minha Vida propôs 20 mil unidades habitacionais e tinha 8 mil domicílios em área de risco. Nenhum foi removido, então apresentar esse descasamento é que não pode acontecer”, enfatizou.

RM – Fipe concordou dizendo que esse projeto tem a faca e o queijo na mão para fazer esse tipo de reflexão.

RN – Fipe disse concordar, por isso estava comentando com a **MC – CDHU** que o projeto apresentado pela Fipe não vai traçar orientações de política habitacional.

“O PDUI tem que traçar diretrizes de enfrentamento e a política habitacional vai ter que dar conta do território pela vulnerabilidade socioterritorial que tem uma população que se o poder público não atender, não vai sair nunca dessa condição de risco”, explanou. Disse ainda concordar com **RM – Fipe**. “Entendi agora o que você estava colocando”, afirmou.

ML – Fipe afirmou que a dimensão colocada por **RM – Fipe** é de tentar olhar vulnerabilidade a partir da disponibilidade de acesso a equipamentos. “A ideia é que de um conjunto de 14 mapas possa ter uma leitura complexa”, disse.

RN – Fipe colocou que a equipe ainda não discutiu esses mapas porque eles foram produzidos, mas não foram analisados e que seria interessante o **ML – Fipe** apresentar porque esses mapas foram ficando prontos aos poucos.

ML – Fipe iniciou explicando que o primeiro mapa da Região Metropolitana de Piracicaba é um diagrama que tem uma série de indicadores como o mapa de precariedade habitacional em que é possível ver que Piracicaba concentra o maior número de domicílios em áreas de risco, mas, ao mesmo tempo, a região tem uma atração intensa de uso de equipamentos públicos, pela disponibilidade desses equipamentos de porte regional.

“Do ponto de vista econômico, o município também concentra, não só o maior número de empregos, como tem os indicadores mais significativos do ponto de vista de riqueza e proporção de emprego em relação à população em idade ativa. Nos municípios mais periféricos dessa região metropolitana que tem, inclusive, uma dependência grande de programas de renda federais, praticamente não temos mapeamento ou presenças espaciais. Na verdade, esses assentamentos precários, que têm uma característica urbana forte, obviamente se concentram próximo das áreas de maior oportunidade”, disse.

RN – Fipe comentou que apesar de existirem municípios fortemente dependentes dos programas sociais, tipo Bolsa Família que foi mapeado, ou dos benefícios continuados, não são precariedades como essas que permitem ver na área urbana dinamismo econômico.

“Os excluídos do dinamismo econômico que criam precariedade e, portanto, temos que abrir espaço para que eles se incluam numa cidade formal, mais urbanizada. Essa é a tônica da análise feita e, para isso, é preciso fazer uma hierarquia de propostas e prioridades como diretriz para que a política pública os contemple”, analisou.

ML – Fipe complementou que os municípios mais bem estruturados, onde a terra é mais cara, ao mesmo tempo começam a ter dificuldade de compatibilizar demanda e oferta dessa terra pública bem localizada para acomodar uma eventual remoção.

RM – Fipe comentou que a ideia de terra pública é muito complicada, mas, em todo caso, acha que as ZEIS 3 em São Paulo, por enquanto, são muito complexas na sua aprovação e efetivação, mas é um pensamento que deveria estar dentro de uma macrozona e sugerir quais são os lugares que realmente deveriam ser preservados para a oferta de habitação, desses que estão nas áreas inadequadas para ocupação.

RN – Fipe esclareceu dizendo que pelo mapa apresentado existem municípios como Leme, que tem um conjunto de áreas na franja e dentro da área urbanizada, que é a área de planejamento para receber investimentos dessa natureza dito por **RM – Fipe**.

Ponderou que Piracicaba tem a maior concentração dessa precariedade, ainda que tenha um risco de 700, quase 800 domicílios, não tem nenhuma área de proteção para abrigar essa remoção do risco com essa característica. “Piracicaba e mais dois municípios que têm essa perspectiva de ter uma ZEIS 3”, disse.

ML – Fipe acrescentou ainda que durante a oficina no Vale do Paraíba surgiu um debate sobre se as Zonas de Interesse Social (ZEIS) deveriam ser parte ou não do PDU. Foi discutido que talvez elas pudessem não ser parte do macrozoneamento, mas pudessem ser Áreas de Interesse Metropolitano já que são áreas que se sobrepõem ao zoneamento geral. Declarou ter bastante desconfiança dessas ZEIS atreladas ao zoneamento municipal.

Mesmo em São Paulo, tem que colocar em perspectiva se elas funcionam mesmo ou não. Em geral, elas funcionam porque tem uma série de subterfúgios para produzir habitação nas faixas colocadas lá pela prefeitura.

“Produzir, de fato, habitação para faixa de renda baixa, no geral, é uma produção pública e é, especialmente, o estado que faz essa habitação para municípios de médio porte. Uma política regional tem mais força para impulsionar esse tipo de ação”, disse.

RN – Fipe disse que gostaria de ouvir a equipe, consultora e o CDHU sobre a questão dessas áreas de intervenção porque pensa que dentro do macrozoneamento, se a consolidação e urbanização

onde essas áreas estão deveria ter ações estratégicas de intervenção porque a Área de Intervenção Metropolitana é indicada pelo Projeto Fipe, “mas a gente não faz, pelo menos, no plano de São Paulo, não fizemos porque isso exige um projeto para pensar qual é a intervenção e dentro da nossa metodologia temos estratégia de intervenção para essas áreas dentro da macrozona de consolidação e organização já que isso vai rebater no plano diretor do município”, disse.

Lembrou ainda que o PDUI fornece uma diretriz de revisão para o plano diretor, e na hora que se coloca isso como uma prioridade de ação estratégica dentro dessa macrozona, as revisões do plano diretor terão que dar conta do tema. Colocou ainda que está pensando como gestor de política pública, não como urbanista, com mais capacidade e competência para falar disso.

Destacou querer ouvir os demais participantes sobre o assunto porque a equipe entrará na fase que vai precisar descrever as diretrizes dessas macrozonas. “Não basta identificar, precisa agora qualificar quais são as diretrizes que vão orientar os planos diretores. Por exemplo, em termos de política pública, **MC – CDHU**, o que que você acha disso?”, questionou.

MC – CDHU disse que estava pensando que, na verdade, é sempre uma combinação dessas coisas. “Em princípio sim, as áreas de consolidação da organização deveriam ter uma diretriz específica para o caso dos assentamentos precários e de risco, situados nessas áreas. A diretriz é de que seja prioridade de intervenção e que se vincule os programas de intervenção a essas áreas”.

Comentou ainda que no caso do programa “Minha Casa Minha Vida”, os critérios, além da definição de onde seria a implantação do empreendimento habitacional, os critérios que foram escolhidos não eram critérios que possibilitavam o reassentamento dos assentamentos de áreas de risco ou alguma coisa assim. “Tanto que podia ter no máximo 50% do empreendimento ocupado para área de risco e os outros critérios se sobrepunham. Quer dizer, não existia uma intenção de como esses empreendimentos iriam equacionar um problema urbano, ambiental e social que estava qualificado no território e, nesse sentido, o PDUI tem essa função.”, disse.

Disse que isso deve se repetir no Litoral Norte que vai ter áreas em que essas ocupações também vão estar presentes e esse é um desafio enorme para os que vivem na Região Metropolitana de São Paulo, com a Lei de Proteção aos Mananciais, nos programas de recuperação ambiental de interesse social e nos projetos.

“Isso é uma das áreas que vai exigir uma discricionariedade muito maior e aí, realmente, na escala do projeto e na escala da diretriz de intervenção dá para combinar isso com a diretriz do uso e ocupação do solo para cada compartimento, pela visão regional sem ser uma coisa mecânica de tudo que está em área de proteção. Mas, vai requerer um cuidado especial então, nesse sentido, estamos trabalhando, no caso das ações da CDHU com empreendimento para reassentamento habitacional, em conjunto com os municípios porque um empreendimento inteiro para esse reassentamento opcional também é um desafio, mas estamos trabalhando nesse sentido”, explicou.

ML – Fipe comentou que o ponto abordado por **MC – CDHU** é fundamental e concordou que a área consolidada precisa ter como diretriz uma priorização para, sobretudo, a provisão habi-

tacional e a depender do nível de precariedade que for encontrada em outras áreas de interesse ambiental.

“Isso porque essa população vai permanecer ali e, às vezes, uma ação de qualificação, e não de provisão habitacional, mas de qualificação urbana, que é necessária”, disse.

Concordou ainda que a identificação de áreas de provisão habitacional é uma tarefa do plano diretor e este é um momento mais adequado para identificar essas áreas que podem vir, talvez, como diretriz do ponto de vista regional.

“O próximo passo é mais difícil para fazer com que essas áreas se transformem no tempo de serem áreas passíveis de receber empreendimento habitacional. Em São Paulo, só funciona em alguns casos, quando tem políticas de concessão e ainda assim com faixas de renda altas, de difícil acesso para as faixas mais baixas”, acrescentou.

RN – Fipe disse que como está sendo tratado um plano regional, essa é uma discussão, no caso do Litoral Norte, importante porque no contorno que vai ser feito para Ubatuba e São Sebastião, essas empreiteiras podem assumir compromissos compensatórios com relação a essa área de risco que já foram licenciadas para os acampamentos de obra que estão embaixo do contorno para deixar já com infraestrutura para a remoção dessa área de risco.

“É uma discussão de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Então, a estrutura de mobilidade e logística tem que melhorar. Tem que compensar e é preciso ficar muito atento e aproveitar as discussões com os setoriais que são boas oportunidades do PDUI integrar aquilo que o concessionário faz e ganha dinheiro e que ele pode colocar uma parte disso no fundo de compensação para remoção de área de risco que o PDUI pode perfeitamente indicar”, destacou.

SM – Fipe comentou que com relação a essas áreas de risco, não tem sentido criar uma macrozona ou um perímetro delas para poder definir a diretriz. “Pelo contrário, em cada macrozona criada seja na macrozona de urbanização consolidada, seja de preservação, existem diretrizes para as ações estratégicas nessas áreas porque vai ser diferente se a diretriz está numa área de preservação ambiental”, explicou.

Acrescentou ainda que em uma área de urbanização consolidada pode ter um outro tipo de diretriz dentro do ordenamento territorial. “Pode ter diretrizes para algumas ações estratégicas com relação a alguns temas como esse da população em áreas de risco que se sobrepõem as diretrizes das macrozonas”, detalhou.

RN – Fipe passou a palavra para **MY – Fipe** apresentar a próxima unidade regional que é Piracicaba e Jundiá. Antes, a coordenadora da UR **SM – Fipe** fez algumas observações.

SM – Fipe apresentou os aglomerados subnormais do trabalho do IBGE de 2019 que traz a mancha urbana de 2013 e a expansão da mancha urbana de 2013 a 2020 que é do Mapbiomas.

“É o caso de Jundiaí onde aparece, claramente, que a mancha urbana cresceu de maneira significativa, para além do contínuo urbano que vai de Campo Limpo, Várzea, Jundiaí até Itupeva. A ocupação em área não urbanizada aparece em Jarinu, Itupeva e em Louveira que são municípios que tiveram nos últimos anos altas taxas de crescimento e que têm previsão de continuar crescendo no período 2020-2030”, detalhou.

Explicou ainda que está acontecendo esse espraiamento no contínuo da mancha e novas localizações da urbanização, no caso Jundiaí, Várzea e Campo Limpo mais próximo da área urbanizada. Com relação aos aglomerados subnormais, disse que possível ver em Piracicaba onde é forte a concentração ao longo da mancha urbanizada continua com predominância ao longo do Rio Jundiaí com áreas enormes de aglomerado subnormal.

“Várzea Paulista também tem significativo número e Campo Limpo também, não esquecendo que Cabreúva que é um município menor com uma mancha urbana isolada dessa contínua, também apresenta aglomerados subnormais nessa base do IBGE que são as áreas e setores de risco de escorregamento e inundação”, explicou.

MY – Fipe colocou que esse levantamento foi o que a equipe conseguiu obter de setorização de risco que é um mapeamento na escala de projeto de intervenção produzidos pelo IPT e pela CPRM principalmente.

Acrescentou ainda que a equipe tem dados para todos os municípios, porém, em Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista, não conseguiu shape, mas existem áreas de risco nesses dois municípios. Ressalvou que são levantamentos muito antigos, com exceção de Jundiaí que é de 2018 e está, portanto, relativamente atual, mas, os outros são anteriores a 2013, sendo dados um pouco ultrapassados.

“Só para ter uma ideia, nessa região inteira são 5.061 domicílios nessas áreas de risco e a maioria está se concentrando em Várzea Paulista. O mapa explica que outro levantamento feito – que é bem importante – são as cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa também feitos pela CPRM e pelo IPT onde se consegue ver a análise porque ele não traz só as áreas de risco, se for colocada a mancha urbana em cima dessas áreas é possível pressupor o risco, mas, além disso, como esse levantamento é feito para o território inteiro numa escala intermediária, na escala do IG que é muito ampla no estado de São Paulo, tem aquelas de distorções que **MC –CDHU** comentou, na escala de projeto 1:25.000 para planejamento”, disse.

Então, o mapa traz as áreas onde não se deve ocupar que no mapa que está sendo apresentado são identificadas por uma mancha marrom escura que corresponde às áreas de alta suscetibilidade à escorregamento. E as áreas azuis escuras correspondem a alta suscetibilidade de inundação.

Acrescentou ainda que, para a Região Metropolitana de Jundiaí, tem para todos os municípios essas cartas, sem os shapes.

SM – Fipe complementou afirmando que, para os empreendimentos do Graprohab, a equipe tem apenas esse mapa que mostra onde e em quais municípios foram protocolados empreendimentos.

Alertou que é um mapa que precisa ser melhorado já que seria importante ter o Shape para poder explicar melhor porque para alguns empreendimentos, seja condomínio, seja loteamento existe o perímetro, mas, para outros não.

Lembrou, ainda, que, de qualquer maneira, em Jundiaí, todos os municípios da região estavam com prioridade para a atenção para a política habitacional. “O CDHU já havia colocado em reunião anterior que Jundiaí tem uma demanda de uma política habitacional e que esta concentração está nos municípios mais populosos que são Jundiaí, Várzea e Campo Limpo que são os municípios mais urbanizados”, disse.

RN – Fipe acrescentou que embora não tenha o shape, tem o tamanho desses empreendimentos.

SM – Fipe respondeu existir uma tabela com as áreas e com o tamanho dos empreendimentos.

RN – Fipe colocou que essa informação é suficiente. Apesar de não ser especialista, disse que o Shape para essa proposição que a gente precisa não é fundamental porque o que se quer ver quando se olha para esse mapa é fora da Região Metropolitana de Jundiaí.

“É visto uma tendência do que está fora da expansão desses empreendimentos imobiliários e quando se queria o dado do Graprohab era para olhar onde o mercado imobiliário está fazendo grandes empreendimentos. O mapa mostra que o eixo da rodovia dentro da região é o eixo que atrai essa tendência que adensam. Essa ocupação da mancha urbana para a política e para as diretrizes de desenvolvimento regional já é suficiente porque não será feito nada com esse shape. Serão criadas zonas e queremos olhar com um pouco de entendimento”, disse.

SM – Fipe no Panorama Regional foi colocada uma tabela com os tamanhos e os números e RF pode falar melhor o que conseguiu e o que que é possível fazer.

RF– Fipe colocou que a questão do shape veio de polígono só que eles não têm polígonos para todos os pontos. “Uma sugestão é ter uma outra forma de representação nesse mapa. Podia também colocar na análise e ver o período que cada empreendimento se instalou nesse território e fazer uma evolução desses dados num período de 10 anos”, disse.

SM – Fipe lembrou que isso foi colocado no Panorama Regional e quanto ao número se vê uma tendência acompanhando qual município está crescendo e como é que essa mancha se expandiu.

RN – Fipe gostou da ideia de colocar o ano. Dirigiu-se a técnica **MLFBC – Fipe**, dizendo que podia comparar taxa de juros imobiliária com essas defasagens entre aprovação porque tem um período de aprovação e depois lançamento, mas sempre olhando o que o mercado imobiliário desova quando tem uma taxa de juros favorável. “Poderia ser olhado um pouco isso também par e passo com o ritmo da economia”, disse.

ML – Fipe falou que a equipe está produzindo os mapas do diagnóstico e cada UR está com uma frente diferente, mas tem um mapa específico de caracterização da expansão urbana que cruza esses pontos de lançamentos imobiliários com essa diferença da mancha 2013-2020 e manchas de Unidade de Conservação.

“Uma questão importante é saber para onde o município expandiu e qual o tipo dessa expansão. Nas oficinas de Piracicaba surgiu um debate bastante intenso sobre essa questão da capacidade do município impor regras de parcelamento do solo que, de fato, sejam obedecidas ao longo do tempo. O que está por trás disso é a expansão de loteamentos e de parcelamento do solo rural de forma irregular. É uma irregularidade que não é de baixa renda em geral, mas que demanda infraestrutura etc.”, disse.

Ainda lembrou que foi em Piracicaba que aconteceu a discussão da questão das macroáreas no PDUI. “Quanto a Lei reforça essas direções de expansão ou não da mancha urbana, e isso é uma camada importante de reforço técnico para o município depois conseguir, de alguma forma, lidar com esse problema porque é o tipo de força que localmente, o município perde, os técnicos não conseguem lidar com isso. Por mais que se coloque essas questões na lei, a coisa não vai para frente. Esse mapa está sendo produzido também no diagnóstico e vamos incorporar essas informações brevemente”, explicou.

MG – Fipe lembrou que, pode não ser o caso em Jundiaí, mas existe um número muito expressivo de unidades regionais onde os municípios não têm plano diretor e existe a intenção de saber onde as diretrizes do PDUI vão rebater.

RN – Fipe respondeu que, na realidade, os municípios que não têm plano diretor, mas tem legislação do Estatuto da Metrópole e do Estatuto da Cidade, independentes do tamanho, se fazem parte de região metropolitana eles têm que ter plano diretor. “Então, no caso de Ribeirão Preto eles deverão ter, por que aglomeração urbana não é obrigado, mas, região metropolitana sim. E no caso do Vale do Paraíba que tem 15, eles terão que ter também a legislação de plano diretor, porque essa é uma exigência de lei federal. Eles podem não cumprir essa lei que vem desde o começo dos anos 2000, e ninguém cumpriu até agora, mas podemos dar as diretrizes porque são aqueles municípios muito rurais do Vale do Paraíba, especialmente”, disse.

MG – Fipe disse que na falta da legislação, do plano e a macrozona, o grupo pode impedir quem não tem legislação urbana e não tem macrozonas, mas se o PDUI proposto, for aprovado, o Grapohab pode se utilizar para impedir determinadas ocupações.

RN – Fipe respondeu que, até onde conhece, o Grapohab trabalha com o tamanho de gleba. “Os municípios mais rurais não têm esse problema que está sendo discutido de uso urbano em área rural. Os de porte médio, tipo Limeira e Capivari e o entorno de Ribeirão Preto, pelo que eu me lembro, são os municípios pequenos, tipo Capivari, que vem sofrendo pressão porque ele tem uma relação para fora da região metropolitana. Ele sofre impacto da Região Metropolitana de Campinas e ali, se a legislação de lá é mais forte, eles fazem os empreendimentos imobiliários naquele município, cuja legislação está mais frágil. É preciso que esses municípios, se quiserem enfrentar

essa questão, tenham legislação urbanística, porque quem não tem está vulnerável quanto à intervenção imobiliária”, explicou.

MLFBC – Fipe colocou que principalmente Piracicaba ainda tem espaço para expansão de condomínios e loteamentos de classe média ou outro padrão. Existe uma guerra fiscal em cima do IPTU para atrair esses loteamentos e isso é muito importante no crescimento desses vetores. Campinas ficou um tempo sem ter pedido de aprovação de loteamento e a maior parte da demanda foi da turma cujo IPTU era muito mais baixo. Disse existir uma série de fatores que interferem nos vetores de expansão dos condomínios.

RN – Fipe destacou que a análise cruzada do diagnóstico é a chance para expor essas questões.

RM – Fipe concordou que ameaçar apontando a falta do plano diretor vai deixar o setor imobiliário à vontade. “É exatamente o que eles querem. Na verdade, o plano diretor não é desejável para o setor imobiliário. Então, onde não tem plano foi uma escolha não ter”, disse.

RN – Fipe respondeu que não porque a Fipe está recebendo algumas demandas de prefeituras de como devem enfrentar essa questão e muitos têm uma fragilidade que não é técnica, é institucional, de aprovação dos empreendimentos em cima da regra do plano diretor. “É transparente, está lá o critério, é só entrar com o empreendimento eletronicamente e se ele preencheu com os critérios vai para análise, se não, nem entra e o problema que fica sempre é o jeitinho do vereador que leva empreendimentos e o empreendedor junto ficam rifados. Essa é uma gestão transparente. Não é possível fazer nada porque tem que entrar pelo sistema. Isso tem a ver com gestão”, ponderou.

ML – Fipe comentou loteamento é o tipo de empreendimento que sempre se olha para as leis municipais e para o regramento estadual. “Um exemplo claro é o município de São Paulo que exige um percentual mínimo de áreas verdes que é menor que o Estado. Então, tem sempre que ir ao mais restritivo. Nós ainda não temos nenhum caso de PDUI aprovado que se consiga fazer esse dimensionamento de como a normativa do PDUI pode impactar ou não o processo de licenciamento”, disse.

RN – Fipe disse ser preciso pensar com muito cuidado porque esse é um plano de diretrizes, não de regulação que dá as diretrizes e as prioridades de hierarquização da prioridade porque quem regula sobre o uso do solo é um município e não o PDUI.

“Ele propõe o ordenamento territorial, então ele pode colocar como diretriz a importância de que os municípios tenham nos seus zoneamentos padrões de ocupação para determinadas características que vão informar a conservação e proteção ambiental, e é possível dar várias diretrizes, mas não se pode dar o parâmetro de quando for rever o plano diretor”, destacou.

Alertou ainda que os técnicos precisam tomar um cuidado porque não estão fazendo legislação de uso do solo e nem plano diretor. “O plano tem que incorporar o Estatuto da Metrópole e, a partir do macrozoneamento, o plano diretor tem que enquadrar essas orientações das macrozonas. Isso está claro no Estatuto da Metrópole”, ressaltou.

Respondeu ainda que a equipe precisará ter habilidade e inteligência. “Estamos contando com todos os urbanistas da equipe para isso”, disse.

MG – Fipe colocou uma questão: “vamos supor que o município faça o seu plano diretor em uma linguagem que está indo contra a diretriz que o PDUI dá para determinada região, aí os advogados vão abrir um processo para dizer que o município não está obedecendo o que foi estabelecido no PDUI. Então, nesse sentido, é muito importante como será descrito o que pode ou não pode na macrozona porque ela é argumento para uma defesa, no caso do município se manter a ignorar ou fazer vista cega para uma determinada situação crítica de ocupação em área de risco, favela, remoção.

RN – Fipe também observou que, ao colocar claramente as diretrizes como o plano diretor tem que observar, já fica mais difícil para quem vai fazer o plano fazer essa ambiguidade que está sendo comentada.

“No caso de Piracicaba, nessa área tem vários municípios que estão com o plano diretor sendo questionado pelo Ministério Público, mas tem várias legislações urbanísticas embargadas pedindo para serem revistas pelo próprio Ministério Público. Ele acompanha o PDUI e já fica informado para ficar mais fácil ainda no plano diretor do município do que do próprio PDUI”, destacou.

SM – Fipe acrescentou que as regras maiores são para serem detalhadas nos planos diretores e esse cuidado tem que ter uma fiscalização quase social, porque é difícil mesmo.

Destacou ainda que tem acontecido conversas com os municípios e a dificuldade de interesse de ter uma lei mais rígida ou não, às vezes tem um embate dentro da própria prefeitura.

“Depende de uma vontade política e, às vezes, algum grupo fala que quer mudar e melhorar a lei porque desse jeito passa tudo. E a verdade é que não tem esse poder, então é tudo muito delicado”, disse.

Falou sobre Piracicaba. Neste caso, os mapas que **ML – Fipe** colocou que já são da etapa seguinte do diagnóstico, são muito mais fortes do que o mapa apresentado aqui, que é um mapa anterior que também tem os aglomerados subnormais, que vão justamente na linha desses aglomerados que, no caso de Piracicaba, a urbanização não tem um contínuo entre os municípios.

“Tem área de preservação significativa e as áreas das manchas urbanas são isoladas nos seus municípios, tirando o eixo que vai de Cordeirópolis até Rio Claro, passando por Santa Gertrudes e, também, Limeira, que tem uma tendência de conurbação. O resto são manchas isoladas e o que se vê é a expansão urbana que aconteceu no entorno dessas manchas que nem dá para ver direito no mapa, porque é muito pequeno. Mas também, na área rural, como já foi falado aqui, ou na área não urbanizada. O caso da precariedade dos aglomerados subnormais está completamente concentrado em Piracicaba. Então, de longe dá para ver que Piracicaba reúne a maior parte dos aglomerados subnormais, mas também existem em São Pedro”, disse.

Chamou atenção também para o mapa de risco apresentado por **MY – Fipe** que coincide com uma área de risco em Capivari e Cordeirópolis, mas a grande concentração de domicílios é em Piracicaba.

“É que os aglomerados subnormais, em um trabalho do Seade de 2014, já se chamava atenção para prioridade de política habitacional em Piracicaba, em Rio Claro, Limeira e Rio das Pedras. Mariana vai mostrar o mapa de risco que também coincide com aquela apresentação cruzada dos dados que **ML – Fipe** mostrou”.

MY – Fipe disse que faria os mesmos comentários feitos para Jundiaí. “Com exceção de Piracicaba, Capivari e Pirassununga, os levantamentos são antigos, anteriores a 2015, por isso, precisam ser revistos porque em 24 municípios, em 14 foram observadas áreas de risco alto ou muito alto. Nos levantamentos dessa região eles fizeram só essa análise de risco de inundação e de escorregamento”, ponderou.

Avisou ainda que, nessa escala do projeto, não foram analisados o total. “Só para se ter uma ideia, são 2.411 domicílios no total nessas áreas de risco. É a metade do que tem em Jundiaí. E aqui percebe-se que tem essa concentração em alguns municípios, como foi mostrado com relação aos glomerados subnormais. Eles se concentram em Piracicaba e Capivari. E com relação às cartas de suscetibilidade mostradas para Jundiaí em Piracicaba, são 10 cartas municipais, os outros 14 não têm”, disse.

SM – Fipe complementou dizendo que esse é o mesmo mapa do Gaprohab, onde são vistos os empreendimentos, condomínios e loteamentos. Eles estão espalhados em quase todos os municípios tirando o de Charqueada e mais alguns como Analândia e Corumbataí que estão em área de proteção.

ML – Fipe perguntou se o levantamento sobre o número de domicílios em área de risco, foi feito com dados da Defesa Civil.

MY – Fipe complementou que a fonte dos dados foi o IPT e a CPRM, principalmente, eles dão o número de domicílios e o número de pessoas. Foi pego só o número de domicílios.

RN – Fipe comentou que seria agendada uma outra reunião para falar do Litoral Norte com **MC-CDHU** que precisava sair da reunião.

MC – DHU pediu para fazer uma correção já que cada região trabalhou com alguns indicadores diferentes. “Os dados da Defesa Civil também não são um indicador que seja trabalhado na pesquisa municipal unificada e na PMH, então é preciso, em algum momento, alinhar. Estão servindo para balizar essas diretrizes, mas, é uma questão específica e metodológica para ter também uma informação ao ser apresentada, compatível com o trabalho e com as respectivas escalas, mas tendo a visão geral e as questões específicas com outros indicadores que foram sendo incorporados. Essa é uma questão que me ocorreu durante a apresentação”, disse.

RN – Fipe disse ter percebido que, no mapa de Jundiaí, em Vinhedo, a discussão sobre o setor econômico é a central de logística brasileira. “Daqui a pouco não terá mais área para nada porque da Anhanguera até chegar no centro da cidade só tem muros de condomínios”, afirmou.

RM – Fipe concordou e comentou que o prefeito de Ibiúna queria fazer o plano diretor e convidou-a para ir lá. Quando ela falou da proposta, a primeira pergunta do prefeito foi se isso tudo não vai atrapalhar o investimento no município. Quando eu dei para ele a listagem dos elementos que teriam que constar do plano diretor, ele achou que teria um problema e não uma vantagem para o município.

Passou a palavra para a **FC – Fipe**, coordenadora da UR – Aglomeração Urbana de Franca.

FC – Fipe comentou que, especificamente, no caso de Franca e Ribeirão Preto, o problema não é a questão da precariedade porque Franca tem 77 domicílios em área de risco em toda a aglomeração urbana e está distribuído em Buritizal e Patrocínio Paulista. Já Ribeirão Preto tem área de precariedade que são os aglomerados subnormais, que basicamente estão concentrados no município.

Disse ainda estar de posse apenas dos mapas de Piracicaba e Jundiaí com os pontos dos aglomerados subnormais, que é uma informação do IBGE de 2019, que pela mancha urbana, pode-se ver que eles estão concentrados em Ribeirão Preto.

“São os empreendimentos imobiliários do Graprohhab, não são loteamentos e condomínios. Separamos isso em relação àquilo que conseguimos identificar na listagem do Graprohhab porque não tem área e essa seria uma outra forma de identificar o que era área de interesse social, ou então, estava especificado ou vem como loteamento ou condomínio e não sabemos o que é esse loteamento, o que ele virou porque apresentou lotes, mas não temos a área desses lotes. Tudo o que foi construído em Ribeirão Preto, está no entorno da mancha urbana”, explicou.

Disse ainda que, principalmente, no caso de Ribeirão Preto não foram conseguidas informações do Graprohhab e realmente elas mudam ano a ano e seria uma forma melhor de checar se fosse possível o acesso a elas ano a ano para poder ver o desenvolvimento disso nos últimos 10 anos.

“Não sabemos qual é o vetor de desenvolvimento que gerou a dinâmica imobiliária e entendermos a partir dessas informações. É preciso melhorar essa informação e juntar com outras questões que nos mapas do diagnóstico vamos ter”, explicou.

Feita essa observação, passou-se para a apresentação do Aglomerado Urbano de Franca. “Não é possível fazer um mapa do aglomerado subnormal em Franca porque não tem. Então, optou-se por colocar o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e a vulnerabilidade socioambiental”, disse.

Revelou ainda que foi possível grifar algumas coisas pegando a vulnerabilidade de 4 às 7 que são média e média alta. Na verdade, o que tem nessa região é pobreza e a renda média bastante baixa, mas, não tem precariedade urbana que é encontrada nos outros municípios.

Pergunta para **RF – Fipe**, quem fez os mapas, se quer complementar.

RF – Fipe colocou que o uso do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) foi para ter a indicação de precariedade ou de vulnerabilidade socioambiental, só para ter certeza de que, por exemplo, essa informação poderia levar a essa vulnerabilidade ou à essa precariedade. “Sabemos que em alguns desses polígonos os campos que estão dentro da tabela do IPVS de 2010, pensando nos passos seguintes, deveríamos discutir um pouco mais com a equipe para ver se pegamos essas colunas que estão dentro da informação do IPVS, como por exemplo, a qualidade de domicílio e a quantidade de pessoas morando numa mesma habitação e a oferta de disponibilidade de saneamento básico”, explicou.

Contou o exemplo de Guaíra que tem uma grande quantidade de pessoas vivendo em uma área inadequada. “Então, nós poderíamos, a partir desse IPVS de 2010, embora esteja bem desatualizado, pegar como um ponto de partida, cruzando essas informações que já estão no IPVS e tentar puxar essas áreas que são de 2010. A ideia seria cruzar esses dados mais atualizados e ver o que incide sobre essas áreas”, destacou.

FC – Fipe complementou o comentário de **MC – CDHU** sobre os dados usados pelos técnicos da Fipe e os usados pela CDHU na nota técnica que tem um anexo ao final que tem toda a quantidade de domicílios por município em área de risco, em favelas ou em assentamentos precários. “Então podemos usar esse dado que é bem recente de 2019, que ela junta com o do IBGE”, projetou.

RN – Fipe disse que é preciso ter cuidado porque ele não é um indicador de vulnerabilidade do território e o tema é vulnerabilidade socioterritorial ou socioambiental, ou seja, a população que está na área de risco.

Quando começou a discussão da estrutura dos cruzamentos foi colocado o nome de socioterritorial exatamente porque o que está sendo feito é qualificar e ordenar o território. “A sociedade passa por aquilo que **RM – Fipe** falou, que é a dinâmica econômica e as políticas sociais de acolhimento a eles e não é o que está sendo tratado disso aqui”, destacou.

Acrescentou ainda que dentro do IPVS existem as variáveis abertas, então, por exemplo, essa quantidade de domicílios com a quantidade de pessoas que vive em domicílios que são compartilhados coletivamente.

“É uma qualificação que teria de ser atualizada para gerar um outro IPVS, mas, para identificarmos essas áreas seguindo um pouco o que foi usado para o IPVS é basicamente isso que eu estou tentando sugerir, mas do ponto de vista qualitativo de domicílios e de famílias numa determinada faixa de renda. Tudo isso está lá dentro”, destacou.

MSR – CDHU pediu a palavra para esclarecer um pouco o dado que foi trabalhado para o ZEE (Zonamento Econômico Ecológico). “Na verdade, na ausência de ter uma única fonte de informações para o estado inteiro atualizada, a opção foi utilizar a informação mais recente disponível para cada município. Com isso, foi estruturada uma base muito híbrida e, no caso da Baixada Santista, foram usadas informações municipais que tinham uma consistência bastante grande para a Região Metropolitana onde havia números de habitação subnormal. No caso dos demais municípios

utilizamos os dados da Pesquisa Municipal Unificada de 2010 ou de 2014, aquela que fizemos para o plano metropolitano. Por essa razão é uma base bastante híbrida, mas confiável. São indicações que precisam ser verificadas, mas de fato é melhor ter essa informação que foi dada por eles que são de registros administrativos dos municípios, do que não ter nenhuma porque sabemos o quanto essas questões são subestimadas nos levantamentos”, apontou.

Ainda afirmou não saber se seria possível utilizar os dados do CadÚnico, que, no Estado de São Paulo, tem 4 milhões de famílias inscritas, e é uma base que está sendo permanentemente atualizada.

“Tem o período de atualização, que vai de 2016 até 2020, mas muita coisa foi atualizada por causa da pandemia. Eles têm basicamente todas as informações de caracterização de domicílios do IBGE, quantos são de ocupação e características de existência de banheiro, número de dormitórios, enfim tem todas essas informações. Participamos recentemente de uma discussão com a Universidade Federal do ABC, e eles desenvolveram uma metodologia de identificação de domicílios de precariedade, cruzando diversas informações espaciais com dados do IBGE e do CadÚnico”, explicou.

As do CadÚnico têm uma grande aderência aos de precariedade porque, na verdade, não trabalharam com São Paulo, trabalharam com outros estados no Brasil. “Mas o esforço de fazer o georreferenciamento dos dados do CadÚnico é o ponto que pega porque não é uma base já referenciada, mas é possível fazer e ficar com uma base que vem sendo atualizada. Esse trabalho, o governo federal também está querendo, mas é, em tese, uma base riquíssima para explorar analiticamente”, disse.

Sugeriu olhar um pouco mais para dentro desses polígonos recuperando as informações de setores censitários para domicílios, mas o setor censitário não foi delimitado para identificar áreas específicas de precariedade ou não precariedade, mas um conceito mais operacional de implantação das pesquisas de campo.

“Quando a gente cruza aglomerado subnormal com o setor censitário, algumas vezes coincide, mas o mapa, às vezes, fica muito diferente. O Cebrap tem um trabalho que também mostrou que essas áreas contíguas a esses assentamentos precários têm, basicamente, o mesmo perfil socioeconômico. São precárias. Eles fizeram esse trabalho com essa hipótese para ter uma visão mais ampliada da quantidade de pessoas em áreas precárias, tanto nos setores censitários, quanto no aglomerado. Essa explicação foi feita para a equipe da **Fipe** saber onde estamos na exploração de dados, porque nós sofremos bastante com a falta da atualização do censo. Enfim, penso que o CadÚnico é uma grande oportunidade para se aproveitar, desde que seja georreferenciado e cruzado com outras informações”, sintetizou.

FC – Fipe perguntou quem fornece esses dados.

MSR – CDHU respondeu que deve ser solicitado ao Governo Federal. Explicou ainda que é preciso ter um projeto e precisa dizer quais são as variáveis que quer além de assinar um termo de res-

ponsabilidade pelo uso de informações sensíveis. “Conseguimos para o estado inteiro com todos os dados de domicílios. Estamos tentando processar e já fizemos um ensaio com o município de Santos e estamos começando a fazer para o estado. O interessante é conseguirmos georreferenciar”, disse.

RN – Fipe insistiu que a questão do detalhamento e do georreferenciamento dessas unidades para o PDUI é um nível de detalhe que não é trabalhado no projeto. “É uma coisa complicada e na realidade não vamos trabalhar. O fato de já termos a dimensão do tamanho dos assentamentos subnormais e quantos domicílios estão ali dá uma característica do tamanho do enfrentamento que precisa ser feito”.

Enfatizou ainda que o nível de detalhe que **MY – Fipe** está colocando é necessário na hora que a política for desenhada para este enfrentamento que vai precisar ver onde estão.

“Para nós isso não é relevante, isso não nos impede de fazer uma diretriz para o desenho de uma política específica para isso vimos ali a maior concentração dos assentamentos subnormais no entorno da área urbanizada de Ribeirão Preto, mas isso deve ser 2.000 e pouco. Então é uma coisa muito pequena. É claro que temos que tratar isso, mas vimos em Piracicaba variando de 70 a 700 a 1.000, que também é muito pequeno o tamanho do problema e fica evidente que tem um problema em Jundiá pela dispersão que o território tem de assentamentos subnormais”, explicou.

Disse ainda que para pensar a política regional e o zoneamento tem que ter diretriz específica e os dois problemas graves do Vale do Paraíba e do Litoral Norte com a área de escorregamento especialmente de Campos do Jordão e as inundações que penso ser preciso uma diretriz para Guaratinguetá e Jacareí. “Então conseguiremos fazer algo mais geral sem precisar ter esses números ou espacializar por polígono porque isso não nos impede de fazer uma diretriz, uma proposta para o PDUI”, sentenciou.

MSR – CDHU disse que quis dar indicações de como se pode trabalhar para frente essas informações.

RN – Fipe afirmou considerar ser uma informação importante para quem vai rever os seus planos diretores e para pensar exatamente na delimitação das ZEIS e deseja intervenção de planejamento. “Acho que isso é válido para esse tipo de plano, mais focado na ação do município que tem capacidade de ser regulatório ou não”, afirmou.

Destacou que era preciso apresentar aos participantes para que tivessem um panorama do que foi tratado e **ML – Fipe** está com alguns mapas de cruzamento que, talvez, nem todas as coordenadoras de UR viram.

“Não vi todos, mas os que vi estão muito interessantes e vão ajudar. Mas no nível de discussão que estamos fazendo, a partir do diagnóstico de **MY – Fipe**, vamos enviar o documento com o macrozoneamento. E, tão logo sejam concluídas as análises cruzadas com esses mapas, que estão sendo feitos por uma equipe coordenada por **ML – Fipe** podemos marcar uma outra rodada para

apresentar porque a análise cruzada tem dois itens muito ligados a estrutura urbana e vulnerabilidade, e acho que cabe, antes do documento ser fechado, fazer outro debate com vocês. E aí nessa mesma rodada a gente aproveita para discutir um pouco mais sobre o Litoral Norte conforme **MC – CDHU** sugeriu”, disse.

FC – Fipe concordou e disse não ter nenhum dado ainda do “Programa Cidade Legal”.

RN – Fipe disse ter convidado **E** e **R** para a reunião. “Precisamos fazer uma rodada específica com **TFNG – Itesp** para identificar os programas de regularização fundiária”.

Pedi que fosse confirmada se já está sendo desenhado um programa para a questão do assentamento urbano em área rural e como enfrentar essa questão. “Talvez a gente possa ajudar do ponto de vista teórico e do ponto de vista prático do que a estamos vivenciando nesses cinco territórios que apresentamos. Queria ouvir você”.

TFNG – Itesp explicou que o Itesp tem por atribuições primárias a regularização fundiária de terras devolutas de terras públicas, além de reconhecer, regularizar e conceder títulos de territórios quilombolas e assentamentos em áreas públicas estaduais.

“Tem 140 assentamentos estaduais espalhados em terras públicas do estado, além disso, tem dentro das atribuições a possibilidade de firmar parceria para regularização, tanto fundiária rural, quanto urbana. Hoje em dia, a grande parte das parcerias acontece pela procura dos próprios municípios para regularização fundiária urbana. São 115 parcerias vigentes entre contratos, convênios e protocolos de intenção e envolve mais ou menos um contingente de 80 mil imóveis”, relatou.

Acrescentou ainda que o Itesp, ao contrário do Cidade Legal desenvolve todos os trabalhos de forma direta com equipe própria do Instituto para otimizar a forma de atuação e dar maior agilidade na regularização, tem feito reuniões com o “Cidade Legal” para tentar viabilizar uma parceria e, também, fazendo um programa para fazer a contratação de empresas para algumas fases dessa regularização.

Tem programas de regularização fundiária rural específica na região do Pontal do Paranapanema em áreas de até 15 módulos fiscais na região do Vale do Ribeira onde tem o Programa Vale do Futuro e, também, no sudoeste na região onde tem o “Programa Sudoeste +10”.

Em outras regiões existem incidências de terras devolutas e, nesses casos, o Itesp faz, em parceria com a Procuradoria, como por exemplo, o Vale do Paraíba e Litoral Norte como é o caso citado inicialmente de São Sebastião.

“A atuação em regularização fundiária de bairros rurais ou áreas descaracterizadas se dá a pedido do município e isso é possível ser feito dentro do problema colocado o Itesp pode atuar depois de elaborado o diagnóstico fundiário.

Basicamente, essa é a atuação fundiária no que diz respeito à regularização fundiária para o particular. Além disso, faz também a regularização do próprio do estado a pedido da Procuradoria e do Conselho do Patrimônio Imobiliário.

RN – Fipe agradeceu e destacou que, para facilitar a conversa com o Itesp, talvez valesse a pena a equipe da **Fipe** passar a composição dessas unidades regionais por município para obter informação sobre as 115 parcerias de regularização fundiária urbana em área rural, se tem algumas nessas 5 unidades regionais.

“Porque se não tiver, podemos enviar os municípios que já têm esse problema identificado e pensar uma diretriz que essa política do Itesp seja utilizada na regularização desses que já foram identificados”, sugeriu.

O representante do Itesp concordou e **RN – Fipe** se comprometeu a enviar por e-mail a relação dos municípios que compõem as cinco unidades regionais que estão sendo trabalhadas.

RN – Fipe ainda colocou que se for necessário agendará uma reunião para o Itesp explicar o programa para a equipe da Fipe ver se ele contempla aquilo que urbanisticamente está se pensando.

Agradeceu a participação da equipe técnica avaliando que a reunião foi muito produtiva. Informou que **M** disponibilizará os mapas e algumas orientações de análise. Agradeceu, também, a participação da **MSR – CDHU** e das possibilidades de novas rodadas de reunião e, também, do **TFNG – Itesp** pela parceria com o Itesp.

Consultou se **MG – Fipe e RM – Fipe** queriam fazer algum comentário e dar alguma dica para a equipe seguir.

RM – Fipe disse preferir pensar já que é muita informação e que ficou o tempo todo pensando em uma questão: “Quando você fala, de maneira que acho correta, e mais algumas pessoas, daquilo que poderemos trazer e que às vezes não são da escala de um PDUI. Acho que é verdadeiro, mas, às vezes não me conformo”.

RN – Fipe disse ser possível achar um jeito.

RM – Fipe respondeu que é isso que está mexendo na cabeça: ver como empurrar um pouco.

RN – Fipe disse que consultor é bom para isso. Esse é o seu papel.

RM – Fipe respondeu que vai pensar, por que não é possível se conformar que os municípios não querem fazer plano diretor com tudo que se vê de errado a em volta. “E isso não diz respeito à escala com a qual estamos trabalhando. Eu concordo com vocês que, às vezes, a gente não pode complicar demais”, afirmou.

RN – Fipe disse haver uma questão que não será resolvida no PDUI, que é a configuração dessas unidades regionais que não incorporam a dinâmica urbana metropolitana. “São configurações políticas. Na realidade brasileira, se convencionou alguns parâmetros quantitativos para designar o que é região metropolitana e aí vai botando municípios para dentro até chegar no tamanho do PIB, no tamanho da população mínima”, analisou.

RM – Fipe lembrou o que foi escrito por José Eli na década de 1990.

RN – Fipe disse lembrar do texto dele exatamente sobre o que é a cidade e o que é metrópole.

RM – Fipe complementou sobre o que é município.

RN – Fipe acrescentou a própria configuração da qual não se tem nenhuma governabilidade para mudar, por isso que, nos casos de Franca e Ribeirão Preto, o macrozoneamento tem como principal infraestrutura o aquífero.

“Ele é determinante como infraestrutura para a área rural dessas duas regiões, que são as maiores consumidoras de água, porque a dimensão urbana está só em Franca e em Ribeirão Preto. Então, o Aquífero Guarani é a infraestrutura relevante para o macrozoneamento regional, por essa vertente da dinâmica econômica, muito mais do que da dinâmica urbana”, salientou.

Colocou que está falando em cima das informações trocadas no âmbito do trabalho. “Então, para nós, isso é uma camisa de força, essa delimitação e se o município de 50 mil pessoas não quer ter um plano diretor, ele nem sabe como controla aquilo que vai aparecer. E aí a gente vê as consultorias enfiando todos os instrumentos urbanísticos da qual ele não tem nenhuma condição de operar e não se aplica à realidade urbanística dele. Então, é muito complicado e estou sempre falando para minha turma que o PDUI tem uma escala de propostas que temos que tomar muito cuidado”, disse.

MG – Fipe colocou que a saída para resolver essas questões são as diretrizes que devem ser seguidas para redigir o macrozoneamento e as propostas de áreas de interesse. “Essas duas amarrações podem ser utilizadas pelos planos diretores e vão dizer alguma coisa a mais do que uma diretriz vaga”, opinou.

RN – Fipe concordou e disse que será preciso conhecer esses programas de políticas públicas que o Itesp e a CDHU têm para ver como será possível aterrissar nesse território do ponto de vista regional. Isso é o que cabe a nós.

3. GRUPO TÉCNICO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Registro da reunião do Grupo Técnico de Transporte e Logística, que aconteceu na manhã do dia 8 de novembro de 2021.

Representantes setoriais:

- Departamento de Estradas de Rodagem (DER) – Regional Rio Claro: DLD
- Departamento de Estradas de Rodagem (DER) – Regional Ribeirão Preto: JSB e LHRP (representando JC)
- Secretaria de Logística e Transportes: JMAN

DLD – DER-RC questionou se a reunião é da Região Metropolitana de Piracicaba.

RN – Fipe esclareceu que a reunião também trataria da RM Piracicaba e explicou que a Secretaria de Desenvolvimento Regional contratou a Fipe para fazer cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado para as Regiões Metropolitanas de Ribeirão Preto, Piracicaba e Vale do Paraíba e para as Aglomerações Urbanas de Franca e Jundiaí. “Estamos fazendo uma rodada de discussão com os setoriais do estado que têm afinidade com a temática tratada no plano”, destacou.

DLD – DER-RC comentou que estava presente na explanação que aconteceu em Piracicaba.

RN – Fipe começou a reunião se apresentando e agradecendo a **JMAN – SLT** por ter articulado a reunião. Situou os convidados sobre o contexto do plano e informou que a equipe da Fipe fez um levantamento fruto de dados secundários e esclareceu que não foi feita pesquisa primária para esse trabalho.

Disse ainda que, a partir do banco de dados e dos levantamentos feitos na prefeitura, foram endereçados alguns documentos que formam a proposta de macrozoneamento para esse território, olhando as áreas que se quer preservar do ponto de vista ambiental ou de algum ativo relevante, e aquelas áreas que têm mais afinidade com o desenvolvimento urbano e aquelas da atividade rural, e que no caso de Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Franca, têm um peso grande, dado o peso do agronegócio nessas regiões.

Com isso, foram observados vários aspectos dessa região: as dinâmicas urbana, econômica e demográfica, onde cresce, onde não cresce, as questões de infraestrutura, energia, transporte e mobilidade, saneamento e as questões de habitação.

Desses vários levantamentos, foi feita uma análise que se chama Panorama Regional, um documento que será entregue para a SDR no dia 27 de novembro e estará disponível numa plataforma digital, que é pública e todos terão acesso, e com base, não só do macrozoneamento, mas no panorama regional e em um diagnóstico em que são abordadas as questões de forma transversal e não temática.

“Como no panorama regional, esperamos propostas da sociedade civil, do próprio governo do estado e das prefeituras, com relação às diretrizes que o plano deve incorporar para esses assuntos, que são as chamadas Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), e que estão listadas nas leis de criação dessas unidades regionais”, explicou.

Informou que na semana anterior foi feita uma rodada de discussão com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e a Sabesp em que foram tratadas as questões de saneamento ambiental e ambientais, propriamente ditas, e, também as questões de energia.

“Fizemos ainda uma rodada de discussão com a Secretaria de Habitação e com o Itesp, nos programas de regularização fundiária, pois o Itesp acabou de estruturar um programa de regularização fundiária de assentamentos urbanos em área rural, que é uma nova tendência da criação desses condomínios, que vão causar problemas certamente, em infraestrutura e demandas de água, energia, sistema viário para atender esses assentamentos de classe média que vão para fora da área urbanizada”, disse.

Destacou que no mesmo dia aconteceriam duas reuniões: essa agora, na parte da manhã, e à tarde, com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos. “A STM tem algumas atuações, especialmente em Jundiá e no Vale do Paraíba, mas não tem atuação em Franca, Ribeirão Preto, no que diz respeito a transporte e mobilidade públicos. Esse é o panorama que estamos configurando”, destacou.

Para iniciar a discussão, pediu que cada coordenador de UR colocasse suas questões.

RN destacou três questões que julgou serem mais gerais e que, provavelmente boa parte delas, o **JMAN – SLT e P** [?] poderão ajudar que são sobre o PAM-TL, como é a relação dos três regionais, como a implementação desse projeto, que foi entregue recentemente pelo Consórcio Pró-TL para a Secretaria de Transporte e Logística. Colocou ainda que se **JMAN – SLT** julgasse pertinente poderia ser marcada uma reunião para apresentação desse projeto.

“No curto prazo, nos importa saber a previsão de implementação e quais são as demandas que este projeto vai responder, não só para Jundiá especialmente, pois vai até Campinas. O projeto inicial parece que iria até Americana, para o Vale do Paraíba, Sorocaba e Baixada Santista. Como esse projeto está na perspectiva de concessão e de implantação?”, questionou.

JMAN – SLT esclareceu que **PAM-TL** começou na SLT, mas essa parte foi para a Secretaria de Transporte Metropolitano. O Intercidades ficou com a STM. “Os estudos começaram na SLT, mas passamos para a STM”.

RN – Fipe perguntou como fica a parte de carga, pois essa tem um impacto importante em algumas das regiões que estão sendo estudadas.

JMAN – SLT colocou que as concessões são federais dentro do estado, então a Secretaria de Transporte Metropolitano está compatibilizando carga e passageiro nessas linhas que estão pre-

vistas para intercidades, tanto para Sorocaba, como para São José dos Campos. O que está em primeiro lugar é Campinas. São Paulo, Jundiaí e Campinas. E estudando uma futura expansão para Americana, mas por enquanto é Campinas.

RN – Fipe perguntou se todos os estudos foram passados para a STM e **JMAN – SLT** respondeu que sim.

Quis saber também sobre o “Programa Vicinais”, de estradas vicinais. Disse que a equipe conhece um pouco como ele acontece, como é feito o planejamento e se está entrando no pacote de concessões que a DER e a secretaria estão fazendo das estradas estaduais, e perguntou se frente a esse programa de estradas vicinais, como acontece a interlocução com as prefeituras, pois essas estradas vicinais, pelo que se viu nas Oficinas Regionais com as prefeituras, são muitas usadas para mobilidade entre um município e outro, pela própria população que reside num lugar e trabalha em outro.

“Sabemos que estrada vicinal, em tese, é feita para escoamento de produção entre esses territórios, mas também nos contam - talvez o **DLD – DER-RC** saiba mais sobre isso – devido aos deslocamentos de moto de população que faz pendularidade entre determinados centros industriais de municípios da Região Metropolitana de Piracicaba, e muitos municípios não têm transporte de passageiros intermunicipal, então, nem um sistema troncal poderia ser alimentado porque boa parte de municípios não tem transporte público interno aos seus municípios em algumas dessas regiões, o que dificulta esses deslocamentos e acabam usando essas estradas vicinais”, disse.

Quis saber como é o programa, como se dá a interlocução com as prefeituras do ponto de vista do planejamento e manutenção dessas estradas, quais as vias estruturais que ainda não estão concedidas nessas regiões, e qual a previsão de concessão, pois essa é uma etapa importante e que tem sido discutida em algumas reuniões que a perspectiva desse contrato é que o pacote de investimento possa atender às demandas de deslocamento urbano, especialmente de contornos e conflitos de passagem que algumas vias estruturais têm nessas regiões.

Pedi que as coordenadoras, **CL-Fipe, FC-Fipe, SM-Fipe e HG-Fipe** representando **ZA-Fipe** façam questões específicas de cada Unidade Regional para abrir a discussão desses aspectos que precisam ser conhecidos.

JMAN – SLT colocou que quanto à questão das vicinais é interessante consultar direto o DER que lançou um programa com quatro fases e uma quinta que sairá em breve.

Nas concessões, informou que já tiraram qualquer vicinal de concessão para evitar o problema de misturar patrimônio municipal com patrimônio estadual e, depois uma concessão, com privado. “Vicinal não entra mais em concessão”, afirmou. Disse que já aconteceu antes e deu problema.

RN – Fipe perguntou se esses que deram problema foram retirados do contrato.

JMAN – SLT responde que continuam no contrato. Informou ainda que não repetem mais esse modelo.

RN – Fipe perguntou se alguma das regiões que estão sendo tratadas – Região de Piracicaba, Franca, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Jundiaí – têm contrato em que essas vicinais entraram ou não.

JMAN-SLT respondeu achar que não. “Foi mais nos contratos do oeste paulista”, disse.

RN – Fipe colocou ser uma boa informação: nas concessões agora não entram mais as vicinais e existe um programa específico de vicinais do DER junto com as prefeituras.

Perguntou a **JMAN – SLT** com quem a equipe do PDUI poderia falar sobre vicinais.

JMAN – SLT disse que poderiam procurar o Chefe de Gabinete, **H** [?], ou falar com **JSB – DER-RP** ou com **DLD – DER-RC**, presentes nesta reunião. Eles podem fornecer um panorama de suas regiões. [**JMAN-SLT**].

FC – Fipe disse que no caso de Franca, tem surgido nas reuniões e até mesmo nas oficinas que não foram realizadas pela equipe, a queixa generalizada da ausência de transporte intermunicipal entre as cidades e questão das vicinais. Pediu ao técnico **H – Fipe** que falasse sobre o assunto, pois foi quem realizou os estudos, tanto para Franca, como para Ribeirão Preto.

H – Fipe colocou que nas reuniões realizadas com os municípios, um ponto sensível foi a questão das vicinais, em que parte delas não é pavimentada, não tem manutenção adequada, o que gera problemas de mobilidade, inclusive do transporte de carga, e algumas vicinais acabam funcionando de ligação entre os municípios.

O fato de não estar pavimentada em seu trecho de ligação impede que seja alternativa efetiva. Diante disso, perguntou se existe alguma planilha ou banco de dados relacionando eventuais futuros investimentos para a região.

Outro ponto diz respeito à duplicação da Rodovia Cândido Portinari em Franca, porque vai até um pouco depois de Franca, vindo de Ribeirão Preto, passando a mancha urbana de Franca, mas tem uma demanda para duplicação até Rifaina, pois passando da divisa com Minas Gerais ela é de responsabilidade do estado de Minas.

Enfatizou que a equipe está precisando de dados referentes ao transporte, às empresas de ônibus que são atuantes naquela região, tanto em Franca, quanto em Ribeirão Preto. “Sabemos que quem coordena este assunto é a Artesp, mas tentamos acessar os dados pelo site e não conseguimos, e esses dados são relevantes para a equipe. Dados de Franca e Ribeirão Preto e do estado como um todo também”, ressaltou.

Colocou ainda a necessidade de dados relativos sobre a quantidade de passageiros transportados entre essas linhas, o que ajudaria a equipe entender como acontece a mobilidade regional.

CL – Fipe complementou as colocações de **HA – Fipe** e disse que surgiram algumas questões de logística, pois aquela região historicamente, sempre teve um papel de entreposto e, Ribeirão Preto, especialmente, já possui uma linha ferroviária que vem de Brasília, passa por Ribeirão e vai até o Porto de Santos, e lendo alguns levantamentos e alguns estudos, foi percebido que existem projetos de ampliação do aeroporto para fazer integração com modais rodoviários e ferroviários, e perguntou se existem investimentos programados nesse sentido.

HG – Fipe colocou que sobre as conversas com os municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, os destaques discutidos e as demandas trazidas e que precisam ser entendidas com maior profundidade foram: a relação entre a oferta e o acesso ao transporte de passageiros, em que os municípios mencionaram que existe uma empresa, que é a Pássaro Marrom. Trouxeram também as questões sobre aumento de horários intramunicípios e dentro deles.

Outro ponto levantado foi sobre a possibilidade de ter mais informações sobre o cronograma de obras da Tamoios e dos contornos, pois foi uma questão muito forte para a região sob diversos aspectos, inclusive econômicos.

Sobre ter o trem regional que liga São Paulo a São José dos Campos. “Houve a participação de uma representante que levantou a questão de uso da ferrovia para logística, não só para carga, como também para transporte de pessoas, ou seja, melhor uso da rede ferroviária da região.

Foi apresentada também a necessidade de melhorias na estrada de Monteiro Lobato, Guaratinguetá e Litoral sentido Rio de Janeiro”, revelou.

Os participantes das oficinas regionais trouxeram também a informação de um projeto do Porto Seco na região de Cruzeiro, colocar um centro logístico intermodal para o café, ligando com o porto seco de Minas Gerais.

Outro ponto levantado nas ORs foi sobre o processo de concessão do aeroporto de São José dos Campos, que, conforme mencionado, está previsto para o primeiro semestre de 2022. Foi destacado que seria importante conseguir informações sobre esse cronograma. Outro tema mencionado nas oficinas foi sobre o projeto do VLP na região de São José dos Campos.

Perguntou se os participantes têm alguma informação sobre esse projeto e eles disseram que não.

JMAN – SLT perguntou se existe a possibilidade de receberem as questões por e-mail e **RN – Fipe** disse que elas seriam encaminhadas.

MLFBC – Fipe complementou a fala de **HG – Fipe** e solicitou aos participantes informações sobre os investimentos em travessias litorâneas, a questão do transporte São Sebastião-Ilhabela.

“Sabemos que existe uma autoridade portuária para o porto de São Sebastião, mas gostaríamos de entender quais são os planos para o Porto de São Sebastião porque a duplicação da Tamoios na serra e os contornos, certamente embutem uma perspectiva de potencialidade do porto”, disse.

SM – Fipe iniciou dizendo que em relação à Região Metropolitana de Jundiaí e a Região Metropolitana de Piracicaba, existe o **DLD – DER-RC** que pode ajudar. Sobre Jundiaí, as duas regiões são cortadas por importantes rodovias estaduais de grande porte que têm uma conectividade muito boa. A discussão em Jundiaí, depois Piracicaba, foi mais acentuada e ficou em torno dessas rodovias que cortam e que geram alguns conflitos, principalmente o conflito entre o tráfego urbano e o rodoviário.

No caso de Jundiaí tem a ver com a questão de ser um polo logístico, a questão da carga. Diante disso, perguntou se os representantes presentes têm informações sobre esses polos logísticos, essas plataformas, projetos de melhorias e transporte de carga.

Outro ponto discutido em Jundiaí foi sobre a Rodovia SP-354, a Zamboto, que cruza Campo Limpo Paulista e que gera grande conflito devido a quantidade de caminhões de carga que corta a cidade. Disse ainda que no caso, tanto de Jundiaí, quanto de Piracicaba, a questão mais discutida foi o conflito do transporte urbano com o transporte rodoviário.

No caso específico de Piracicaba, são 17 rodovias estaduais que cortam a região e a maioria delas, umas 13, já são concedidas, foi muito frequente em todas as reuniões, como também nos relatórios e panoramas feitos em 2017 pela Emplasa, sobre essa questão do conflito entre o transporte rodoviário e a circulação urbana.

“No caso de Piracicaba é mais claro ainda, pois as rodovias cortam vários municípios, e a demanda recorrente foi o desvio do tráfego de cargas das áreas urbanas. Várias cidades levantaram a questão de anéis viários e contorno. Em Piracicaba foi citado que o anel viário já está implantado, mas não foi concluído”... [falha no áudio da **SM – Fipe**].

Em continuação, disse que Limeira colocou a questão da fuga do pedágio e que, conseqüentemente, os veículos passam pela cidade. Falaram em rodoanel para transpassar a Bandeirantes. Capivari trouxe a questão do trevo, pois, na entrada da cidade, falta uma alça de acesso. Rio das Pedras falou da necessidade de um contorno e que existe um plano de um anel viário. Santa Maria da Serra também colocou o problema. Águas de São Pedro colocou a questão da SP-304 que corta a cidade.

Vários municípios colocaram destacaram a importância de um sistema viário como fator importante para a produção da região e, também, para o desenvolvimento, mas que gera esse conflito porque cortam as cidades.

Colocou que no caso de Santa Gertrudes, Rio Claro e Cordeirópolis, a discussão foi que a ligação entre elas é utilizada para fluxo de bicicletas e motocicletas. Disse que muitas pessoas utilizam esse tipo de transporte para o trabalho no Polo Cerâmico sem tanta segurança, pois usam as estradas existentes, sejam as principais, sejam as secundárias.

Finalizou dizendo que as questões que a equipe gostaria de colocar são relativas à existência de planos ou propostas existentes para a melhoria e enfrentamento desses desafios, bem como a

questão da solução que ao mesmo tempo compatibilize o desafio de ter uma boa estrada que apoie o desenvolvimento regional, mas que também dê qualidade de vida para os moradores. Esses são os principais problemas apontados nas oficinas regionais e nos documentos pesquisados.

DA – Fipe complementando a fala de **MLFBC – Fipe** sobre o porto de São Sebastião, destacou a modernização do porto. Além da questão da carga, ter informações sobre o andamento, pois tiveram estudos de impactos ambientais que estavam embargando. Perguntou se os participantes têm alguma informação sobre o assunto.

JMAN – SLT colocou que existe previsão para que o Porto de São Sebastião seja privatizado pelo governo federal em 2022. Serão privatizados Santos e São Sebastião que hoje é concessão do estado.

Em relação à Tamoios há a informação que ficará pronto em fevereiro de 2022. Os contornos começaram em outubro, mais 26 meses para conclusão.

RN – Fipe colocou que, no caso da Tamoios, a concessão já foi feita, pois foram concedidas a obra e a operação. A questão que fica é sobre quais são os projetos de mitigação que já estão nessa concessão sobre a chegada desses fluxos de veículos nesses tempos que são muito pequenos, em especial São Sebastião, pois o contorno passa em torno de Caraguatatuba e chega em São Sebastião, que é um centro histórico de ruas estreitas.

Disse não conhecer o projeto, mas imagina que no período da sazonalidade, que é quando esse [impacto?] ocorre, deva ter operações de mitigação desses fluxos. Afirmou não saber se já existem estruturas de viário pensadas para além do contorno nesse impacto com municípios, especialmente São Sebastião e Ubatuba.

Destacou também não saber como essa questão chega em municípios de vias tão estreitas como é São Sebastião, pois em Caraguatatuba, ao contrário, foram feitas aquelas vias com marginais, o que resolve melhor e o contorno provavelmente desafogará ainda mais. Mas, foi tirado o problema de Caraguatatuba e jogado para São Sebastião.

JMAN – SLT colocou que os contornos de Caraguatatuba e São Sebastião saem fora de todo o viário local de São Sebastião. É totalmente por fora até a chegada de Maresias na Rio-Santos. A serra é só de subida, então vai desafogar o fluxo do litoral para o planalto. A Tamoios atual, a estrada velha ficará só para descida. Essa nova é só para subida.

RN – Fipe perguntou até onde chega o contorno.

JMAN – SLT informou que em Ubatuba a estrada é federal, a BR 101 passa naquele trecho. O contorno chega em Ubatuba, mas todo o trecho é federal, é BR 101 e entrou na concessão da nova Dutra. Será uma ligação Angra dos Reis – Ubatuba.

RN – Fipe perguntou se no contorno Tamoios, há o contorno norte e sul.

JMAN – SLT informou que só de Caraguatatuba.

RN – Fipe questionou se não tem mais em Ubatuba ao que **JMAN – SLT** respondeu que não tem.

JMAN – SLT complementou ainda dizendo que estão estudando o que farão na Rio-Santos, de Bertioga até Ubatuba, quais as melhorias que poderão ser feitas.

RN – Fipe perguntou se não havia esse contorno em Ubatuba ao que **JMAN – SLT** respondeu que não.

Colocou que quem desce chega em Caraguatatuba e pega a 101 para ir a Ubatuba.

JMAN – SLT respondeu que [a pessoa] vai pegar o trecho do contorno e vai cair na 101 até Ubatuba.

HD – Fipe colocou que, sobre a questão do Porto Seco de Franca, existem informações conflitantes, pois, tanto a base de dados da Investe SP quanto do governo federal indicam que o porto seco está em funcionamento, mas, segundo as informações que tivemos com as prefeituras, em especial a prefeitura de Franca, o Porto Seco não está funcionando.

RN – Fipe perguntou para **JMAN – SLT** se a Secretaria de Logística acompanha a situação do Porto Seco de Franca.

JMAN – SLT informou que a Secretaria de Logística não acompanha essa questão e que a secretaria acompanha o Porto Seco de Cruzeiro.

RN – Fipe colocou que terão reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e com a Investe SP e será uma oportunidade de sanar essa dúvida.

Ainda apresentou **MG**, coordenadora adjunta do projeto, e a convidou para fazer algumas colocações.

MG – Fipe cumprimentou e agradeceu a todos e disse não ter nada a acrescentar pelas observações que a equipe tão qualificada colocou [falha no áudio]. Agradeceu a cooperação [falha no áudio] disse que a equipe está informada e gostaria que os representantes ajudassem porque essa ajuda é muito importante.

RN – Fipe destacou que estas eram as questões da equipe e abriu para as colocações dos representantes.

DLD – DER-RC disse que, como foi comentado sobre Franca e Piracicaba, a manutenção das vicinais são um grande problema. “Estrada vicinal é responsabilidade integral do município, quem tem que fazer a manutenção são as prefeituras e hoje poucas prefeituras conseguem fazer”, disse.

Afirmou que o DER faz essa recuperação, como agora nesse grande programa de governo de novas vicinais. “Vamos fazer a recuperação em convênio com as prefeituras, pegamos a estrada, reformamos, devolvemos para a prefeitura que deve fazer a manutenção, pois, se não tem manutenção, dificilmente a estrada tem vida útil, não dura muito tempo”, disse.

Por isso afirmou ser esse o grande problema das vicinais: a manutenção que as prefeituras não conseguem fazer.

Sobre contornos, na região de Piracicaba, o anel viário de Piracicaba está bem, já tem 50% pronto de um lado, falta terminar o outro lado. Disse não saber como será feito. Disse ainda que a parte pronta do contorno foi incluída em uma concessão. “A DER fez o projeto de uma outra parte, mas parou nisso”, afirmou.

Acrescentou que não sabe, em termos de planejamento de governo, sobre a situação dos contornos.

Sobre a questão de tráfego urbano, local, de passagem na região de Piracicaba e citado pela equipe, disse ser muito complicado. Citou o exemplo de Piracicaba em que as pessoas usam a rodovia para ir de um bairro a outro.

“É mais fácil pegar a rodovia do que ir por dentro da cidade. Há muito problema com esse conflito de tráfego de passagem com o tráfego urbano. Inclusive na [?] tem alguns estudos em andamento de transposição de um bairro a outro sem entrar na rodovia, em Americana e Piracicaba”.

RN – Fipe perguntou a **DLD – DER-RC** se as rodovias usadas para deslocamento entre bairros são rodovias concedidas.

DLD – DER-RC em resposta disse que tem rodovias do DER também.

RN – Fipe colocou que as rodovias concedidas são pedagiadas e perguntou se as do DER também são pedagiadas.

DLD – DER-RC explicou que as rodovias do DER não são pedagiadas e que, por outro lado, as concedidas são pedagiadas. O pedágio está longe da área urbana. Então, a pessoa anda na rodovia como se fosse uma avenida, entra e sai sem pagar pedágio.

RN – Fipe colocou que nas concessões isso era algo previsível apesar dessas regiões. “Se comparamos com o Brasil, mas com o peso econômico que elas têm, essas regiões têm uma rede viária poderosa. Olhando para o mapa dessas regiões, apesar da grande quantidade de conexões existentes, ainda tem problemas como esses que listamos” disse.

Perguntou se existem estudos sobre a gestão, pois o problema não é de infraestrutura, é de gestão de operação que vai permitir segregar tráfego de passagem, como fazer marginais nessas rodovias.

Disse imaginar que na concessão os estudos de impacto deveriam prever essa questão para, dessa forma, prever soluções de mitigação, que seriam essas marginais.

Questionou, ainda, se as marginais estão ali mesmo e se há uma perspectiva do que o PDUI, por exemplo, tendo esses contratos de concessão com essas previsões, crie prioridades de quais são as marginais possíveis, emergenciais, pois existe a questão dos acidentes.

Colocou ainda que o que o PDUI pode colaborar nesse sentido da gestão e fazer um gradiente de prioridade dessas marginais (diz não saber se elas já estão no contrato, pois o PDUI não pode alterar contrato).

“Essa é uma discussão em que devemos estar alinhados para não extrapolar, uma vez que não é competência do PDUI, mas podemos dar força para uma negociação dessas prioridades”, afirmou.

Disse ser importante esse alinhamento para não criar conflitos, uma vez que a Fipe presta consultoria para o estado via SDR.

Sobre os contratos de concessão, **DLD – DER-RC** disse que o último caso na região foi o encerramento de um contrato com a Centrovias. Disse que foi feita uma nova licitação em que entrou o Eixo São Paulo. O trecho da Centrovias era 300 km que, ao passar para a Eixo, foi para 1.300 km.

“Nessa situação, o pouco conhecimento que temos desse contrato, J pode falar melhor sobre isso. Sabemos que na concessão está prevista a implantação de marginais, tanto em Piracicaba, como em Rio Claro, e tem implantação no contorno de Águas de São Pedro já que tudo isso está no contrato de concessão”. Explicou ainda ser uma concessão de 30 anos e não sabe dizer qual é o cronograma das obras.

RN – Fipe disse que essas informações são muito importantes para a equipe e perguntou se os 1.300 km são só da Região de Piracicaba.

DLD – DER-RC respondeu ser um [?] da Centrovias, antiga concessionária, em 300 km na região de Rio Claro, Piracicaba. Ao terminar essa concessão, foi feita uma nova. Nessa nova concessão foram colocadas mais rodovias, Pipa - Panorama-Piracicaba, que vai até Panorama.

JMAN – SLT disse que é Piracicaba e vai até o Rio Paraná.

RN – Fipe perguntou se pega Franca e **DLD – DER-RC** respondeu que não visto que Franca está do lado oposto. Franca é outra concessão.

Perguntou a **JMAN – SLT** se nessa discussão em um GT do Conselho de Desenvolvimento Regional de Piracicaba, podem ser estabelecidas prioridades via SLT, tendo em vista o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

JMAN – SLT disse que a Artesp deve ser incluída nessa discussão, pois é ela quem toma conta de todas as concessões, inclusive do transporte intermunicipal. Existe uma diretoria que só trata disso.

RN – Fipe perguntou se a SLT tem estreita conversa com a Artesp.

JMAN – SLT disse que sim, pois o relacionamento é direto, apesar de a Artesp estar em outra secretaria, a Secretaria de Governo.

RN – Fipe disse que seria uma conversa específica entre a SLT e um grupo da equipe do PDUI para que, em cima do que está nos contratos, discutir essas prioridades para algumas dessas regiões.

Perguntou se a Artesp controla a execução do contrato e destacou que a equipe precisa conhecê-lo para saber das prioridades de investimentos e mitigação para ter uma conversa alinhada sobre as prioridades. Perguntou se **JMAN – SLT** pode agendar essa reunião e ele disse que sim.

RN – Fipe agradeceu e pediu que **JMAN – SLT** trouxesse o caso de concessão de Piracicaba e, também, as ligadas a Ribeirão Preto e Franca para que sejam tratadas em bloco, e, também, a concessão que passou de 300 para 1.300 km.

Pediu que sejam marcadas duas reuniões: uma específica com Franca e Piracicaba, quem coordena as concessões na Secretaria de Logística, e a Artesp; outra com Piracicaba e Jundiá, pois são trabalhos em comum e; outra ainda sobre a questão da Tamoios e eventualmente [?].

JMAN – SLT sugeriu fazer Litoral Norte e Vale do Paraíba.

RN – Fipe concordou e disse que poderão ser discutidas propostas, como hierarquizá-las e quais são possíveis dentro desses contratos de concessão existentes.

JMAN – SLT apontou que, recebendo todas essas demandas mencionadas pela equipe, consegue separá-las por blocos, o que é DER, o que é Artesp.

RN – Fipe perguntou se **JSB – DER-RP** queria falar sobre as questões de Ribeirão Preto trazidas por **CL – Fipe** sobre a ampliação do aeroporto, da interlocução com terminais modais, além da importante via férrea, que liga o centro-oeste ao Porto de Santos, passando por essas duas unidades regionais.

JSB – DER-RP colocou que na regional de Ribeirão Preto são tratadas questões de rodovias e as interligações não passam pela regional. Esclareceu que o assunto fica mais a cargo da Secretaria dos Transportes e que sua tratativa é mais voltada a estradas de rodagem.

Sobre as vicinais e, complementando a fala de **DLD – DER-RC**, disse que existe uma malha muito ramificada que tem pouco para pavimentar. Diz que a região sucroalcooleira é bem servida por essas ramificações, quer vicinais, quer rodovias estaduais e esse programa citado por **DLD – DER-RC**, em que uma fase de pavimentação foi licitada, e outras que acredita que vão sair, vão complementar essas interligações que por sua vez servem ao que chamam de rotas alternativas.

Na questão de fuga de pedágio diz que muitos caminhoneiros usam essas rotas alternativas devido ao custo.

RN – Fipe dirigiu-se a **JSB – DER-RP** e a **DLD – DER-RC** e perguntou se o Programa Vicinais, que conhece do governo Serra, era um programa de pavimentação das estradas.

DLD – DER-RC colocou que na época do governo Serra era só de recuperação de vicinais. Explicou que foram feitas algumas pavimentações, mas muito pouco e que nessa época foram feitos muitos projetos de pavimentação de vicinais, e que estão sendo usados agora com atualizações, para executar os programas de pavimentação do atual governo.

RN – Fipe perguntou o que está incluído no Programa Novas Vicinais.

DLD – DER-RC respondeu que inclui recuperação e pavimentação. Tem estrada que é recuperada e estrada que é pavimentada.

RN – Fipe colocou que recuperação é para a estrada que já teve asfalto e que se desfez. E outras que não eram pavimentadas e agora estão sendo complementadas.

Perguntou ainda se todos os municípios aderiram a esse programa.

DLD – DER-RC respondeu que sim e, na realidade, todos querem, mas existem as prioridades da administração superior. Explicou que o programa começou logo depois que o governo assumiu e questionaram todos os municípios para que eles enviassem suas demandas.

Explicou que foi feito um filtro por ordem técnica de prioridade. “Tem município que não foi atendido e outro foi atendido duas vezes”, afirmou.

Disse ainda que em sua regional muitos municípios estão sendo atendidos.

RN – Fipe perguntou a **JSB –DER-RP** e **DLD –DER-RC** se podem disponibilizar a listagem dos municípios atendidos pelo programa, pois pode servir para verificar se os municípios que estiveram presentes nas oficinas regionais foram contemplados pelo programa para poder pensar as demandas.

JMAN – SLT esclareceu que todas as vicinais são feitas por convênio entre estado e município.

RN – Fipe perguntou se nos projetos, no convênio, existe prazo para as vicinais serem [concluídas?].

DLD – DER-RC disse que sim e que as vicinais já estão licitadas, algumas já em obra e quando se trata de recuperação funcional, a estrada já recuperada que está sendo pavimentada, é feito um projeto pela própria regional, com orçamento, relatórios, vai para São Paulo, licita-se a obra e assina-se o convênio com o município, que a execução da obra é normalmente de 12 meses, dependendo do tamanho da rodovia, é o prazo médio.

Explicou ainda que, no caso das pavimentações, os projetos são mais bem estruturados e deve existir um projeto executivo dessa pavimentação. Não é um levantamento da regional.

“Trata-se de projeto que já foi feito na época do Serra, em 2007, que terminou em 2010. Foi feita uma atualização desses projetos e estão licitando as obras de pavimentação”, disse.

RN – Fipe colocou que ao longo dos PPAs esse programa não deixou de existir, vai sendo reconfigurado, aperfeiçoado, e perguntou se, dado que os municípios têm baixíssima capacidade de investimento, a manutenção é um problema recorrente, por isso esse programa não sai do radar do planejamento da Secretaria de Logística e Transporte via DER.

DLD – DER-RC afirmou que não é só a manutenção e citou como exemplo uma estrada vicinal que, por vezes, fica como rota alternativa do caminhoneiro para fugir do pedágio. “A prefeitura não fiscaliza e não tem condições para fiscalizar, o que causa mais deterioração no pavimento: a falta de manutenção e excesso de carga”, destacou.

RN – Fipe perguntou a **DLD – DER-RC** se no Programa Vicinais a DER não pode colocar pesagem para impedir esses caminhões.

DLD – DER-RC respondeu que não, pois a estrada é municipal, é jurisdição do município e não do estado. Informou que é feito um convênio, que ao término da obra é encerrado e a estrada volta para administração do município.

RN – Fipe perguntou se o município pode colocar um pedágio para caminhões, caso queira, e diz ser possível fazer uma proposta no PDUI sugerindo que, para que os municípios possam usufruir por longo prazo dos investimentos do programa vicinais, introduzam pedágio para caminhão nos acessos a essas estradas.

DLD – DER-RC informou que sempre comentam com as prefeituras justamente isso e que tem em sua região - Limeira-Cordeirópolis - uma vicinal que é fuga do pedágio da Bandeirantes e da Anhanguera. As duas prefeituras juntas conversaram com a concessionária que [??], a Autoban fez um pedágio, e essa vicinal é administrada e mantida, em ótimas condições, pela prefeitura de Limeira.

RN – Fipe colocou que o PDUI é um plano de diretrizes e que não faz projetos. O que faz é dar orientação. Como os municípios vão rever os planos diretores, que englobam o rural e o urbano [?] para limitar o tráfego urbano e de carga pelas vicinais permite o urbano porque dá menos impacto no pavimento, e os outros pagam a manutenção. O transporte de carga pagaria pela manutenção dessas vias.

Disse que farão uma proposição e pediu aos representantes ajuda para o refinamento dessa proposta [com sutileza política], inclusive porque não dominam as questões de competência desses contratos do programa vicinais.

Disse ainda que os representantes têm muito a ajudar na formulação da proposta. Os representantes presentes se colocaram à disposição do que fosse necessário.

JMAN – SLT informou que Jundiá está na Regional do DER de Campinas e que teria que envolver mais um [DER] regional.

RN – Fipe pediu a **JMAN – SLT** que agendasse uma reunião com essa regional, juntamente com a coordenadora da unidade regional de Jundiá, **SM – Fipe**.

Outro ponto colocado foi sobre os investimentos na Cândido Portinari, na região de Franca e Ribeirão Preto. **JMAN – SLT** informou que é a Artesp, pois nessa região é de concessionária.

Destacou que a equipe fica no aguardo da articulação, inclusive para ter acesso aos dados de empresas de ônibus atuantes.

Perguntou sobre a Monteiro Lobato, no Vale do Paraíba, ao que **JMAN – SLT** informou que é de responsabilidade da regional da DER de Taubaté.

Pediu a **JMAN – SLT** que faça a articulação com a regional do DER dessa região.

Perguntou também sobre o Porto Seco de Cruzeiro.

JMAN – SLT esclareceu que estão acompanhando a questão, pois fala-se sobre a necessidade de autorização das ferrovias dentro do estado. Lembrou que ferrovias normalmente são de âmbito federal e, agora pela lei que está sendo aprovada no Senado, é possível fazer autorizações estaduais.

Citou como exemplo a existência de um centro logístico em Varginha e um em Cruzeiro, e tem o privado que quer fazer o transporte Varginha-Cruzeiro, então é necessário autorizar uma ferrovia de 14, 15 km. E de Cruzeiro embarca na RMS, na rede já existente, e vai para o porto de Santos. Informou que essa questão ainda está em discussão e diz que esperam em breve poder autorizar o privado a fazer esse ramal ferroviário.

RN – Fipe disse então que essa é uma operação, um projeto inteiramente privado, que depende de autorização do governo do estado para esse trecho de 14 km e perguntou se a relação com a RMS é entre privados ao que **JMAN – SLT** responde que sim.

Perguntou a **JMAN – SLT** se estão acompanhando a questão do aeroporto de São José dos Campos.

JMAN – SLT respondeu que necessita pesquisar, pois parece que é federal.

RN – Fipe disse que é federal, mas parece que foi municipalizado.

DA – Fipe informou que a gestão do aeroporto foi municipalizada, mas com previsão de concessão.

HG – Fipe comentou não saber se o aeroporto de São José dos Campos entrou no pacote de concessão que está com a Secretaria de Governo, salvo engano.

JMAN – SLT informou Ribeirão Preto entrou no pacote.

RN – Fipe disse que o aeroporto [de SJC] no passado era federal, é licenciado já como aeroporto internacional e que era ligado ao Ministério da Defesa e não à Infraero. Disse ainda que houve uma notícia de que esse aeroporto havia sido concedido ao município para ser privatizado. Pensa que o governo do estado não participa desse pacote de concessões de aeroportos.

JMAN – SLT confirmou a colocação de **RN – Fipe** e disse que está fora do programa. Informou ainda que fizeram uma concessão recente de 22 aeroportos em dois blocos de 11 e que o de Ribeirão Preto foi concedido agora.

RN – Fipe sobre a questão da SP 354-Campo Limpo Paulista confirmou que **JMAN – SLT** vai articular a reunião com o representante da DER regional Campinas.

JMAN – SLT informou que há um estudo feito pelo DER para duplicação da Dom Pedro até Anhanguera, que incluiria Campo Limpo, Jarinu, Franco da Rocha e Cajamar. Sai da Dom Pedro em Atibaia e chegaria em Cajamar e que esse projeto ainda será contratado.

RN – Fipe perguntou se das quatro que ainda não concedidas de Piracicaba, são operadas pelo DER. Das 17 rodovias estaduais, 13 já foram concedidas e essas quatro não foram.

DLD – DER-RC informou que na região de Piracicaba, a SP-304 tem uma parte que não é concedida, a administração é do DER: SP-306, SP-135 e SP-147. “Essas quatro rodovias atravessam Piracicaba e estão sob a administração do DER ainda”, explicou. Disse ainda não saber sobre concessões dessas rodovias.

JMAN – SLT respondeu que essas rodovias não estão em nenhum programa.

DLD – DER-RC colocou que a SP-147 de Limeira para Piracicaba é concedida até Piracicaba, e de Piracicaba para Anhembi, para Marechal Rondon, não é concedida, é de responsabilidade do DER e não tem pedágio.

Informou ainda que nenhuma rodovia do DER tem pedágio.

FD – Fipe pergunta se é possível trazer para o macrozoneamento regional essas grandes obras, como se dão em relação aos zoneamentos municipais, como ampliações, e até mesmo as vicinais, se há correlação com o macrozoneamento, se é necessário colocar algumas diretrizes específicas com os zoneamentos municipais que estejam considerando essas grandes obras e as influências que trarão para os municípios.

RN – Fipe esclareceu que os macrozoneamentos são grandes áreas, grandes manchas do território que terão diretrizes. Incluem áreas de conservação, áreas de uso mais restrito, as de proteção de uso sustentável, e as áreas urbanas e de consolidação urbana.

“Em geral, nesses macrozoneamentos temos que tratar nessas unidades, há a questão de proteção ambiental, de ordenamento das áreas mais urbanas, de urbanização mais consolidada e que sofrem os impactos de conflito de uso do tráfego urbano e de passagem. Nessas áreas, as diretrizes de transporte deverão estar estabelecidas”, explicou.

Disse ter entendido as colocações de **JSB – DER-RP**, **DLD – DER-RC** e **JMAN – SLT**. Do ponto de vista das vicinais, é oportuno que se segregue que a carga deve passar pela via estrutural e não pela vicinal.

“Claro que a vicinal tem um papel de escoamento de produção até chegar ao destino. Não que não possa passar pela via, a carga deve pagar por isso, pois trata-se de um escoamento privado, a fim de garantir a manutenção dessas vias pela incapacidade econômica do município”, disse.

Acrescentou que nessa macrozona de urbanização e de uso sustentável, imagina-se que os interesses, tanto dos impactos, dos investimentos, são garantir que a vicinal tenha manutenção não tão intensa, porque o tráfego de carga prejudica essa via e, portanto, é preciso ter uma diretriz para esse tráfego urbano ou tráfego de ligação entre cidades.

Disse ainda que a equipe pode apresentar os mapas aos representantes, bem como enviá-los para que possam conhecer as propostas.

FD – Fipe destacou que a ideia é pensar nas diretrizes que poderiam ser trazidas para o macrozoneamento, seja a escala que será trabalhada que corrobore com esses grandes investimentos e as grandes mudanças que terão com os novos eixos propostos.

CL – Fipe iniciou a apresentação com o mapa de Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, dizendo que no macrozoneamento o primeiro passo é entender o que os municípios propõem em sua legislação, no Plano Diretor - na ausência de um plano usamos outros dados.

É feita uma legenda unificada para entender como é a regulação do uso e ocupação do solo na região. “Após esse passo, procuramos outros elementos para auxiliar a elaboração do macrozoneamento. Traz elementos e questões de importância regional que extrapolam os limites dos municípios”, ressaltou.

Disse que no caso de Ribeirão Preto e de Franca o primeiro elemento é a área marcada como rosa, que é uma área fragmentada e não é uma macrozona, que é área de recarga do Aquífero Guarani.

Sobre a questão trazida pelo **FD – Fipe**, é que além desse tipo de condicionante do território, isso é só para mostrar como é a área de recarga e como ela rebate no território.

“Esse é só um dado para definirmos as áreas de centralidade, as áreas onde o adensamento e a diversificação da ocupação devem ou podem ser incentivados, que já tem infraestrutura instalada. Esses investimentos em transporte e mobilidade ajudam muito, pois cruzamos as informações com as áreas definidas pelos municípios como urbano consolidado, ajudam a reforçar essas ma-

crozonas urbanas consolidadas e, eventualmente, conseguimos antecipar algumas questões que podem surgir no território”, disse.

Explicou que se observa nessa região um tipo de expansão que não é tão radial em torno da mancha urbana, mas ao longo dos eixos viários, como Ribeirão e Cravinhos e outros pontos.

Disse ter entendido que **FD – Fipe** queria saber se a equipe conseguiria ter esse tipo de informação, de preferência espacializada, onde são previstas melhorias na rede viária.

FD – Fipe disse ser exatamente isso. “Falando sobre esses grandes elementos que trazemos para montar o macrozoneamento, acredito que a previsão de uma obra de ampliação ou algum programa de melhoria pode ser capitalizado pelo macrozoneamento em termos de diretrizes”, afirmou.

Explicou que o macrozoneamento tem algumas escalas de trabalho e que seria interessante se fosse possível conseguir essas informações mais direcionadas para o território.

CL – Fipe complementou dizendo que o ordenamento territorial tem três escalas: o macrozoneamento, que é esse apresentado, e tem a escala citada pelo **FD – Fipe**, que são algumas estratégias de ação no território e elas se relacionam alguns eixos, algumas áreas mais específicas. “Logo, temos que trabalhar com mais detalhe em algumas porções do território que são afetadas àquela função pública de interesse comum”, afirmou.

RN – Fipe disse que a equipe deve enviar os mapas com os macrozoneamentos aos representantes para que identifiquem os investimentos em vicinais que já estão conveniados, a que está no pacote PPA na realidade, o que não está no PPA não vai entrar.

Identificar qual o investimento que está previsto no programa vicinais, à luz dessas propostas de macrozoneamento, para que possam ser definidas diretrizes robustas.

L – Fipe iniciou apresentando o macrozoneamento para Jundiaí e Piracicaba para que se pudesse entender o pacote de investimentos e os impactos nessas regiões.

Apresentou a proposta de macrozoneamento preliminar da região de Jundiaí, da seguinte forma: o verde escuro representa a zona de preservação ambiental, que é mais restritiva; em verde claro, a zona de uso sustentável e rural; em cinza, a área de interesse de uso urbano, que consideramos todos os perímetros urbanos ou as macrozonas urbanas dos municípios. Mas fizemos uma diferenciação, que é a alaranjada – essa região tem duas APAs grandes (APA Cabreúva e APA Jundiaí) – o que significa que, quando essa área urbana coincide com uma APA, consideramos uma macrozona urbana em área de proteção ambiental para diretrizes mais específicas.

Apresentou o mapa da leitura unificada dos macrozoneamentos da região de Jundiaí e mostra como os municípios consideram em seus planos diretores, as principais rodovias. Disse que em Jundiaí é bem interessante como mostra a hachura em cinza listrado que corresponde às áreas de desenvolvimento econômico dos planos diretores municipais.

São as áreas industriais, zonas de corredores de comércio e serviços, zonas de estímulo ao desenvolvimento econômico, em que percebemos a continuidade desse tipo de zona seguindo as linhas das rodovias.

Em relação ao mapa da proposta preliminar de macrozoneamento da região de Piracicaba, diz que também é bem interessante, pois a macrozona urbana acompanha as rodovias, e que alguns municípios até fazem buffer ao redor das rodovias, em Limeira, Rio das Pedras, Elias Fausto. Portanto é interessante considerarmos as questões de transporte e mobilidade previstas para análise do macrozoneamento, o ordenamento territorial.

SM – Fipe complementou dizendo que é interessante observar como os municípios ao fazerem suas legislações usam dessa estrutura que vemos em Piracicaba a urbanização acompanhando as rodovias e se utilizam da estrutura viária, desenham a área urbana ou área de expansão de desenvolvimento econômico ao longo dessas rodovias principais.

“É interessante sabermos das propostas de melhorias, e no caso das vicinais é muito importante. Podemos observar o conflito que ocorre entre o tráfego de passagem e o tráfego urbano se acumula”, ressaltou.

DA – Fipe apresentou a leitura unificada dos planos de ordenamento territorial da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, em que foi verificada, ao sobrepor a questão viária e de transporte, a existência de ocupação linear urbana aos eixos, principalmente em relação a Rodovia Presidente Dutra que sobrepõe grande parte dos 16 municípios que são cortados ou impactados por essa rodovia.

São municípios que têm a questão urbana bastante consolidada junto ao eixo, e ao mesmo tempo temos o eixo da Rio-Santos, que foi mencionado no início dessa reunião, com os municípios litorâneos e suas ocupações litorâneas também de forma linear no sentido Rio de Janeiro paralelo à Dutra.

“Eventualmente temos as demais ocupações dos municípios do Vale do Paraíba com alguns impactos pelas rodovias transversais, como por exemplo, a Tamoios, que gera grande impacto em Paraíba, Jambeiro, e ainda Oswaldo Cruz e a que vai no sentido Campos do Jordão, Floriano Rodrigues Pinheiro que tem essa ocupação. Nesse sentido tem uma ocupação maior [?]”, disse.

Apresentou o mapa consolidado regional que mostra uma repetição das ocupações de áreas urbanas dos ordenamentos territoriais do plano diretor, e que apresenta uma proporção preliminar daquilo que seriam as grandes macrozonas, eventualmente, com a importância das rodovias no sistema viário.

“No mais, temos que o Vale do Paraíba na faixa [faixa em cinza] em que se encontra a Dutra e a Rio-Santos, apresenta um relevo favorável e mais plano, que explica grande parte da ocupação urbana. A heterogeneidade geomorfológica também explica essa menor quantidade de áreas urbanizadas entre os municípios localizados entre o Eixo da Rodovia Presidente Dutra e Rio-Santos, e poucos pontos em que se tem as rodovias cortando a região do Vale do Paraíba de modo transversal”, afirmou.

RN – Fipe agradeceu as apresentações e disse que essa primeira rodada foi importante para saber o que é necessário aprofundar e com quem. Do que foi tratado na reunião, disse que enviaria as demandas de esclarecimento por UR para que **JMAN – SLT** defina quem será mobilizado.

Também ficou de enviar os mapas de macrozoneamento para que os representantes presentes apontem os investimentos previstos. Quanto aos encaminhamentos para **JMAN – SLT**, pontuou:

- agendar reunião com a Artesp, já com conhecimento das demandas da equipe do PDUI;
- agendar reunião específica com as regionais do DER para traçarmos as diretrizes e propostas de forma conjunta.

Para essa segunda demanda, pediu que se possível aconteça após o dia 20/11, para que a equipe possa estruturar um conjunto de propostas que irão para as audiências públicas e que terão início em 11 de janeiro de 2022.

Agradeceu aos representantes, **DLD-DER-RC**, **JSB-DER-RP** e **JMAN-SLT** pela possibilidade de interlocução, pelas contribuições e encerrou a reunião.

4. GRUPO TÉCNICO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE

Registro da reunião do Grupo Técnico de Transportes e Mobilidade, que aconteceu na parte da tarde do dia 8 de novembro de 2021.

Representantes Setoriais:

- Secretaria de Transportes Metropolitanos/Coordenadoria de Transporte Coletivo: CC; M
- CPTM: JARB
- EMTU: BVS

BVS – EMTU informou que a EMTU Sede SP atua no Vale do Paraíba e Litoral Norte e que, em princípio, atuariam em Ribeirão Preto, mas não está definido pelo governo do estado.

RN – Fipe apresentou **JARB – CPTM** e disse que tratarão do TIC nesta reunião. Avisou ainda que na reunião que aconteceu pela manhã, **JMAN – SLT** foi informado que o PAM-TL foi integralmente transferido para a CPTM

JARB – CPTM informou que a condução do processo do TIC é da STM, não da CPTM e que o Trem Intercidades (TIC) está sendo conduzido pela STM com o apoio técnico da CPTM e quem conduz é **D** pela STM e CPTM, e que já foi feita a audiência pública em que foram recebidas contribuições para processo de licitação do TIC.

RN – Fipe disse estar surpresa, pois até onde acompanhou, quer pela SMLT, quer pela STM, o ramo SP-Campinas estava com a STM. O PAM-TL é carga e passageiro. Disse que esteve no projeto do Consórcio Pró-TL e naquele momento toda a equação financeira era de carga e passageiro e carga para viabilizar o passageiro porque os estudos de demanda não se sustentavam do ponto de vista financeiro. O único que tinha sustentabilidade, mesmo assim diz ser necessário pensar os dois juntos ainda que com faixas segregadas, era Campinas.

“Primeiro porque do ponto de vista da carga, esse tramo é o mais rentável do Brasil e significa 12% a mais do que qualquer outra rentabilidade de ferrovia do país. Poderia até fornecer tarifa de passageiro gratuita, caso o operador fosse o mesmo. Se fosse só passageiro, não seria uma equação fácil, por isso fizeram a opção”, explicou.

JARB – CPTM disse que a MRS está renovando seu convênio com o governo federal para obter a concessão do trecho. Dentro dos investimentos está a previsão de segregar a carga, o que facilitou muito porque todo o custo de segregação está com a MRS. “Uma boa parte desses recursos, inclusive de remanejamento para poder passar por dentro das estações, está ficando com a MRS. E nós estamos pegando o território, porque esse território de Campinas até Jundiaí não é do estado, e sim do governo federal”, explicou.

Disse haver a discussão de um ajuste de território que foi um trabalho muito grande elaborar um projeto compatível para andar dentro da faixa de domínio e baratear o custo de implantação do

projeto. Assim ficou com pouca coisa fora da faixa de domínio atual e sinalizou que o projeto ficou bem interessante e mais barato.

RN – Fipe disse ter visto o projeto que chegou a ser apresentado na reunião do Conselho Gestor, mas a equipe não conhece e vai ter a chance de conhecer.

M – STM informou que **PG** teve uma reunião com o governador e que foi indicado para representá-lo.

RN – Fipe informou que **PL** está de férias e **BS** está presente. Agradeceu a presença de todos, deu início à reunião e informou que ela foi agendada, pois a Secretaria de Desenvolvimento Regional contratou a Fipe para desenvolver cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUIs) para as regiões de Piracicaba, Jundiaí, Ribeirão Preto, Franca e Vale do Paraíba e Litoral Norte, cuja coordenação geral é de **AC – Fipe** e coordenação adjunta de **MG – Fipe** e que **RM – Fipe**, também presente na reunião, é a consultora de urbanismo do projeto. Explicou que seu papel é conduzir tecnicamente a coordenação desse trabalho e fazer as pontes com as prefeituras e com o governo do estado.

A primeira etapa desse trabalho acaba em novembro com a leitura do território do ponto de vista urbanístico, socioeconômico e das infraestruturas, fazendo um diagnóstico dessa região entre suas oportunidades, gargalos e demandas.

Foi feita uma rodada de discussão com as prefeituras e a sociedade civil dessas unidades regionais – as oficinas regionais –, e agora essa rodada com os setoriais do estado, chamados grupo de trabalho de setoriais.

Fez saber ainda que na semana anterior estiveram reunidos com a Secretaria de Infraestrutura e a Sabesp para tratar de meio ambiente, saneamento e energia. Reuniram-se também com a Secretaria da Habitação, CDHU e Itesp para tratar das questões fundiárias e de vulnerabilidade socioterritorial.

E que na manhã deste mesmo dia (08/11) houve a reunião com a Secretaria de Logística e Transporte e amanhã (09/11) acontece a reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Desenvolve São Paulo, Secretaria de Agricultura e Turismo, pois várias dessas unidades têm atividades econômicas ligadas à agricultura, como é o caso do Vale do Paraíba, Piracicaba e Franca, e outras têm questões do turismo como relevantes. Avisou ainda que, em breve, ocorrerá uma discussão sobre desenvolvimento econômico com esse conjunto institucional do governo do estado.

Retomou o que foi falado com **JARB – CPTM** no início da reunião e apontou que, em reunião pela manhã com a Secretaria de Logística e Transportes (SLT), o PAM-TL teria sido integralmente transferido da SLT para STM e que nas reuniões do Conselho Gestor a discussão era sobre o TIC que iria até Campinas.

“O PAM-TL é um projeto muito mais amplo que agrega a logística de carga da macrometrópole e a perspectiva de trens regionais que não há um trem necessariamente intercidades, mas um

trem regional para o Vale do Paraíba, Baixada Santista e Sorocaba, para além do TIC, que iria até Americana, mas que na nova versão da STM vai até Campinas”, detalhou.

Diante disso, quis saber dos representantes presentes sobre essa transferência, se há um cronograma ou uma previsão, não necessariamente de implantação desses ramais, desses projetos, mas como está o andamento, o planejamento da secretaria, pois no que diz respeito à carga, o trecho Campinas envolve operações de carga que já estão concedidas pelo governo federal.

No que diz respeito à EMTU, disse que a equipe quer discutir sobre transporte intermunicipal. Coloca que **BVS – EMTU** informou no início da reunião que a operação da EMTU hoje se restringe ao Vale do Paraíba e Litoral Norte e que, na criação da Região de Metropolitana de Ribeirão Preto, havia sinalização de que a EMTU também atuaria nessa região.

Outro ponto colocado foi sobre o sistema de paradas dos trens até Jundiaí. Lembrou que uma das discussões nas oficinas regionais foi sobre a alta tarifa para os deslocamentos entre alguns municípios que poderiam fazer pendularidade ou circular internamente à Região Metropolitana de Jundiaí e que por não terem tarifa diferenciada, não usam esse sistema.

Passou a palavra para as coordenadoras das URs para que coloquem questões específicas de Jundiaí e do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

ZA – Fipe passou a palavra para **DA – Fipe e HG – Fipe** para que falassem sobre as questões dos transportes públicos intermunicipais tratadas nas oficinas sub-regionais.

HG – Fipe destacou dois pontos considerados principais: a questão do conflito entre o transporte rodoviário e o transporte entre as cidades, como conectar essas cidades; e a questão do transporte ferroviário que surgiu em duas ou três oficinas: como dar melhor uso para as linhas existentes no fluxo de pessoas.

SM – Fipe ressaltou que a questão discutida nas oficinas foi sobre a insuficiência do transporte coletivo intermunicipal e a questão do alto custo da tarifa do trem da CPTM. Como não há tarifa diferenciada, tampouco integração intermodal, fica muito difícil para o usuário utilizar a CPTM.

Disse ainda que alguns municípios colocaram a questão do trem intercidades, querendo saber como será o comportamento desse trem para Várzea Paulista, Campo Limpo, Jundiaí e de que maneira poderá ajudar na solução das tarifas. Perguntou ainda se existe algum programa ou proposta de integração com os sistemas de ônibus.

ZA – Fipe comentou a colocação feita por **CG – Fipe** que participou da reunião com a prefeitura de São José dos Campos sobre o corredor verde de VLP que o está sendo feita para a área do município, mas que propõe que exista a possibilidade de uma extensão, inclusive para atender a demanda do turismo religioso no eixo da Dutra, em uma área que poderia ser apropriada.

CG – Fipe colocou que o VLT anda no linhão de transmissão, que começa em Jacareí e passa por São José dos Campos pelo lado direito da Dutra sentido Rio de Janeiro, vai até Aparecida. Afirmou

que São José fez uma troca de IPTU dos últimos cinco anos para poder desapropriar essas áreas e informou ainda que tem um projeto, que começou no Instituto de Planejamento e ligaria até o Parque Tecnológico e continuaria até Aparecida.

“A região não é servida por trem, apenas ônibus interurbano e por haver um deslocamento pendular muito grande no eixo Dutra, causa um problema sério porque entra em um trecho doméstico dentro da via de uma BR. A nova concessão da Dutra, que tem 30 anos para execução, não tem um cronograma estabelecido, prevê marginal para carros, e temos que pensar no transporte coletivo, pois existe um fluxo muito grande de ônibus e trens de turismo nos finais de semana para Aparecida, Guaratinguetá, Cachoeira Paulista, e que poderia ser utilizado na continuação dessa linha verde que começa a operar em fevereiro de 2022”, apresentou.

RN – Fipe agradeceu as questões colocadas pelas coordenadoras e mencionou que foi dito pela SLT que o contorno na Tamoios – o contorno norte até Ubatuba para desafogar a BR-101 –, entrou no pacote dessa renovação de concessão da Dutra.

Perguntou aos representantes da STM, se em relação ao eixo da Dutra, se conhecem as propostas de mitigação relativas às demandas colocadas por **ZA, HG e CG – Fipe**, pois, do ponto de vista da articulação municipal, São José e Jacareí fazem a proposta desse corredor verde à direita para fazer um eixo de interligação numa perspectiva BRT. Disse acreditar que a EMTU participaria de uma discussão sobre o assunto e convida os representantes a fazerem suas colocações.

Perguntou se **RM – Fipe**, que tem afinidade com a questão do transporte e a urbanização, deseja fazer alguma colocação sobre as questões trazidas pelas coordenadoras de UR.

RM – Fipe agradeceu e disse que as coordenadoras já apresentaram várias questões e ficou entusiasmada, mas naquele momento não se recordava de quem falou sobre a questão intermunicipal, que é muito importante, e que se houver necessidade falará posteriormente.

M – STM com relação ao questionamento sobre o PAM-TL, disse desconhecer que tenha havido a gestão da secretaria, inclusive estão desenvolvendo o PITU 2020-2040 e pediram os relatórios para a Logística, mas que por enquanto não receberam, pois, a gestão e contratação foi toda feita por eles.

Com relação ao transporte intermunicipal de Ribeirão Preto, pediu que **BVS – EMTU** falasse sobre a questão.

BVS – EMTU colocou que quando a Região Metropolitana de Ribeirão Preto foi instituída havia uma expectativa, pelo menos interna à sua área de planejamento, de que a exemplo das outras regiões quando instituídas, houvesse a transferência da gestão do transporte para a EMTU no prazo de seis meses, um ano talvez.

Disse não saber da razão para não efetivação da transferência e que deve ter encontrado algum obstáculo, pelo menos até terem uma definição mais clara da situação da empresa em relação à

reestruturação das atividades e responsabilidades da EMTU com transporte intermunicipal metropolitano e na criação ou não de uma agência metropolitana.

Disse achar que essa questão talvez esbarre na transferência da região de Ribeirão Preto para a gestão da EMTU. A expectativa de que a [?] da área de planejamento, não chegou a tratar da estratégia de longo prazo com vistas à contratação de uma primeira pesquisa OD na região. Porém nunca houve uma definição quanto à execução de fato dessa pesquisa e das etapas subsequentes.

Reforçou ainda não ter uma posição definida sobre essa transferência, mas no que diz respeito ao planejamento, são favoráveis a assumir, a exemplo das demais regiões.

CC – STM pontuou que em relação a mudança de gestão de ônibus, a EMTU e a STM fazem a gestão de cinco regiões metropolitanas – Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Campinas, Baixada Santista e Grande São Paulo. Informou que particularmente nas regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte e Região de Sorocaba, estão em regime de permissão e que no momento está em curso a contratação de uma Fundação para fazer a modelagem financeira com vistas a licitação dessas duas áreas.

As demais regiões: Campinas já é alvo de concessão; Baixada Santista é uma concessão na modalidade PPP e a Região Metropolitana de São Paulo também é concessão.

Alertou ainda que na Região Metropolitana de São Paulo há um problema bastante acentuado, que a equipe deve conhecer pelo histórico, que é a famosa área do corredor ABCD Basicamente São Bernardo, São Caetano, Diadema, alvo de seis processos licitatórios que não obtiveram sucesso e que a área 5 foi alvo de uma prorrogação antecipada da Lei 16.933 de 24 de janeiro de 2019 relativa as diretrizes gerais para prorrogação e re- licitação dos contratos de parceria, em que a Metra antecipou o contrato assumindo a construção do BRT ABC, incorporou a área 5 e prorrogou o contrato do corredor ABD, que está em construção. Repetiu que foi a primeira prorrogação com base nessa lei no estado de São Paulo.

Sobre o processo de assunção das demais áreas metropolitanas citadas, disse ter pegado o início da discussão de que Ribeirão Preto seria passada para a gestão da STM/EMTU, mas que por motivos desconhecidos não veio para a EMTU e quanto às demais regiões, disse não ter notícias.

Afirmou concordar com **BVS – EMTU** de que essas definições devem passar pelo recente projeto de extinção da própria EMTU e assunção por uma agência reguladora, inclusive se essa agência reguladora será uma agência de transporte ou não, se será atual agência, e nesse sentido, se permanecerá com o transporte rodoviário.

As únicas definições concretas que tem é que estão sendo licitadas a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, e que a Região Metropolitana de São Paulo está sendo alvo de um estudo de prorrogação pela Lei 16.933/2019, ou licitação, estudo este em curso e que deve ter uma decisão do governo do estado ainda no final desse mês.

RN – Fipe perguntou se nesse regime de permissão existente com o Vale do Paraíba, será feita uma licitação de concessão da operação do que existe.

CC – STM respondeu que sim e disse que, neste contexto, cabe essa discussão da interação com um corredor verde, e que este é o momento.

RN – Fipe perguntou se há um acompanhamento da discussão que acontece na região e se entrarão investimentos na modelagem da concessão. Ponderou que a questão colocada sobre a concessão da Dutra e da existência do pacote de investimentos e mitigação que tem um grande impacto na parte mais urbanizada, mas não resolve o problema do transporte entre os municípios.

Alertou que pior que isso, é a articulação que envolve as cidades muito pequenas, sob o ponto de vista demográfico e o econômico, que estão fora do eixo da Dutra, e que imagina que a EMTU está englobando serviços para esses municípios, como Cunha, Natividade da Serra, pois estas cidades dependem do transporte coletivo para ter acesso a serviços de saúde e educação.

Disse, ainda, que mesmo as cidades sendo pequenas do ponto de vista demográfico, não têm pesos relevantes na dinâmica econômica da região já que elas têm população que precisa se valer de alguns serviços que estão no eixo da Dutra.

Pediu aos representantes que falassem um pouco sobre as questões para além do corredor e disse que a equipe estava ali para formular, com os representantes presentes, a proposta que o PDUI deve trazer de pactuação de uma diretriz que esteja alinhada com suas propostas no sentido de trazer para a concessão desse sistema de regime de permissão que a EMTU faça em relação a linha verde, uma vez que vai envolver desapropriações.

Questionou se o estado assumiria a modelagem e o privado a operação. Disse ainda que essa tem sido a tônica atual, tanto para ônibus, quanto para trens.

CC – STM colocou que tanto o Vale do Paraíba como Sorocaba, hoje [?] de contratação de uma Fundação para modelagem, cujo escopo está razoavelmente definido dentro dos limites das regiões. O corredor verde já tem sido alvo de discussões internas. Particularmente, Vale do Paraíba e Litoral Norte vem da Artesp para a secretaria exatamente porque era considerado rodoviário e não metropolitano.

Disse que o grupo de trabalho, no entanto, sequer foi formado e isso deve acontecer nos próximos 40, 50 dias pela dinâmica interna. Afirmou ainda que pode garantir – e faz questão – é de ser o portador da inclusão dessas questões na discussão para o grupo de trabalho.

Sobre o futuro dessa discussão, diz não poder garantir, mas que certamente a questão é apropriada, até porque, particularmente, Vale do Paraíba é uma região que carece de maior discussão, com estruturação, pois é uma região muito [...], com dissintonias muito evidentes e este é o momento de convidar para compor o grupo de trabalho, ou pelo menos representantes desta equipe do PDUI, para trazer essas discussões, não como forma de desacelerar o processo, mas como forma de integração.

Disse entender que é o momento e se compromete a conversar com o secretário e oportunamente incluí-los formalmente no grupo de trabalho.

RN – Fipe explicou a **CC – STM** que deve ser feito junto com a SDR, pois a equipe técnica é contratada pela secretaria via Fipe. Disse que para essas relações, **CC – STM** poderá fazer direto com a SDR, mas que também pode ter a AgemVale, que é uma outra estrutura de gestão, que tem a Secretaria de Desenvolvimento Regional como Secretaria Executiva, e que esta equipe foi contratada para fazer o PDUI.

Ainda deixou claro que a equipe Fipe é terceirizada da SDR para um projeto concreto que tem prazo de entrega e pretende seguir com rigor os prazos estabelecidos. Acrescentou ser ótimo saber da perspectiva de que a EMTU está numa fase de contratação de modelagem para a operação de transporte público entre as cidades do Vale do Paraíba.

CC – STM disse que através de grupo, da equipe Fipe individualmente ou [?], importa para a Secretaria de Desenvolvimento Regional a interface com prefeitos que é extremamente necessária, e que não precisa começar do zero, e sim, partir das discussões já feitas.

RN – Fipe informou que a equipe tem muitos dados no projeto, que podem auxiliar mais do ponto de vista econômico e urbanístico, do que as modelagens tradicionais do [?].

JARB – CPTM colocou que sobre a questão do TIC, o projeto está sendo analisado e incorporando as contribuições para fazer a licitação, que envolve três tipos de serviços, e que se desenvolve inteiramente na faixa ferroviária hoje existente, com algumas pequenas exceções.

“Como devem saber, a carga compartilha o serviço de passageiros na linha 7 da CPTM, que vai da Barra Funda até Jundiaí, uma linha existente de serviço de transporte de passageiros que tem uma série de paradas até Jundiaí. Este serviço custa R\$ 4,50, que é o preço da passagem para andar no metropolitano inteiro. Este serviço será estendido, pois essa faixa ferroviária, como disse sobre a linha 7 da Barra Funda até Jundiaí, será estendida até Campinas utilizando uma faixa ferroviária que hoje é operada pela MRS e concedida à RUMO: é da concessão da Rumo, operada pela RMS e agora a CPTM vai usar parte dessa faixa. Assim, o modal sai de Campinas com duas linhas de passageiros até a Barra Funda aproveitando a linha 7 já existente, com dois tipos de serviço: um da Barra Funda até Francisco Morato, que é um trem regional e que será estendido para Valinhos, Vinhedo, Americana, para as cidades maiores situadas naquele trecho”, descreveu.

Explicou ainda que é um trem parador, com viagem mais demorada, para fazer interconexão das cidades e um serviço expresso que chamam de serviço TIC – trem intercidades - que sai do centro de Campinas, tem uma parada em Jundiaí e segue até a Barra Funda, e que pretende ser um trem rápido de 1 hora, 1h:05min de trajeto.

Disse ainda ser um trem diferenciado, com lugar marcado, poltronas numeradas, com serviço diferenciado para um trem de longo percurso, *wifi*, com todas as facilidades de viagens de longo percurso. “Assim, esse projeto atende tanto a ligação mais regional de uma cidade para outra, como de longo percurso”, afirmou.

RN – Fipe perguntou como será o comportamento das tarifas nesses dois tipos de serviço e quis saber sobre o serviço de trem de carga.

JARB – CPTM explicou que o trem de carga fica com a MRS, que é federal, já concedida para a Rumo, não tendo a ver, portanto, com o estado. “Ela seria totalmente federal e as questões de custo estão dentro do contrato da MRS”, acrescentou.

Disse ainda que o que terão é uma concessão para o transporte de passageiros. A MRS vai fazer a segregação, hoje ela opera na linha 7 da CPTM. “A MRS vai sair da linha 7 e fazer uma via só para ela. A construção dessa via e os cursos de carga constarão desse contrato de concessão da MRS”, explicou.

Afirmou que não se relaciona com o contrato de concessão que a CPTM está conduzindo que envolve só passageiros, o trem parador e a linha 7 da CPTM que por sua vez, entra na concessão e alavanca a possibilidade de obtenção de recursos de imediato.

Segundo **JARB – CPTM** não haverá a necessidade de fazer grandes investimentos para alavancar os investimentos futuros, que são inúmeros, pois vão construir uma via inteira a mais - de São Paulo até Jundiaí -, e mais duas vias, de Jundiaí até Campinas, além de uma para segregar a carga nesse trecho. “Logo, haverá uma concessão exclusiva para passageiros totalmente segregada da linha e que apesar de conviver ao lado, é um território à parte, uma linha à parte”, destacou.

RN – Fipe sintetizou dizendo que na faixa existirão três serviços: um de carga e dois de passageiros - um parador e o outro expresso - como se fossem três trilhos independentes e operações separadas. Pediu esclarecimento sobre o cronograma, pois a MRS terá que conceder essa linha segregada, São Paulo – Jundiaí, que hoje compartilha com o estado.

“Para tanto, a MRS terá que fazer antes de a CPTM pensar a concessão dos outros dois serviços urbanos?”, questionou.

JARB – CPTM informou que todo o projeto foi tratado com a MRS, e agora estão tratando a questão do *timing*. De Jundiaí a Campinas, ficará com a concessão de passageiros, e toda a parte de infraestrutura será feita para passageiros. De Jundiaí a São Paulo, em que já existe o metropolitano [da CPTM] em operação, além das obras da MRS, essa segregação se torna mais difícil, porque envolve passageiros.

“No da carga é mais fácil porque tramita-se em qualquer horário, de qualquer forma, não há o problema da demanda em horários de pico, como temos, por exemplo, no de passageiros. Fazer obras no trem de passageiro é mais complicado, pois não é possível interromper o trabalho, não se interrompe o serviço de passageiros, exceto de madrugada durante algumas horas”, explicou.

Disse ainda que a segregação será feita pela própria carga e que estão em processo de negociação, trabalhando o cronograma com eles e que nos dois primeiros anos e meio, 30 meses aproximadamente, após a emissão da LP, a MRS providenciaria todos os trabalhos necessários para permitir a passagem do TIC.

Ou seja, a MRS faz a sua via do outro lado, que não precisa estar completamente pronta, mas libera o território fazendo as transferências onde necessário, porque em muitos lugares o espaço já existe e o TIC consegue passar, mas em alguns locais o espaço fica estrangulado. Seria necessário remanejar as linhas da CPTM, fazer obras, passagem inferior de veículos e viadutos para passagem do trem.

A MRS está se comprometendo a fazer tais obras em dois anos e meio, de tal forma que libere a passagem do TIC. Assim teríamos mais dois anos e meio para construção do TIC e passar com trem de alta velocidade. Já o trem da linha 7 é mais fácil, pois a linha já existe. De Jundiaí a Campinas é um território em que só passa carga e imaginam que em três anos após a licença prévia já terão o trem de cidade em cidade em operação. Nos demais, o TIC demoraria cinco anos para ser feito. “Esse é o cronograma que se imagina e que está sendo detalhado nos diversos trechos em discussão com a MRS para que sejam inseridos no edital, a fim de que o futuro concessionário saiba com o que poderá contar da MRS”, explicou.

RN – Fipe perguntou sobre a tarifa.

JARB – CPTM colocou que quanto à tarifa do TIC, o que se imagina na concessão é que o concessionário faça o valor com um limite imposto pelo estado.

“Por ser um serviço diferenciado, a pessoa pode vir de Campinas a São Paulo pelo trem parador com uma tarifa baixa. Mas no trem expresso, que tem lugar marcado, serviço de bordo, dentre outros diferenciais, terá uma tarifa diferenciada, que se imagina concorrente com os ônibus intermunicipais. Imagina-se que a tarifa do trem será competitiva, mas o estado está pensando em colocar um valor”, ressaltou.

Disse que na modelagem colocaram um valor limite, e essa questão está sendo estudada e que a tendência é colocar um valor limite para que a concessionária possa trabalhar com um valor competitivo de tarifa. Para o trem parador, o bilhete será vendido pelo estado, como é até hoje.

“O estado vende os direitos de viagem e as tarifas serão nessa ordem de grandeza do trem metropolitano a R\$ 4,50 com alguma integração que não sabem definir ainda. Em Francisco Morato e Jundiaí talvez, pois precisam ter um valor maior, que está em estudo”, disse.

RN – Fipe perguntou se a tarifa será única para os trechos entre as cidades, se serão diferenciadas, ou se, por exemplo, de Várzea a Jundiaí, ou de Jundiaí a São Paulo, serão os mesmos R\$ 4,50.

JARB – CPTM colocou que essa é uma questão de transporte mais ampla e que não reduziria a discussão de TIC. Uma pessoa que vem de Jundiaí a São Paulo paga R\$ 4,50. Caso ela ande uma estação à frente, paga R\$ 4,50 também. Isso vale para toda a região metropolitana. Vale para a linha da Marginal Pinheiros. Uma pessoa que anda uma só estação paga o mesmo valor que outra que faz integração em várias linhas.

“Sempre existiu a ideia de que quem mora mais longe, tem mais dificuldade financeira, paga menos, e a pessoa que mora no centro e tem maior poder aquisitivo, paga o mesmo valor, e de certa forma subsidia o passageiro que mora mais distante. Em várias cidades do mundo se cobra por quilometragem, ou por zonas, e para cada estação existe uma tarifa. É uma política tarifária, menos técnica e mais política. Essa é uma discussão que tem que ser tratada”, explicou.

Disse ainda que há uma previsão de que o TIC seja uma infraestrutura que permita, caso o estado queira, uma forma de gatilho ou algo parecido já que este é um investimento necessário para poder ler a entrada e a saída do passageiro e, eventualmente, caso seja adotada uma política tarifária, poder cobrar por distância. “Essa questão teria que ser pensada de uma forma global em toda a região metropolitana”, ponderou.

Afirmou ainda ser uma pergunta difícil, mas que estão deixando no contrato do TIC a possibilidade de implantação de uma infraestrutura que permita adotar uma tarifa desse tipo, embora não seja suficiente.

RN – Fipe perguntou sobre a integração com o sistema municipal nessas cidades.

JARB – CPTM colocou ser possível fazer da mesma forma como sempre fizeram com todas as cidades.

RN – Fipe perguntou se com uma única tarifa, um bilhete integrado, ao que **JARB – CPTM** respondeu existirem as integrações feitas com municípios. “Todas as cidades têm integrações com os ônibus municipais e a EMTU operando. Depende de cada prefeitura procurar os órgãos - a CPTM, a STM - para firmar os convênios”, afirmou **JARB – CPTM** que ainda acrescentou não ser sua área e não saber sobre o assunto.

RN – Fipe sobre a colocação de **JARB – CPTM** perguntou se, juntamente com a coordenadoria do **CC – STM**, é viável ou factível inserir o tema como diretriz do PDUI, a fim de estimular a integração do sistema municipal com o trem para essas estações, em especial o parador, levando em conta a pendularidade entre municípios.

Disse saber que as bacias de ônibus são confusas, as negociações são difíceis e pondera se pode ser benéfico por um lado, mas, sob o ponto de vista operacional, pode ser mais prejudicial ao sistema e como esclarecimento colocou aos representantes que no macrozoneamento devem ser fornecidas diretrizes para a revisão dos planos diretores, nos quais os municípios terão que repensar o sistema viário interno.

CC – STM em relação ao tema, disse que poderia falar em nome da própria [STM?] e colocou que integração como diretriz é fundamental porque sob todos os aspectos operacionais, inclusive, beneficia o governo e o usuário, mas disse que a factibilidade da integração é outra discussão.

Chamou atenção ainda para o fato de que existem convênios e prefeitos que estão dispostos a fazer um convênio e assumir parte ou o todo das despesas, e existem prefeituras que querem fazer o convênio, mas não assumem nenhuma despesa, querem passar para o estado. Diz ter presenciado convênios que foram bem-sucedidos e outros que emperraram logo no início, pois não havia

disposição das partes.

Disse ver a questão da integração como um acordo em que não existe acordo quando as duas partes não perdem. “Normalmente cresce o acordo com uma das partes ganhando e a outra perdendo. E se tem como beneficiário o usuário, certamente tem que haver sacrifício de 200 federativos. Essa é uma discussão que infelizmente, em que pese entender que pode ser uma diretriz geral, ela depende muito da racionalidade com que é discutida com cada governo municipal”, ponderou.

E ainda acrescentou não ter dúvida de que como política, como diretriz, integração é sempre oportuna.

RN – Fipe perguntou para **CC – STM** se seria possível, para a modelagem que está sendo contratada, no momento em que estão discutindo o sistema de transporte metropolitano que junta CPTM e EMTU na integração, em que a CPTM está fazendo a concessão do TIC e dos serviços paradores da linha 7, essa integração dos sistemas municipais, acredita, que ficaria para o privado, que seria necessário calcular uma tarifa média ou subsidiada que incorpore o aumento da demanda via integração dos modais de ônibus com essas linhas.

JARB – CPTM reforçou a informação de que esse trem regional, que para de cidade em cidade, diz respeito à venda do direito de viagem do estado. O único bilhete que seria vendido pelo privado é o do trem rápido. Complementou dizendo que o outro, que é o da linha 7 atual, e o parador que vai até Campinas (que é um serviço parecido) é o estado quem vai vender o direito de viagem e vai controlar o valor da tarifa, dos valores de integração etc.

“O serviço que terá liberdade ‘relativa’, pois o estado está limitando o valor máximo, é o do trem que vem de Campinas até São Paulo”, esclareceu.

RN – Fipe disse ter entendido que se tratava da concessão do pacote ou do TIC.

JARB – CPTM reforça que não e ainda complementa explicando que as linhas 8 e 9 também foram feitas dessa maneira: a tarifa que se paga para a concessionária é diferenciada daquela que se vende por passageiro.

CC – STM complementou dizendo que nas concessões de Vale do Paraíba e Sorocaba não têm TIC ou integração com trem. Para além do que havia afirmado, a integração depende de uma política tarifária e tem que ser vista como um todo, não é possível segregar modal, trecho ou linha.

Afirmou que todas as concessões em função da mobilidade têm adotado tarifa de remuneração que, dentre outras características, está a de apontar de fato a realidade dos custos, o que permite exercer política tarifária de forma mais eficiente e eficaz.

Neste contexto, pensa que as integrações podem de fato ser pauta, tanto como diretriz geral, e como disse anteriormente, diretriz básica.

RN – Fipe perguntou se há mais questões a serem discutidas com os representantes presentes.

CG – Fipe quis saber se a questão da segregação e do prazo 30 meses constam dessa renovação de concessão da MRS, como dito por **JARB – CPTM** anteriormente, ou se pensam em mudar ou aditar algo.

JARB – CPTM responde que não. Explicou que os prazos estabelecidos são firmes com penalidades por atraso, dentre outros, e que a MRS não participa da assinatura desse contrato de concessão que é do estado de São Paulo, conduzido pela STM, com um privado que venha a ganhar a concorrência. “A MRS entra num convênio que é feito com a CPTM, com prazos firmes, que são repassados nesse contrato de concessão como pré-requisitos para a futura concessionária”, explicou.

Colocou que estão sendo feitos, além desses convênios com a MRS, compromissos entre o estado e a união, com os órgãos, principalmente territoriais, de cessão e compartilhamento de faixas, que dão suporte à concessão.

O contrato de concessão é do estado com a futura concessionária, a MRS não entra nesse momento. Os prazos da MRS entram como compromissos em outros documentos.

RM – Fipe disse ser interessante a frase de **CC – STM** de que a integração é a base da mobilidade. Quanto mais integrados os temas, mais a mobilidade é efetiva e de qualidade, e que a integração é de interesse do usuário e do governo.

Disse ainda que, por um lado, fica difícil entender que não se torne efetivo, já que é de interesse do usuário e do governo. Por outro lado, diz ficar perplexa com a questão de a tarifa ser o elemento chave para a decisão da integração.

“Tarifa ser um elemento quase proibitivo da integração mais geral. E se a tarifa é calculada de acordo com uma demanda, com os interesses numa determinada área, como entender que a tarifa possa ser universal. A tarifa não acaba sendo um impedimento para uma maior integração?”, questionou.

CC – STM colocou que a resposta demanda considerações adicionais, mas a tarifa é fundamentalmente decisiva em função dos aspectos orçamentários, basicamente em função disso.

“A tarifa em que pese a importância social, é inegável que ela tem a importância da integração para o bom funcionamento do sistema como um todo, mas ela esbarra numa limitação orçamentária, como todas as questões sociais colocadas esbarram... é um pouco mais complexo”, ressaltou.

Destacou ainda que a colocação de **RM – Fipe** é perfeita e reafirma que entende que integração é a base, mas que questão tarifária, infelizmente, é impeditiva em alguns casos e é sempre uma barreira a ser vencida. E a boa gestão sobre essa tarifa reflete a política tarifária adotada pelo estado ao longo do tempo, é a que vai determinar quanto menos influente será a tarifa nas decisões.

Reafirmou o que disse anteriormente que, com a adoção das tarifas de remuneração, o estado está conseguindo mensurar melhor os impactos da mobilidade na vida do estado e do cidadão. Disse ainda que a adoção da tarifa de remuneração torna o processo mais transparente e democrático, os impactos são mais bem avaliados e reafirmou que a limitação orçamentária é uma condição de estado.

MLFBC – Fipe apontou que a questão do planejamento do trem intercidades, sobre a linha que liga São Paulo a Campinas deve ter tido uma grande dificuldade do ponto de vista da sustentabilidade financeira e que a tarifa precisa conversar com o tempo de viagem, pois o usuário vai calcular o custo-benefício do modal a ser utilizado.

Colocou ainda que a proposta do trem intercidades era de fato, não só São Paulo-Campinas, mas Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba e pergunta aos representantes presentes, em que medida existe espaço para estudos mais avançados para as outras regiões metropolitanas.

CC – STM respondeu que uma outra possibilidade seria a continuação da linha 7, que é para a Baixada Santista, e que para as demais regiões, por enquanto, a secretaria não tem nenhum estudo.

JARB – CPTM colocou que diria que o sucesso dessa concessão é vital para a resposta à colocação de **MLFBC – Fipe** e que se tiverem sucesso nessa concessão, tiverem um trem para Campinas com o rápido – não precisa ser trem bala – e sim esse trem, em que é possível sustentar uma concessão com o privado concorrendo com os ônibus.

Reforçou que o sucesso dessa concessão é vital para alavancar as próximas [concessões].

M – STM sobre a colocação de **JARB – CPTM**, de que no TIC o tempo de viagem e o valor máximo da tarifa seria a de ônibus, diz ser justamente para viabilizar, tirar o passageiro do ônibus para o trem e que o tempo de viagem de 1h, 1h05 min, é o tempo que se gasta, com a vantagem de perder menos tempo, pois o trem já tem a integração na Barra Funda com o sistema metroferroviário em São Paulo.

MLFBC – Fipe quis saber do tempo de percurso nessa modelagem entre São Paulo e Campinas.

JARB – CPTM respondeu que é de 1h05min, de Campinas a Barra Funda e destacou ser importante deixar a questão da tarifa aberta porque o privado vai poder fazer primeira classe, caso queira, e vai poder manusear o valor tarifário para concorrer com o ônibus.

Disse ainda que se conseguirem fazer uma boa concessão agora e tiverem bom resultado, terão ânimo para fazer Sorocaba, Vale do Paraíba e outros dessa forma, com aproveitamento do leito ferroviário que se tem, sem sonhar com aqueles trens que não conseguiram fazer, pois não têm força financeira.

“O estado não tem condições de investir tanto assim para fazer trem bala, trem para essas viagens de médio percurso. Mas, se colocarem os pés no chão e conseguirem fazer um trem como esse de

Campinas, as regiões terão um grande desenvolvimento. Fazer uma viagem para Santos em 20, 25 minutos, por exemplo, é algo que exige investimentos, e que portanto, precisam provar que dá certo, que terão sucesso, que terão aprovação popular, e que estão trabalhando para isso”, enfatizou.

RN – Fipe retomou a questão tarifária que julga ser decisiva nessa discussão e fez outra colocação sobre uma questão que afeta muito essas regiões que são tão heterogêneas do ponto de vista social, pois a tarifa tem um corte que não incorpora a questão da renda da população.

Citou como exemplo a tarifa subsidiada para estudante, em que grande parcela de alunos poderia pagar a tarifa. Da mesma forma, o benefício de tarifa subsidiada para as pessoas com mais de 60 anos que possuem renda para pagar o transporte.

Considera ser um absurdo uma pessoa que tenha renda não pagar porque é tida como idosa, ao passo que a pessoa que trabalha e não tem renda é obrigada a subsidiar a tarifa de quem possui renda.

Afirmou achar essa modelagem estranha para o limite orçamentário de que a tarifa tem que bancar o sistema e o sistema tarifário é injusto para quem é PIA (População em Idade Ativa) e que está no mercado e não tem renda, ou tem uma renda muito baixa, que é consumida em sua grande parte por essa tarifa.

Colocou que a pessoa que está no emprego formal tem a complementação do subsídio pelo empregador, mas cada vez mais a sociedade é informalizada no mercado de trabalho e a própria legislação vem sendo alterada para reforçar a informalização.

JARB – CPTM colocou que essa política tarifária estoura nas operadoras. “A CPTM vive na pele uma política de transporte de gratuidade, tem que buscar recursos junto ao estado para tentar continuar operando com qualidade”, revelou.

Afirmou ainda que a questão da política tarifária é complexa, como foi colocado pelo **CC – STM**, mas não é dissociada do valor porque não conseguiriam operar se não houvesse um valor que remunerasse um transporte de qualidade. Disse ser difícil por ser político, política de transporte mesmo e como foi colocado por **CC – STM**, não dá para fazer para uma ou duas linhas e que essa é uma questão que deveria ser encarada de forma ampla, pois se não tem custo do lado de cá, também não tem receita do lado de cá para poder operar. “Ótimo se pudessem oferecer transporte gratuito para todos, mas não conseguem”, complementou.

RN – Fipe disse não achar que deve ser gratuito, mas sim, oferecer tarifa diferenciada.

JARB – CPTM afirmou que seria ótimo. “Mas não é por distância. É por pobre, é por renda, é difícil...”

CC – STM Para concluir, se colocou à disposição da equipe para possíveis contribuições porque política tarifária é uma das atribuições do setor e que não quer fugir dessa discussão. Afirmou que a discussão muito rica e aflige no dia a dia já que tarifa e política tarifária é decorrência de uma série de fatores e que entende que renda seja um dos componentes essenciais dessas

variáveis, mas é preciso começar a chegar aos verdadeiros custos para poder exercer de fato política tarifária.

“Política tarifária não é um discurso, é uma ação de governo complexa e extremamente necessária. Não é simples, mas não é por isso que não tenha que ser discutida e enfrentada de fato”, afirmou.

Disse ainda que em novembro, dezembro terão que decidir sobre o reajuste de janeiro e as variáveis que chegam à mesa extrapolam por demais, apenas e tão somente custos ou apenas e tão somente renda. “Não que sejam sem importância, mas porque os fatores a serem analisados são inúmeros, por exemplo, gratuidade de 60 a 64 anos diz não ter tido esse benefício”, disse.

Acrescentou que em relação aos operadores de ônibus, terminar com a gratuidade de 60 a 64 foi um enorme prejuízo. Citou como exemplo, uma pessoa aposentada de 63 anos que vai ao supermercado várias vezes por dia, porque não paga passagem, conseqüentemente o estado pagará R\$ 4,40 por cada movimento dessa pessoa.

A empregada doméstica diarista de 59 anos de idade paga R\$4,40 para trabalhar o dia todo para ganhar passagem de volta e a do dia seguinte. Hoje essa pessoa que tinha gratuidade de 60 a 64, em vez de ir três vezes ao supermercado, vai uma vez a cada 15 dias.

“Os exemplos ilustrativos são para dizer que política tarifária, inclui hábitos, cultura, são inúmeros os fatores que a compõe, é extremamente sensível, mas que tem que ser enfrentada de forma muito transparente. Enquanto tiver uma política que diz que a partir de agora todo mundo de 60 a 64 tem gratuidade, enquanto tivermos esse tipo de ação, nós teremos prejuízo de política tarifária, não vamos exercer política tarifária, não será um instrumento de justiça social”, explanou.

Agradeceu e pediu desculpas por ter que se ausentar.

ML – Fipe perguntou se na modelagem da concessão foi incluído, ou pretende-se incluir, empreendimentos associados aos principais pontos de parada, se empreendimentos poderiam remunerar de alguma forma a concessão da linha.

JARB – CPTM respondeu que sim, foi considerado. “Foi feito um estudo grande das possibilidades e colocaram à disposição dos concorrentes para que eles possam se utilizar desses estudos e fazer os seus próprios estudos de exploração comercial da área e que isso é um bom suporte financeiro para o empreendimento, sempre foi considerado”, explicou.

MLFBC – Fipe perguntou qual é o raio de abrangência da área de influência que estão considerando.

JARB – CPTM colocou que não sabe responder a essa questão porque esse tópico é do princípio da modelagem e não participou desse momento, mas que imagina que sejam todos os municípios abrangidos pela linha. “Não poderia ser de outra forma, e que para efeito da parte ambiental foi a linha mais no entorno”, disse.

Sobre as pesquisas de origem destino, pensa que foram todas as cidades envolvidas.

MLFBC – Fipe perguntou se a área de influência, no que diz respeito ao meio ambiente e de recursos naturais, foi de 5, 10 quilômetros e entorno também.

JARB – CPTM disse não ter esse número, mas que pode conseguir essa informação.

RN – Fipe coloca que essa informação está no EIA/Rima e perguntou se os estudos a que **JARB – CPTM** se refere são aqueles que a SLT tornou público.

JARB – CPTM respondeu que sim.

RN – Fipe agradeceu aos participantes e disse que a equipe enviará e-mail em algum momento e que, certamente, voltarão a falar sobre as propostas que serão sugeridas a fim de alinhá-las com as políticas perseguidas pelo governo.

Os participantes agradeceram e se colocaram à disposição para o que for necessário.

5. GRUPO TEMÁTICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reunião do Grupo Setorial de Desenvolvimento Econômico, que aconteceu em 9 de novembro de 2021.

Participaram:

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico – AT
- Secretaria de Turismo – VF
- Desenvolve SP – RRCB
- Desenvolve SP – GABB

AC – Fipe começou a reunião dizendo que fará uma breve observação. Destacou que a equipe está tentando entender os processos de desenvolvimento econômico na sua dimensão regional e isso nos obriga, por um lado, a ter não apenas os recortes horizontais, mas a tão falada transversalidade.

Afirmou ser comum ter uma ação conjunta interativa entre os diversos instrumentos de políticas públicas para promover o desenvolvimento, quando, na verdade, cada vertical, cada secretaria ou cada especialização, muitas vezes, está, por função própria, tomada por suas especificidades.

Explicou que a transversalidade que será discutida pelos GTS permite pensar no âmbito de um projeto regional. “Outra questão muito importante é a verticalidade, ou seja, na busca das vocações e potencialidades das regiões partimos não só debaixo delas mesmas para ver o que nos mostram e pedem. As várias áreas componentes das regiões, mas, também, ao perceber isso, toma-se conhecimento do que falta que é uma política pública geral de estratégia de desenvolvimento dos planos de desenvolvimento, sejam em nível federal, estadual ou municipal”, disse.

Ressaltou existir uma verticalidade que é uma necessidade de perceber, a partir das regiões, o que o governo estadual pode fazer no seu planejamento regional. Por outro lado, o governo estadual não consegue essa formulação de planejamento regional sem ter os elementos constitutivos das regiões e o que elas estão demandando.

A dimensão regional do sistema de planejamento é uma das dimensões. Tem outras, a dimensão financeira e a dimensão econômica, as questões de infraestrutura mais ampla, mas o fato é que esses recortes que são muitas vezes difíceis porque as questões se organizam no seu lugar e na sua instância de operação, seja municipal ou estadual.

A necessidade de embasar uma visão mais ampla na realidade local e nas percepções de potencialidades derivadas dessas observações locais são muito importantes. Eu quis falar sobre essa generalidade porque são processos de desenvolvimento que devem ser apoiados e que, de alguma forma, é preciso ir na região para ver o que ela pede e para ter uma ideia geral de como concatenar isso para promover o apoio à própria região.

Disse acreditar que esse é o papel dos Grupos de Trabalho Setorial (GTS). As interlocuções têm essa interface que tem um valor que normalmente, quando se está dedicado a uma tarefa específica, de uma função ou de um certo lugar ou de um plano federativo, a dedicação é exclusiva e, muitas vezes, não há tempo para dar uma olhada no conjunto.

Afirmou considerar esse debate uma oportunidade preciosa nesse exercício que tem sido feito. Agradeceu a todos e reforçou que as várias secretarias que participam têm um papel muito importante nesse processo.

MG – Fipe concordou com a observação do **AC – Fipe** e não quis tomar o tempo da interlocução com as secretarias que é o foco mais importante no momento.

RN – Fipe observou que, como não havia mais ninguém para se posicionar, a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o representante da Secretarias de Turismo seriam informados sobre o projeto e sobre a organização da reunião, enquanto aguarda a participação da Desenvolve SP.

Explicou aos participantes no contexto do contrato celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a Fipe para apoiar os trabalhos técnicos de elaboração de cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) que estão em curso: Vale do Paraíba e Litoral Norte, Jundiaí, Piracicaba, Franca e Ribeirão Preto.

Esclareceu que no processo de construção dos planos foi criado um banco de dados porque se trata de um trabalho fortemente apoiado em dados secundários que são passados pelas prefeituras ou pelos órgãos do governo do estado. “Na etapa inicial foi elaborado um panorama regional por áreas temáticas, depois será produzido um diagnóstico com essa transversalidade da qual o **AC-Fipe** fez menção”, detalhou.

Em seguida, explicou a organização do trabalho dizendo que seria apresentada a proposta preliminar do macrozoneamento onde foi feita uma divisão territorial dessas unidades regionais e que define algumas diretrizes pensando no desenvolvimento urbano integrado.

“Diretrizes que podem ser incorporadas nas revisões dos planos diretores municipais e diretrizes que serão absorvidas na implementação das funções públicas de interesse comum que no geral são aquelas ligadas ao saneamento ambiental, transporte, mobilidade e logística, habitação, atendimento social e desenvolvimento econômico. São diretrizes que contribuem para a construção de um projeto comum chamado desenvolvimento urbano integrado”, ressaltou.

Destacou que quando Calabi fala das verticalidades está tratando das funções públicas de forma isolada, só que o PDUI exige uma integração, e daí foi construída uma plataforma digital que fará essa integração. “O território que suporta essa integração é onde converge o investimento de saneamento, habitação e transporte para uma demanda social que está ali instalada ou uma demanda econômica que estão nesse território. Essa é a perspectiva na qual estamos trabalhando com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que é de desenvolvimento urbano integrado”, enfatizou.

Enfatizou ainda que o trabalho está organizado por equipes e cada uma tem coordenação por blocos e um deles é do macrozoneamento coordenado por **MG – Fipe** . Tem uma coordenação do Panorama Regional que é de responsabilidade de **MLFBC – Fipe** e uma coordenação de área, de responsabilidade de **ML – Fipe** . “Com essa estrutura, trabalhamos cotidianamente com essas equipes, aperfeiçoando todos os trabalhos”, explicou.

Ressaltou ainda que a equipe trabalha o dado para que ele possa responder às demandas que o PDUI exige. Esse plano, por força do Estatuto da Metrópole que é uma lei federal, exige um processo de elaboração que tenha participação não só coletiva do setor público, dos municípios e governo do estado, mas, também da sociedade civil.

O esforço do trabalho é não tratar a questão específica de um município porque isso é de competência municipal, mas tentar harmonizar aquilo que torna uma função pública de interesse comum. É fazer com que as demandas típicas de uma prefeitura se transformem numa ação regional.

Informou que no início do mês foram realizadas reuniões com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e com a Sabesp para discutir sobre saneamento, energia e as questões ambientais que tanto afetam e impõem restrições pela sustentabilidade nessas regiões.

Em seguida, foram realizadas reuniões com a Secretaria da Habitação e com o CDHU quando foram debatidos os problemas fundiários e as questões da vulnerabilidade socioterritorial nos territórios objeto deste projeto.

“No dia 8/11 nos reunimos com a Secretaria de Transporte e Logística para discutirmos sobre transporte e mobilidade e com a Secretaria de Transporte Metropolitano para discutir mobilidade e o transporte coletivo e na reunião de hoje discutiremos sobre desenvolvimento econômico. Esses debates são importantes para pensarmos como superar os gargalos das regiões”, disse.

Informou que em janeiro e fevereiro serão realizadas audiências públicas com os municípios onde as propostas apresentadas serão debatidas. Depois dos retornos, via plataforma digital, o trabalho será finalizado com o macrozoneamento para a definição de diretrizes para cada uma das Funções Públicas de Interesse Comum (FPCIs). Essa é a cronologia do trabalho.

Avisou que o trabalho precisa ser encerrado em julho de 2022, por isso, após as audiências públicas, as propostas serão compatibilizadas, incorporadas ou não, não só pela sociedade civil mas, também, pelos segmentos públicos de estado e de prefeituras, que nessa etapa, ainda poderão apresentar propostas para avaliar se de fato elas focam o contexto regional ou se elas são verticais e passíveis de se articular regionalmente para que se tenha um caderno de propostas e uma minuta de projeto de lei para ser entregue ao Governo do Estado.

Passou a palavra para **MLFBC – Fipe** falar um pouco do que a equipe já leu desses territórios, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, bem rapidamente, para depois iniciarmos o debate sobre a região para tirarmos dúvidas a partir de algumas questões, em cima dos programas.

“Essas reuniões com os Grupos Setoriais (GTs) do Governo do Estado é uma oportunidade que nós temos de incorporar programas e políticas que estão dentro dessas secretarias e que de fato respondam essas demandas que já foram identificadas.

Citou como exemplo a discussão da área de turismo em que se discute os ativos ambientais e como isso é trabalhado do ponto de vista turístico, mesmo que atenda não só ao turismo, mas também o dia a dia da dinâmica econômica e social dessas regiões.

“Queremos explorar bastante com vocês essas possibilidades de ter propostas, agenda e circuitos porque é claro para os lugares onde isso já existe, onde tem falhas na cadeia e onde tem só o ativo, mas não tem nenhum programa que potencialize essa oportunidade”, disse.

Explicou ainda que é sabido que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem um Programa Polo. “A expectativa é explorar um pouco como vocês estão vendo essas articulações de caráter regional, menos municipalista, porque o PDUI não pode ser um plano municipalista porque o plano municipalista é o Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) que está previsto no Estatuto da Cidade e que é uma questão distinta do que nós estamos tratando. Só para situar vocês do nível do debate que a gente gostaria de ter com os nossos parceiros”, destacou.

Pediu que **MLFBC – Fipe** apresentasse o panorama regional, do que é feito e do que já foi tratado até o momento.

MLFBC – Fipe começou dizendo que, no panorama, na área temática da dinâmica econômica que as equipes procuraram pesquisar foi entender o perfil predominante da atividade econômica em cada região e sentir um pouco a dinâmica recente dessa atividade nos últimos anos.

Aí entrou a análise de PIB e de valor adicionado. Explicou que a equipe analisou a questão do emprego com os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério da Economia (Rais), de como vem acontecendo a criação do emprego e onde esses eles estão localizados setorialmente.

“Em um recorte de intensidade tecnológica, olhamos a evolução dos salários médios regionais, como estavam acontecendo e os investimentos em cada região. Aí cabe a pesquisa da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP), do Seade, que traz o investimento total e setorial, além de olhar um pouco também para a arrecadação dos municípios e a questão não só da gestão fiscal propriamente dita, mas, da capacidade de investimento dos municípios dentro de cada região.

“Ou seja, estamos falando das regiões que estamos estudando, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Franca, Ribeirão Preto, Piracicaba e Jundiaí que são regiões que respondem por mais de 15% do PIB do estado, com convocações muito visíveis. Por exemplo, o Vale com derivados de petróleo e outros equipamentos de transporte liderando o valor de transformação industrial; Jundiaí nos fármacos químicos, bebidas e alimentos; Piracicaba também no ramo alimentício e de veículos automotores; Ribeirão Preto na saúde e na metal mecânica e Franca bastante focada no agro-negócio. Percebemos que há uma concentração muito grande do produto nos municípios polos”.

Essa concentração, às vezes da atividade econômica, ultrapassa de 50% a 60% e percebe-se que outros municípios da região com uma dependência bastante grande da administração pública, particularmente no Vale do Paraíba, na medida em que eles se distanciam de São José e vão perdendo dinamismo econômico. “Então isso é um desafio: como é que podemos carregar dinamismo para os municípios que estão presentes numa mesma região?”, questionou.

Quanto, aos investimentos, disse perceber que eles caíram muito em função do cenário macroeconômico do país. Entre 2016 e 2017 houve uma queda grande dos investimentos nessas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Analisou ainda que no item qualificação da mão de obra, ao olhar segmentos da indústria e mesmo de serviços intensivos em tecnologia, percebe-se que eles embutem uma perspectiva de uma mão de obra mais qualificada.

Destacou que o assunto será abordado pelas coordenadoras das regiões porque foi uma tônica nas oficinas regionais e, apesar de ser o trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na questão do Vale do Futuro, ressaltou ser muito importante perceber essas regiões que são mais frágeis do ponto de vista econômico.

Pediu que todos pensem em propostas e diretrizes regionais para fortalecer as aglomerações e as regiões metropolitanas como um todo. “Já pesquisamos muita coisa e os coordenadores fizeram um trabalho sensacional na área de desenvolvimento econômico e de turismo levantando o número de empregos setor”, disse.

Há uma preocupação por parte da equipe com a precarização do emprego e foi percebida uma queda do rendimento médio real geral em todas as regiões metropolitanas e aglomerações, o que não é particular dessas regiões.

“Mas, são devidas ao de fato de que há um cenário macroeconômico bastante complicado, seja por conta da crise sanitária ou por outros motivos. Achamos que vocês poderiam trazer uma avaliação de como é que essas cadeias produtivas podem ser adensadas. Sabemos que vocês têm um Plano de Desenvolvimento Econômico da Secretaria cujo objetivo é desenvolver um modelo multisetorial e multirregional e gostaríamos de saber se vocês já têm alguns resultados desse trabalho que permitam avaliar quais são os potenciais efeitos sobre os setores econômicos dessas políticas”, analisou.

RN – Fipe agradeceu a exposição e disse que gostaria de começar pelos temas que se aproximam da presença de ativos econômicos e a questão de turismo em Piracicaba, depois Jundiaí e na sequência, o Vale do Paraíba, Franca e Ribeirão Preto.

SM – Fipe destacou dois programas importantes e disse que seria interessante debater para ter mais informação tanto para a região de Piracicaba quanto para a região de Jundiaí pois falará um pouco da demanda das duas juntas: que são o programa de polos de desenvolvimento de Jundiaí, e para Piracicaba, está presente em cinco desses pontos o Agritech, alimentos e bebidas, automotivos e derivados do petróleo petroquímico, metal metalúrgico e máquinas.

Seria bom saber como o fomento a esses polos está acontecendo porque são pontos que reúnem um conjunto de municípios. Há interesse em saber como isso está acontecendo, principalmente, em termos do apoio a inovação que é uma questão importante.

“Com relação aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), a região de Piracicaba está presente em vários arranjos que já estão consolidados como o polo cerâmico em Santa Gertrudes, o da energia de Piracicaba, além de alguns que estão ainda em desenvolvimento como o joalheiro e o TICs de Limeira e outros também, ainda desenvolvimento, como Jundiá com fruticultura e viticultura, queremos saber como está o fomento a esses arranjos produtivos locais”, disse.

Questionou como é possível obter mais informação da perspectiva desses arranjos que trazem um pouco a vocação e a potencialidade da região. “Como eles estão na perspectiva de futuro de avanço e de desenvolvimento?”, perguntou.

RN – Fipe questionou se a Secretaria de Desenvolvimento Econômico já fez uma avaliação de impacto desses programas porque disse que isso também é relevante para fazer correções e ajustes nas propostas que eventualmente sejam incorporadas nesse PDUI.

SM – Fipe sinalizou que os técnicos gostariam de saber sobre informações sobre inovação nas regiões, principalmente nessa região de Piracicaba que tem a questão do campo, muito agronegócio e seria muito importante saber como a questão da inovação impacta no desenvolvimento do agronegócio, banda larga e acesso à tecnologia que propiciem esse desenvolvimento.

Disse que outra questão importante é saber se a Secretaria de Desenvolvimento tem alguma informação sobre a relação com os consórcios porque esses polos produtivos também geram aumento na utilização de consórcios em alguns municípios para melhorar a efetividade da ação.

Comentou que em relação ao turismo foi visto que nas duas regiões, mas principalmente em Piracicaba a questão dos ativos, não só ambientais, mas também culturais e de ativos que potencializam o turismo, contrapostos a carência do tipo de estrutura, de preparação da mão de obra e de capacitação.

“Às vezes, o ativo está em um município, mas é importante pensar em uma atividade regional e aí se falou muito em organização de roteiros. Gostaríamos de saber se vocês têm informação com relação aos fluxos turísticos dessas regiões, alguma informação concreta que ainda não temos. Temos a informação qualitativa de que o turismo existe, mas não está organizado, quanto seria necessário já que as regiões não estão preparadas para receber esse fluxo de maneira que o turista circule e se aproprie das diferentes potencialidades dos diferentes municípios”, analisou.

Ainda questionou sobre a preparação da mão de obra. Disse que muitas vezes a oferta de qualificação existente na região, nem sempre condiz com a atividade principal ou algumas das atividades que estão instaladas na região e a mão de obra nem sempre está preparada para atender a demanda econômica ou de produção do local.

“Sabe-se que nessas regiões, principalmente Jundiaí que é muito perto de São Paulo, não obrigatoriamente, a mão de obra que vai trabalhar naquela indústria ou naquela atividade agroindustrial é uma mão de obra local. Houve por parte dos municípios essa demanda de conseguir uma adequação da preparação da mão de obra local para atender às atividades produtivas da região?”, questionou.

RN – Fipe passou a palavra para **HG – Fipe** falar sobre o Vale do Paraíba.

HG – Fipe perguntou se a SDE conduziu algum estudo com o IPT sobre desenvolvimento econômico e, caso exista, se foi focado na região do Vale porque há muita semelhança com o que já foi colocado sobre a construção do Plano de Desenvolvimento Econômico.

Disse que os técnicos olharam a questão dos polos de desenvolvimento criados pela SDE e, na região do Vale, é preciso confirmar se são 6 ou 8 polos, pois dentre os 12 polos de desenvolvimento do Estado de São Paulo, duas fontes informaram números diferentes quanto ao automotivo, biocombustível derivado do petróleo, entre outros. Além disso, afirmou que o grupo gostaria de saber se há algum plano para atrelar melhorias sociais e ambientais com os royalties do petróleo no Litoral Norte, especialmente Ilhabela que tem esse recurso significativo.

“Em toda a região do lado do litoral, existe alguma linha estudando e trabalhando sobre como utilizar esses royalties? Quanto a questão dos polos gostaríamos de saber se existe algum território com isenção, algum tipo de incentivo fiscal e se para esse processo de atração de investimento vocês têm algum balanço, status ou avaliação sobre isso”, questionou.

Disse ainda que seria importante saber quais seriam os obstáculos que esses investidores estariam identificando e sobre os APLs, como está a participação do Vale do Paraíba: quais são os setores das áreas que estão sendo priorizadas e se têm levado alguns editais de fomento às APLs e como está a participação ou não da região nos editais. “Está tendo dificuldades ou não?”, perguntou.

Sobre qualificação profissional, disse que nas conversas com os municípios falou-se em um descolamento entre as ofertas que são colocadas e o que o mercado está precisando, ou está precisando de Incentivo de desenvolvimento econômico, como por exemplo, o turismo.

“Houve também uma demanda por FATEC e ETEC na região de Cruzeiro, próximo ao estado do Rio. Tem uma previsão de instalação de novas unidades desses equipamentos vocacionados para a qualificação profissional, assim como o Centro Paula Souza?”, questionou.

Disse ser conhecido que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem muita parceria com o Sebrae e foi mencionado o Consórcio Empreendedor na região. Com a aprovação da participação de todas as cidades nas Câmaras Municipais, quis saber como está a proximidade da discussão com a SDE e com quais as bases de trabalho do consórcio. “De que forma podemos extrair diretrizes para poder apoiar e dar suporte a esse consórcio que está sendo criado?”, quis saber.

Com relação ao turismo, disse que alguns municípios falaram que estão quase conseguindo o status de interesse turístico e estâncias. Com isso, eles recebem mais investimento e recursos.

Então, seria interessante ter o mapeamento de como está o processo de categorização de municípios da região e nas instâncias e se isso está acontecendo também no Vale do Paraíba, seja o turismo do litoral, seja no ecoturismo, no turismo religioso e no turismo histórico.

“Há crédito sendo ofertado e está sendo por meio da Desenvolve SP? Está tendo atendimento regional? Sobre as assinaturas dos compromissos de investimentos, vocês têm clareza de quais setores estão sendo mais investidos e qual é a meta de investimento e de demanda de mão de obra para que isso possa ser atrelado com a formação de qualificação profissional?”, questionou.

RN – Fipe passou a palavra para **BC – Fipe** falar sobre Franca e Ribeirão Preto.

BC – Fipe comentou que são duas regiões com algumas características comuns, principalmente pela presença dos complexos agroindustriais e a grande produção do setor sucroalcooleiro.

Disse que durante as conversas com os municípios surgiram questões iguais às que já foram comentadas sobre o Vale e Jundiaí a respeito da formação da mão de obra. A questão que surge é como conciliar formação com demanda, oferta e desenvolvimento econômico local não apenas relacionada ao formato que existe hoje, mas com o que se espera do futuro de forma a não criar um ciclo de não se investir em determinados setores por falta de mão de obra qualificada local. E não se qualificar mão de obra naquela região para determinados setores porque não tem demanda hoje.

Contou que em Franca tem um setor de comércio eletrônico que está se desenvolvendo com investimentos, principalmente, do Magazine Luiza, mas, eles citaram que tem várias outras pequenas empresas no setor se organizando. “A região ainda não forma mão de obra qualificada o suficiente. É um setor que ainda está em desenvolvimento”, disse.

Disse ainda que falta qualificação profissionalizante de nível inferior ao do técnico porque os complexos agroindustriais, na indústria de alimentos etc. têm dificuldade em encontrar na região mão de obra com nível operacional e essa formação acaba recaindo sobre o custo dessas empresas.

“Sabemos que o Centro Paula Souza está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, mas, que não tem um curso técnico superior. Gostaríamos de saber como é que fica essa questão desse nível profissionalizante”, questionou.

Sobre o turismo, disse existir uma questão dos municípios que identificam os ativos potenciais turísticos na região de Franca, bastante ligado ao Rio Grande e, também, com assuntos culturais regionais que são as festas de peão, eventos religiosos e turismo de aventura.

Disse que os municípios colocam que o desenvolvimento desses setores encontra problemas pela falta de infraestrutura local. Seja de caráter público de acesso, seja privada pela falta ainda de hospedagem etc.

“Como aproveitar os ativos que já estão identificados – materiais e imateriais – para desenvolver a região? Outra grande atividade de Franca é o polo calçadista que tem um peso muito grande na região por causa da demanda de mão de obra. Sabemos que nos últimos anos o setor tem enfrentado problemas, seja pela perda de negócios para outros países porque é um setor muito ligado à situação cambial, a concorrência com a China, mas também, pela perda de empresas para outros municípios, principalmente municípios mineiros. É uma questão da guerra fiscal de alguns municípios. Então, o que pode ser feito para a manutenção desse setor na região?”, perguntou.

Pediu informações sobre a existência de um Porto Seco na região que pela pesquisa da equipe aparece como desativado em 2016 e a equipe não encontrou nada a respeito.

Apresentou uma questão sobre o Parque Tecnológico de Ribeirão Preto. “Pelo que foi pesquisado, tudo está em fase de desenvolvimento, instalação de empresas. Gostaríamos de saber quais empresas estão instaladas ou se ainda estão na fase de incubadora. Foi citado aqui que atualmente eles têm problemas com o zoneamento municipal de Ribeirão Preto. E, uma das coisas que o PDUI pode contribuir, é exatamente por meio do macrozoneamento, destacar o parque tecnológico e tentar ajudar com o zoneamento. Então qual é a situação atual do Parque Tecnológico de Ribeirão Preto? Essas são as principais dúvidas que os municípios trouxeram para nós”, disse.

RN – Fipe passou a palavra para a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

AT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico começou falando sobre os arranjos produtivos e que a SDE está trabalhando fomentando esses arranjos. Explicou que existe um edital aberto de fomento de projetos e como está organizado: “O Arranjo Produtivo Local (APL) passa o projeto e a SDE faz a avaliação. Repassamos até R\$ 490 mil, o que não quer dizer que não dizer que seja uma boa para o total do projeto, mas é o que se repassa para o fomento do arranjo produtivo. Estamos fazendo para todas as regiões e está aberta para qualquer APL reconhecido. É uma forma que conseguimos de investir diretamente e fomentar não só o APL, mas a região. Isso existe para polos também. Já vieram alguns questionamentos, agora que o edital está em andamento, porque sabemos que tem um setor que é um APL antigo, mas eles vão entrar como polo em algumas regiões. Então tem essas duas possibilidades”, explicou.

Disse não existir avaliação de impacto.

RN – Fipe perguntou se os editais são abertos com frequência e como é a dinâmica do edital.

AT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que esse procedimento é novo na Secretaria e foi aberto um no final de 2020 e dois em 2021. “Para 2022 esperamos, dependendo da disponibilidade de recursos, abrir dois editais. Esperamos que tenha frequência para todo mundo conseguir se planejar. Fazer o projeto em si é simples, o que complica para eles é a organização para elaborar, ver qual é a necessidade real do arranjo produtivo ou do polo. Como não é uma tarefa simples, eles precisam se organizar com antecedência, já ter em mente qual é a necessidade real”, detalhou. Informou ainda que o edital fica aberto por 30 dias para o encaminhamento do projeto. “E nesse período não é possível parar para pensar e pesquisar; já é preciso ter conhe-

cimento para conseguir fazer só o projeto nesse período. Orientamos os setores para já terem a organização de quais são as necessidades reais para quando o edital for aberto, ficarem preocupados só com o projeto”, disse.

Revelou ainda que a instituição também não tem mapeamento da parte de tecnologia. “Podemos conversar com o pessoal interno da Ciência e Tecnologia para ver o que eles têm mapeado e repassaremos para vocês”, disse.

Sobre o consórcio com os municípios, disse que a SDE tem um termo assinado com agricultura para, entre outras coisas, vários itens para fortalecimento dos APLs, para trabalhar governança.

Disse que a secretaria trabalha com consórcio se isso for uma forma deles trabalharem. Sugeriu uma reunião junto com a Secretaria da Agricultura para aprofundar o assunto.

Sobre capacitação da mão de obra disse que o assunto já foi debatido internamente com o coordenador de ensino técnico sobre o descolamento do que o município quer e o que o prefeito e os vereadores desejam que pode ser diferente do que quer a indústria ou o comércio que também não é o que o estudante quer fazer.

“Temos o caso de um município que, inclusive já fizemos um estudo na região, que quer trabalhar só com tecnologia. Ele acha que é a única coisa que pode ser oferecido de capacitação. Mas, o município não tem a menor possibilidade de absorver essa mão de obra. Esse descolamento é bem constante, de uma frequência absurda e que acaba sendo bem difícil de trabalhar”, revelou.

Disse que existe uma pesquisa feita com estudantes. Um instituto de pesquisa faz uma entrevista para saber o que eles querem, qual é o desejo de terem uma capacitação e para qual área. Em seguida, junta com uma análise de indicadores da região para ver o que tem na região e se tenta fazer esse casamento.

“Estamos falando de desejo do estudante, estamos falando de histórico então acaba sendo um pouco complicado. O **BC – Fipe** falou do comércio eletrônico incipiente então, realmente isso vai acabar sendo um pouco falho porque a gente vê também o histórico. Talvez, seja o caso de, se vocês têm os dados, passem para nós para agendarmos uma conversa aqui com o pessoal do ensino técnico para ver como fazer essa adaptação, já que vocês estão vendo que isso está acontecendo na região. Então vai fugir do mapeamento deles dos indicadores”, avaliou.

Ao responder **HG – Fipe** disse que está sendo feito, junto com o IPT, o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Paraíba. “Seria muito legal marcarmos uma reunião para vocês se conhecerem já que isso é super recente, começou em setembro. Dentro disso, pode entrar toda a parte do petróleo que você falou de Ilhabela. Hoje, não temos um mapeamento para falar de onde tem incentivo fiscal, onde tem investimento, isso não temos, mas, podemos colocar dentro desse estudo do IPT. Então, essa reunião seria importante para debatermos só sobre essas demandas”, sugeriu.

RN – Fipe perguntou se esse Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Paraíba está sendo feito pelo IPT.

AT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que o IPT já fez do Vale do Ribeira que já foi entregue e, hoje, estão fazendo para o Vale do Paraíba e outro para o Pontal do Paranapanema. Recomendou que se a equipe fizer alguma demanda para a Secretaria, já sabe que tem também o plano do Pontal.

Sobre os APLs, disse que eles acabam sendo meio repetitivos, principalmente os de TIC e de aeroespacial porque eles estão em um grau de maturidade bem diferente da maioria dos APLs do estado. “Estão realmente muito bem”, enfatizou.

Informou que esteve no parque tecnológico que é a entidade gestora dos arranjos produtivos e que eles estão organizando um outro APL para pedir o reconhecimento voltado para empresas que cuidam de agricultura, não startup, como Piracicaba, mas empresas com esse olhar para agricultura que é bem forte na região.

“Hoje não temos nenhum convênio com eles, nenhum termo de fomento. Historicamente já fizemos alguns convênios. Eles fizeram uma proposta e mandaram no último edital, mas, acabaram cometendo algumas falhas e foram desclassificados. Provavelmente devem mandar outro no edital atual está que está aberto”, revelou.

HG – Fipe perguntou se no APL são dois tipos de edital: de reconhecimento e de fomento e se no Vale não tem nenhum reconhecido e conseqüentemente nenhum com fomento.

AT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que no Vale do Paraíba tem reconhecido sim, mas, nenhum com fomento. Disse existirem mais APLs mas esses dois, o TIC e o aeroespacial são os que estão mais desenvolvidos. “Não tem muita comparação com os outros, mas, pode separar e enviar todos das cinco regiões que estão sendo trabalhadas.

ZA – Fipe perguntou se a reunião que ela cita foi no Vale. “Pelo que foi entendido é do APL de agricultura para a região. Eles falaram quais as atividades estão querendo envolver nisso?”, questionou.

AT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que ainda não falaram só informaram, que vai ser voltado para empresas que são ligadas à agricultura. “Eles não querem, como Piracicaba, porque é startup voltada para agricultura, querem empresa que faz a inovação para agricultura, foi a única coisa que falaram”, disse.

RN – Fipe colocou que eles vão vender para o agronegócio paulista porque lá não tem essa característica. “Não é uma atividade que compõe o PIB do desenvolvimento econômico deles. Mas, claro eles têm uma tradição no Vale do Paraíba e São José dos Campos em P&D e o parque é muito centrado na inovação que é usada fora região. Isso é bem interessante”, analisou.

AT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que se a equipe da Fipe precisar de mais informação é possível marcar uma reunião para conversar com eles e conhecer melhor. “O edital de reconhecimento vai abrir agora em dezembro e deve ter um resultado no começo de 2022 de novos APLs reconhecidos. Provavelmente, podemos já estar com esse arranjo produtivo novo, mas, tem outros na região, de mel, leite e mais alguns outros que podemos conversar depois”, revelou.

RN – Fipe perguntou se os arranjos produtivos, ainda que não estejam organizados, por exemplo, se existe algum ligado ao turismo. Citou como exemplo Brotas que tem uma atividade de turismo de aventura e atrai o estado inteiro e pessoas de fora. “Tem alguma coisa nessa linha para poderemos olhar como esse arranjo se estruturou, para pensarmos nessas demandas de turismo nessa região?”, questionou.

AT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que não tem, nenhum com reconhecimento. “Mas não quer dizer que não exista”, disse.

RN – Fipe disse ser uma curiosidade para poder ver se servia como parâmetro para se pensar.

AT – Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que quanto a Fatec e ETEC, a secretaria participou de uma reunião em que foi apontada a demanda de um de um município que estava solicitando. Ficou de confirmar qual era o município. “Estava havendo uma discussão no sentido da disponibilização do terreno ou do prédio, mas eu realmente eu não consigo lembrar, lembro que era do Vale do Paraíba”.

Disse que não há acompanhamento do Consórcio Empreendedor. “Sabemos de um termo entre Sebrae e a Secretaria de Desenvolvimento Regional e o que foi passado é que aqui na Secretaria foi tudo para o Banco do Povo e do Empreenda Rápido, então aqui na Coordenadoria não estamos acompanhando”, disse. Voltou a falar da importância de marcar a reunião com o IPT para juntar as demandas e colocá-las dentro do estudo.

Respondeu a **BC** sobre a existência na Região de Franca de um APL de calçados. “Historicamente está com a SDE há um bom tempo fizemos um edital de reconhecimento em 2019 e zeramos todos os arranjos. Pedimos para todos se cadastrarem e os novos cadastros estão com a SDE”.

Se comprometeu a conversar na Coordenadoria de Ensino Técnico sobre comércio eletrônico para ver o que pode ser feito. Quanto à mão de obra, abaixo do técnico não tem nada na Coordenadoria.

Ainda observou que com relação a calçados, trabalham juntos Franca, Birigui e Jaú. “Uma coisa que já teve muita discussão e até um estudo pago pela SDE para a região é investimento em tecnologia. A maior parte das empresas voltadas para calçado pega boa parte de Franca, mas, eles não fazem nenhum tipo de inovação e isso provoca perda de competitividade quando se fala do dólar, na hora que se fala do custo Brasil, eles não fazem uma parte da lição de casa deles. É uma questão difícil para conseguir resolver”, analisou.

Disse ainda existir um laboratório do IPT em Franca e o que eles dizem é que trabalham muito mais para Minas do que para o próprio estado de São Paulo. “Temos um bom trabalho pela frente de conscientização e capacitação. Um bom trabalho de mão de obra para nós é ótimo porque a gente entrega dentro do estado, mas, eles também precisam fazer um pouco da lição de casa porque a maior parte das conversas que a gente tem com o setor calçadista, eles sempre falam de imposto e esse é o pleito, mas, as contrapartidas, às vezes, a gente vê que eles não estão tão dispostos a fazer. Posso passar o estudo que nós fizemos há alguns anos sobre o setor para vocês verem algumas coisas que foram apontadas que poderiam melhorar o setor”, ponderou.

Sobre o Porto Seco, disse que a Coordenadoria não tem informação nenhuma. “Dentro da SDE não conseguimos acompanhar e sobre o parque tecnológico, vou conversar com o pessoal da Ciência e Tecnologia para ver, se for o caso, marcar com eles para vermos não só as empresas incubadoras, como também o zoneamento”, disse.

RN – Fipe elogiou o panorama apresentado, mas questionou a razão de não se ter uma avaliação de impacto apesar de se saber das falhas da cadeia do APL. “Quando você estava falando de calçado, uma demanda muito grande em várias regiões, conforme você viu é a capacitação da mão de obra. Então, incorporar a inovação e a tecnologia no calçado pode passar pela formação na área de design que é o maior valor agregado dessa produção. Por isso, precisamos alinhar com vocês essas diretrizes, por exemplo, na capacitação de mão de obra para cada região. Vamos sugerir algumas áreas de capacitação, sejam elas para o turismo, para a indústria típica daquela região, que no caso de Franca, o APL calçadista já tem o reconhecimento”, sinalizou.

Falou ainda do trabalho que vem sendo acumulado em torno dessa perspectiva de suprimir as falhas dessa cadeia. “Precisamos acertar com vocês e as Fatecs e ETECs de que uma das falhas da cadeia, por exemplo, está na inovação e um segmento da inovação que tem alto valor agregado e que isso, sim, fará independente do câmbio é o design. No caso brasileiro isso é um diferencial que pode ser um bem relevante, então em algum momento, daqui para frente, para além da gente aperfeiçoar a nossa análise com esses dados que você ficou de nos ajudar a ter acesso, também na formulação, precisamos estar alinhado com vocês porque quando vierem as demandas de fomento. Vocês podem dizer, olha tem uma diretriz para esse segmento num Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) que o nosso programa é capaz, então vamos trabalhar e capacitar a mão de obra para isso ou para aquilo dependendo da cadeia. Acho que vamos ter, a partir de dezembro, a possibilidade de sentar-se mais finamente com vocês para podermos contar com todos”, destacou.

Passou a palavra para o representante da Secretaria de Turismo

VF – Secretaria de Turismo iniciou solicitando a área geográfica específica de todas essas regiões que a Fipe está trabalhando, porque conhece o Vale do Paraíba, mas precisa saber quais são os municípios que compõem cada uma das áreas para oferecer algum tipo de informação.

RN – Fipe assumiu o compromisso de enviar as Unidades Regionais com os municípios que as compõem e com o código do IBGE porque se o banco de dados da Secretaria estiver organizado pelo código do IBGE é possível trabalhar melhor.

VF – Secretaria de Turismo avisou que fará uma exposição geral sobre algumas questões das áreas. Destacou que no início foi falado da questão da mobilidade e logística em turismo e a Secretaria tem uma grande dificuldade e essa é uma questão a ser debatida para entrar nos planos regionais de áreas metropolitanas que é o turismo.

“Não é uma questão muito forte nessas regiões, com exceção do Vale do Paraíba, que já tem um fluxo muito grande, mas, por exemplo, é muito difícil na Baixada Santista porque se alguém vai com um grupo de São Paulo, com uma van e quiser visitar uma praia do Guarujá e, em seguida, ir para Santos, é preciso pagar duas taxas. Então, essa questão da mobilidade em turismo pode ter alguma dificuldade, em especial no Vale do Paraíba porque lá tem algumas regiões que são muito fortes, por exemplo, Aparecida e Campos do Jordão que já têm algumas limitações de entrada de pessoal que trabalha, então, a logística é muito importante”, explicou.

Destacou outra questão relacionada com empreendedorismo e capacitação: uma questão trabalhista da área rural porque tem, principalmente, na região de Jundiaí com o circuito das frutas e com o turismo rural.

“De uma maneira geral, em todo o estado, às vezes, a pessoa trabalha durante a semana na cultura e quer trabalhar com turistas no fim de semana e aí entra a necessidade de ter CNPJ. Além das questões trabalhistas, estamos tentando resolver conversando em todos os níveis, inclusive nos federais”, disse.

Apontou dificuldades porque existem algumas propriedades e alguns empreendedores que querem trabalhar com turismo em áreas com atividade rural contínua. “São questões importantes nas cinco regiões objeto desse projeto. É bem relevante em especial em Jundiaí”, enfatizou.

Apontou ainda que na Secretaria de Turismo, os municípios turísticos recebem uma verba para desenvolvimento que depende do tipo de cada município. Se é estância ou de interesse turístico e vários desses municípios estão nessas áreas, inclusive, tem uma reserva de recursos e alguns recebem um grande volume de dinheiro, principalmente, no Vale do Paraíba que tem vários municípios recebendo essa verba para ser usada na infraestrutura de turismo.

“Temos sempre dificuldades porque isso é pensando muito no município, mas, na verdade é importante ver o turismo no âmbito regional. Já existem alguns projetos que visam a região e não o município isolado. Dessa maneira, por enquanto, dentro da legislação atual, o que se tem são os municípios aplicando essa verba, definida pelo próprio município. Mas, tem que ter aprovação do Conselho Municipal de Turismo que é uma forma de termos uma visão do terceiro setor do empresário e de apontar quais são os melhores locais para investir esse dinheiro”, explicou.

Acrescentou ainda que boa parte do recurso é usado em obras. “Isso é importante porque até então, era uma decisão única exclusivamente da prefeitura, que nem sempre utilizava isso no melhor segmento, no mais importante que era para o turismo.

Disse que a questão é importante, em especial no Vale do Paraíba que tem uma grande concentração. A região do circuito das frutas em Jundiaí que é de interesse turístico, a região de Franca

e Rifaina que têm atividade náutica no Rio Grande que tem um projeto de incentivo a estruturas náuticas. “Inclusive, tem um site chamado Melhores Práticas que mostra como fazer para colocar uma estrutura náutica, ou seja, píer, atracadouro, rampa, enfim como se desenvolve essas tarefas. Temos um site de orientação aos municípios que vale a pena vocês darem uma olhada. Podemos passar esses links para vocês”, disse.

Destacou ainda que quanto aos roteiros, o essencial é a logística para se trabalhar regionalmente, mas que as regiões turísticas que são 49, pelo mapa de um programa federal. “Dentro do estado de São Paulo, somos representantes do estado em nove regiões turísticas que abarcam todas as regiões do estado. Estamos hoje trabalhando em Jundiaí, Piracicaba, Franca, Ribeirão Preto e o Vale e são extremamente importantes. Elas não têm grandes problemas de infraestrutura, estradas ou acesso e todas essas regiões têm um público consumidor importante: são mercados emissores de turistas”, explicou.

Disse existir o turista dentro da própria região, além da proximidade com São Paulo, ainda que Franca e Ribeirão Preto estejam mais distantes, mas no geral todas têm proximidade.

“Então, quanto aos roteiros a grande dificuldade é conseguir trabalhar com todos os segmentos, por exemplo, o Litoral Norte recebe uma infinidade de turistas e, muitas vezes, eles não precisam da Secretaria de Turismo para recebê-los. Às vezes, trabalhar de maneira coordenada entre eles é uma dificuldade, principalmente, o empresariado que não está acostumado a trabalhar regionalmente. Outras regiões mais para o interior são mais fáceis porque eles dependem um pouco mais de atratividade, então essa questão da sensibilização do empresariado, é importante nesse sentido”, apresentou.

Afirmou ainda que está sendo feito um levantamento para trabalhar os roteiros e saber quais os produtos regionais estaduais existem, quais são as agências de viagem que fazem esse itinerário que vêm de São Paulo porque ele é o grande emissor, que manda gente para o mundo inteiro. “Nós somos os turistas mais cobiçados dentro e fora do Brasil porque o Paulista gasta muito e viaja muito. Mas, não se consegue ter, ou se desconhece o que o estado oferece. Temos um movimento interno muito forte e o grande problema é descobrir para onde as pessoas vão. Pelo nosso Observatório do Turismo, os fluxos turísticos em algumas cidades que estamos acompanhando no estado, têm vários dados por meio dos quais se consegue identificar o fluxo turístico regional, para onde estão indo, mas, ainda não conseguimos saber qual é o destino final”, disse.

Acrescentou ainda que quando se fala da concentração dentro dos polos emissores, Ribeirão Preto, Franca, e São José do Rio Preto acabam concentrando muito o turismo e acaba acontecendo também nos municípios do entorno onde estão os atrativos. Disse que Ribeirão Preto tem uma oferta turística de hotelaria muito forte e Brodowski que fica ao lado tem o museu Casa de Portinari, não tem a infraestrutura necessária, mas devido à proximidade de um atrativo muito importante, o ideal seria planejar regionalmente. “As questões das regiões turísticas é tentar atrair e desenvolver essa integração e sensibilizar os municípios de interesse turístico e estâncias para manter e ter essa titulação”, opinou.

A Secretaria tem um programa que é o SP Ecoaventura que é de certificação de turismo de aventura. Explicou que todas as regiões desse projeto foram contempladas com uma capacitação para certificar empresas de atuação em turismo de aventura que é extremamente importante devido a questão de segurança. “É uma parceria com o Sebrae e hoje temos alguns polos que estão sendo trabalhados em todas essas regiões. Em Piracicaba, por causa do projeto da Serra do Itaqueri que Brotas é o carro chefe de uma região turística que envolve a maior parte dos municípios que estão nessa região. A região de Franca, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e o Litoral Norte foram contemplados e Jundiaí, também, por causa do circuito das frutas”, elencou.

Afirmou que uma questão importante, principalmente de Jundiaí é do distrito turístico que é um projeto que tem algumas questões pontuais de incentivos fiscais na região do Serra Azul que envolve Vinhedo e Itupeva e tende a ser um distrito turístico, mas, ainda está em processo de implantação e vai impactar diretamente na região de Jundiaí.

“A questão da capacitação é mais complicada porque tivemos no início dos anos 90 uma proliferação das faculdades de turismo e depois tivemos uma queda e, praticamente, muitas desapareceram. E até hoje discutimos qual é o perfil profissional que cada região necessita. Conversamos com empresários e com a academia para verificar o que está precisando em cada região e não conseguimos chegar a um consenso. De qualquer forma, a Secretaria tem um projeto da educação numa parceria que criou a disciplina de turismo dentro das escolas estaduais para sensibilizar as pessoas da importância do turismo para os municípios. E, principalmente, para os moradores que desde criança são sensibilizados pelo turismo mais como uma atividade de eventos e principalmente como uma questão econômica”, disse.

Disse também que dentro das 49 regiões turísticas existentes no estado, tem um grupo que foi contratado para fazer filmagens e criar um banco de imagens para cada município porque é uma dificuldade enfrentada pelos municípios que querem ser turísticos. “Sentem a necessidade de ter banco de imagem para fazer a promoção que é essencial no turismo. Então, todas as cinco regiões citadas aqui têm um mercado emissor muito próximo da própria região, mas as pessoas desconhecem. Então, como é que uma pessoa que está em Ribeirão Preto faz para conhecer o que está no seu entorno? Às vezes, você não tem quem organiza o fluxo turístico do dia a dia de na sua região. A proposta desse trabalho é distribuir vídeos e fotos para os municípios promoverem as suas regiões”, explicou.

Outro projeto destacado foi o das Fotos Cênicas que envolve, principalmente, a região do Vale do Paraíba que foi contemplada por causa da Mantiqueira e o Litoral Norte, que são *master plans* que fazem um levantamento do que tem e as rotas gastronômicas.

“O Vale do Paraíba foi contemplado e está em desenvolvimento fazendo o levantamento dos locais. Hoje a gastronomia deixou de ser uma questão agregada ao turismo e virou um motivo, muitas vezes da viagem. As pessoas viajam para comer um prato diferente, para experimentar algo regional. Tem um turismo pontual de compras em Limeira que são joias e mesmo em Franca que pode ser aproveitado mais para o turismo, uma vez que, o turista acaba deixando um valor agregado maior no produto. Envolve aqui a questão do design que foi falado para adaptar isso para uma visão do turista”, disse.

Finalizou se colocando à disposição para ajudar com informações que forem necessárias.

RN – Fipe agradeceu e sinalizou que a apresentação tocou em algumas questões importantes e que talvez, na gestão do PDUI é possível ajudar nos convênios que são pensados para o município que é a verba para desenvolvimento.

Destacou que no âmbito da gestão metropolitana existe a possibilidade de criar câmaras temáticas das funções públicas de interesse comum. “Em muitas dessas unidades regionais que estamos trabalhando, o turismo é uma função pública de interesse comum, então, trabalhar o projeto regional na câmara temática e saber precificar cada etapa desse projeto, o que vai caber ao município como contrapartida e qual é a verba que vem desse programa do governo do estado é uma possibilidade de diretriz para estabelecer que as câmaras temáticas promovam circuitos regionais de turismo e que cada município assuma uma parte dessa forma de estruturação e promoção sendo que os convênios da Secretaria vão continuar a ser municipais porque cada um vai se responsabilizar por uma etapa dessa promoção regional do turismo”, explicou.

Ponderou que seria uma saída de gestão possível onde o município assume aquele repasse e faz estruturadamente, de forma regional. “É só para situar aqui as possibilidades que o PDUI, junto com vocês, pode pensar um pouco a questão, por exemplo, da promoção. O ativo está no município, mas cabe a todos os municípios fazerem a promoção. Foi citado que Ribeirão Preto tem infraestrutura, mas o ativo está em Brodowski, então como é que a gente articula isso no processo de promoção e vende a promoção regionalmente? Enfim, já que a pessoa vai tomar chope em Ribeirão Preto, vá ver a Casa de Portinari que está em Brodowski”, afirmou.

Disse ainda que existem formas de desenhar regionalmente essa promoção e o fomento na cadeia também, ainda que o repasse seja municipal já que não existe uma instância de repasse regional para receber esses recursos.

CG – Fipe perguntou ao representante da Secretaria de Turismo sobre os dois *Master Plan*. “Um de gastronomia e qual seria o outro?”

VF – Secretaria de Turismo disse que na verdade, o *Master Plan* foi feito para a rota cênica que é um levantamento dos locais que pode ser um belvedere, um mirante ocupado com um café.

“Isso foi feito no Vale do Paraíba para a Mantiqueira e no Litoral Norte já está pronto e acessível no site da Secretaria. O que está acontecendo agora é um levantamento das rotas gastronômicas que é um outro programa e os dados estão sendo levantados na Mantiqueira”, disse.

Explicou que a ideia depois é criar um selo, algo que possa identificar a rota gastronômica. “Na Mantiqueira é muito forte por causa da Serra e dos municípios de Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal. Então o *Master Plan* é específico para a rota cênica”, destacou.

RN – Fipe solicitou a apresentação dos representantes da Desenvolve SP.

RRCB – Desenvolve SP começou dizendo que os dados necessários para o projeto podem ser solicitados que a área responsável disponibilizará.

Disse que a Desenvolve SP apoia o programa dos APLs e hoje tem, na verdade, atendimento a diversos setores, segmentos de atividade, tanto no setor público quanto ao financiamento de infraestrutura que pode ser, desde o turismo e geração de emprego e renda quanto, no setor privado, onde o atendimento é de serviço para a indústria pesada de inovação, turismo e até a parte de petróleo e gás.

“Ou seja, a Desenvolve tem uma gama muito grande de linhas de financiamentos e de focos, inclusive para inovação. Ela é muito forte na questão de inovação, tendo programa ou não. Tem alguns programas hoje, inclusive de turismo no Vale do Ribeira, programas de audiovisual e diversos outros programas que já existem, portanto, para o projeto do PDUI nem precisa pensar em criar uma linha, mas sim usar o que já tem que irá atender muito bem. Mas, talvez, entrar com vocês por meio de divulgação, participação de eventos, estar junto com vocês para o que decidirem quanto a divulgação e planejamento. Não temos que mexer muito, nós já temos linhas que atendem muito bem a todas essas demandas”, sinalizou.

GABB – Desenvolve SP agradeceu a fala do representante da Desenvolve São Paulo e, também, para a coordenadora técnica do projeto **RN – Fipe** pelo convite e se mostra entusiasmada por estar participando com a equipe de um projeto muito interessante que é a abertura das novas regiões metropolitanas e saber o que a equipe está pensando já que elas são regiões bem particulares que estavam agregadas a outras regiões administrativas.

Disse que as regiões têm particularidades bem importantes para a economia Paulista e que a abertura que o projeto está propondo é muito interessante, principalmente, por apresentar um trabalho planejado e coordenado entre os órgãos que estão envolvidos com os objetivos desse projeto.

Lembrou que já havia sido dito, de forma clara, o papel da Desenvolve e que o objetivo é trabalhar junto com a equipe da Fipe por ser de interesse da instituição estar nesse projeto, principalmente, a frente e dar condições para que não só as prefeituras diretamente mas, também as empresas que queiram fazer esses investimentos e não tenham recursos financeiros. Destacou que a Desenvolve SP está preparada para apoiar as prefeituras fazendo essa infraestrutura, inclusive de turismo, e tudo que será necessário também para as empresas que quiserem fazer qualquer tipo de investimento, tanto na área de pesquisa quanto desenvolvimento e inovação.

Colocou a Desenvolve São Paulo para estar junto no projeto de elaboração dos PDUIs.

RN – Fipe disse que oportunamente a equipe fará uma lista de propostas e encaminhará para a Desenvolve São Paulo identificar qual a linha que mais se adequa ao fomento ou ao financiamento desse tipo de proposta para incorporar ao PDUI.

GABB – Desenvolve SP respondeu que gostaria que a equipe, se possível, enviasse o agrupamento que foi feito de regiões e quais são as cidades que estão incorporadas nesses grupos porque

Jundiaí é região, Piracicaba é região e eles precisam ter esse mapeamento. “Isso facilita bastante quando vocês pedirem qualquer tipo de informação”.

RN – Fipe ficou de enviar por e-mail a agregação de municípios por unidade regional para que eles conheçam qual é a delimitação da configuração territorial dessas unidades que estão sendo trabalhadas.

GABB – Desenvolve SP perguntou se as unidades serão agregadas ou o governo do estado vai alterar a região administrativa ou vai ser um trabalho paralelo.

RN – Fipe explicou que tem duas vertentes dentro da Secretaria de Desenvolvimento Regional: um é o processo de regionalização que está em curso com a criação de regiões metropolitanas, agrupamentos municipais e regiões de estado.

“Esse é um trabalho que **MC – Fipe** está trabalhando junto às cidades e regiões fazendo audiências públicas e o governo está elaborando, brevemente, um projeto de lei para essa nova regionalização”, explicou.

A outra vertente envolve as regiões que já estão instituídas, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas que, no caso do projeto, são Franca e Jundiaí, as outras são metropolitanas. “Já estamos na etapa seguinte que é fazer os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUÍ) dessas regiões. Esse é o trabalho que a Fipe está fazendo para a Secretaria de Desenvolvimento Regional que é a elaboração de cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUÍ)”, explicou.

Disse ainda que o **MC – Fipe** está participando do projeto da nova regionalização e poderia dar mais detalhes, mas, já tinha saído da reunião. “Enfim, o estado está sendo redividido do ponto de vista do planejamento regional e serão criadas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e as chamadas regiões de estado que equivalem a figura de microrregião que está na Constituição Federal e na Constituição do estado que agora está mudando essa nomenclatura. Isso ainda não está formalizado do ponto de vista legal e essa proposta será encaminhada pelo governo para Assembleia Legislativa, mas concretamente, hoje o que existe são as audiências públicas que fazem parte do processo legislativo legal para aprovar essas novas unidades regionais”, detalhou.

RN – Fipe passa a palavra para **ML – Fipe**.

ML – Fipe perguntou aos representantes da Desenvolve SP se existe alguma experiência de financiamento via consórcio de municípios.

RRCB – Desenvolve SP respondeu que tem e que o financiamento a consórcios municipais, apesar de ser previsto em lei, nunca foi feito no Brasil. Revelou que a Desenvolve SP foi o primeiro a protocolar um pedido na Secretaria do Tesouro Nacional.

“Tem um pedido andando nesse momento e temos um segundo em negociação, então, temos sim o conhecimento, mas não temos a experiência porque não concluímos ainda nenhum finan-

ciamento. Estamos trabalhando com isso, inclusive é uma das nossas diretrizes esse ano tentar concluir algum financiamento com consórcio”, disse.

Explicou que o financiamento para consórcio municipal é muito peculiar porque é um financiamento municipal com as mesmas diretrizes do financiamento ao município, com todo o regimento da Secretaria do Tesouro Nacional, com toda a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, porém é tratado de uma forma diferente porque está financiando um CNPJ único com análise de vários entes.

“É uma operação bem complicada, mas estamos fazendo. Um dos consórcios é da Região do Pontal do Paranapanema e o outro é da Região de Campinas. Se tiverem alguma demanda podem contar com a Desenvolve SP. Vou deixar o e-mail para contato no chat”, afirmou.

RN – Fipe destacou que a fala de R se articula muito com a proposta de turismo regional, especialmente para infraestrutura porque é o privado que tomba. “Então, é preciso pensar nessa perspectiva de consórcio municipal para fomentar um APL de turismo, tendo a pegada da sustentabilidade que tem um apelo muito grande em algumas regiões que estamos trabalhando”, disse.

HG – Fipe lembrou que a Desenvolve também disponibiliza o crédito para as prefeituras e empresas e quis saber se é possível o fornecimento de dados sobre quais são os setores que mais recebem créditos. Explicou que essa informação pode trazer uma luz sobre o que está sendo demandado e para que a equipe possa qualificar esses dados.

RN – Fipe se comprometeu a organizar as demandas individualmente de cada unidade regional para as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Turismo e para a Desenvolve SP e encaminhar a solicitação oficialmente, separadamente e até os desenhos que a equipe considerar interessantes para serem colocadas como proposta para o uso desse programa para um problema específico identificado na região.

Consultou a equipe se tem alguma outra questão para ser feita aos interlocutores e destacou que o debate possibilitou um avanço na criação de um canal para seguir trabalhando junto. O **VF – Secretaria de Turismo** já mandou vários links que foram compartilhados com a equipe.

Finalizou dizendo que, tão logo a equipe mande as demandas, será possível marcar reuniões específicas para a devolutiva se acharem que é conveniente. “E na hora de elaborar as propostas, podemos sentar de novo com vocês para formatar propostas bem aliadas com as políticas públicas e programas do governo do estado”, disse.

6. GRUPO SETORIAL DE AGRICULTURA

Registro da reunião do Grupo Setorial de Agricultura, que aconteceu no dia 12 de novembro de 2021.

Participantes setoriais:

- Secretaria de Agricultura e Abastecimento
- Franca: GNJ
- Ribeirão Preto: CHPS; A
- Vale do Paraíba e Litoral Norte: HSC

RN – Fipe cumprimentou os participantes, especialmente aos parceiros da agricultura, **HSC – SAA-VPLN, GNJ – SAA-Franca, CHPS – SAA-RP e A – SAA-RP**, por se disponibilizarem a participar da reunião, e ajuda a situar os participantes no trabalho que está sendo feito pela Fipe: os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUIs).

Explicou que a Fipe foi contratada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional para fazer cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados para as Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Piracicaba, Ribeirão Preto e Jundiaí, e para a Aglomeração Urbana de Franca.

Esclareceu também que o Estatuto da Metrópole exige que Regiões Metropolitanas (RMs) e Aglomerações Urbanas (AUs) tenham um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado com diretrizes para que os municípios revisem seus planos diretores. “A Fipe, em parceria com as prefeituras, a sociedade civil e com o estado, está executando estes cinco planos. Foram feitas propostas preliminares de macrozoneamento, discutidas em oficinas regionais e que desde a semana passada a equipe está fazendo reuniões com as secretarias setoriais do governo do estado”, detalhou.

Foram feitas reuniões com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Desenvolve São Paulo e Turismo; Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Secretaria de Logística e Transportes, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Sabesp, Secretaria da Habitação, e agora com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

RN – Fipe disse que a equipe tinha algumas questões mais gerais para a discussão. De início, dirigiu-se aos representantes de Franca e Ribeirão Preto sobre o tema agricultura e agronegócio, as questões ambientais relativas aos fenômenos dos fortes ventos e poeira que aconteceram nas cidades recentemente.

Pediu aos representantes setoriais que falassem sobre o assunto, em especial sobre quais articulações e negociações foram feitas com os proprietários acerca do tempo de espera da colheita, visto que existem regras florestais voltadas ao tempo de exposição da terra.

Convidou **MLFBC – Fipe** para colocar as questões mais gerais, e na sequência, os técnicos fariam as questões específicas das unidades regionais.

MLFBC – Fipe disse ser a responsável pelo panorama das unidades regionais e que dentro da estruturação desse texto há uma parte importante que é a produção agrícola e pecuária.

Explicou que, do ponto de vista estrutural, com base no produto interno bruto, percebe-se uma pequena participação da agropecuária no PIB do estado. “A sensação é que as estatísticas não dão conta da complexidade do que é a agricultura paulista e há certa dificuldade para entender isso e a participação no produto do estado”.

Pedi ainda que os representantes setoriais dessem uma visão geral sobre as culturas perenes e temporárias, principalmente as localizadas nessas regiões – Aglomeração Urbana de Franca (AUF) e Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) –, além da organização e localização dessas atividades. “Passamos de uma visão de cultura da lavoura, ou cultura perene ou temporária, para uma visão de cadeia de produção, uma vez que a agricultura está muito ligada ao agronegócio e exportações, em especial em Ribeirão Preto e Franca, em que a presença da cana é preponderante”, disse.

Outro ponto que teve esclarecimento solicitado foi se havia conhecimento por parte dos representantes de algum movimento de realocação da produção agrícola e pecuária, o que se pode esperar de uma reorganização geográfica dessas atividades, uma vez que impactam na dinâmica da população rural das unidades regionais estudadas.

Outro ponto questionado foi sobre a questão da reserva legal e da necessidade de área para recomposição nessas regiões.

BB – Fipe colocou aos representantes da Secretaria de Agricultura a questão da predominância da cana nessas duas regiões, que fora a cultura do café e as culturas que entram quando a cana é replantada, praticamente não há outras culturas ou a representatividade é muito pequena e pergunta se essa situação é problemática.

Outros pontos de questionamento dizem respeito às queimadas na região e sobre as áreas de recarga do Aquífero Guarani e das áreas de vulnerabilidade, em especial a questão da contaminação por produtos agrícolas, principalmente pela vinhaça que decorre da produção da cana. Perguntou como está sendo visto o impacto dessa atividade nas regiões que apresentam maior vulnerabilidade, se há estudos para esse tipo de impacto, se há perspectiva de restrições ou manejo de armazenamento e reaplicação da vinhaça, que é um fator de poluição antes da aplicação.

FC – Fipe colocou as questões gerais sobre o fenômeno dos ventos, da poeira, da falta de cobertura de vegetação nativa em que há a necessidade de aumento da cobertura vegetal, aspecto já observado pela equipe no panorama regional, que atualmente está em torno de 10%, quando a legislação determina que seja de pelo menos 20%.

Questionou se existe algum programa da Secretaria de Estado de Agricultura para a questão das queimadas que possa ser incorporado como proposta no PDUI.

Outro ponto diz respeito a um tema que foi levantado em algumas oficinas sobre a redução da pegada de carbono. Quis saber como está sendo pensada a questão já que parte dessa redução ficaria por conta do uso do álcool como produtor de energia e, no entanto, há dificuldade na expansão de áreas para cana-de-açúcar, baixa produtividade e possível retirada de usinas. Alertou que existe uma preocupação com a matriz energética nacional, uma falta de previsibilidade, mudança de planos, ora se produz álcool, ora as usinas direcionam para o açúcar, dependendo do preço internacional. Ou seja, não há um planejamento com vista a um foco principal.

Outra questão colocada nas oficinas regionais é sobre a plantação de eucalipto nas proximidades do aquífero, o que pode secar a reserva de água. Perguntou se as plantações existem mesmo.

Outra questão que chamou a atenção nas oficinas foi a do javaporco, que traz muitas doenças e causa prejuízos em safras agrícolas, além de ser prejudicial às nascentes.

Ainda se observou que há uma diminuição da presença do Estado, representado pela presença da Coordenadoria de Assistência Técnica (CAT), que é de extrema importância, principalmente para os pequenos produtores.

Reforçou a questão colocada por **BB – Fipe** sobre a predominância da cana nas duas regiões, pouca terra disponível para outras plantações, a questão da falta de mão de obra qualificada, em especial na soja, além do pouco investimento por parte do governo no segmento do café, e alto custo de produção, o que prejudica os pequenos produtores.

Por fim, questionou a inatividade do Porto Seco de Pedregulho e escassez de aporte financeiro em infraestrutura e logística na região.

CG – Fipe colocou as questões citadas nas oficinas regionais como a existência ou continuidade do Projeto Melhor Caminho de melhoria das estradas rurais para escoamento da produção, bem como a redução e falta de acesso ao crédito rural, e pergunta como a secretaria está tratando essa questão.

Outro ponto discutido nas oficinas foi a produção leiteira que é muito expressiva no Vale do Paraíba, sendo a segunda maior do país, e perguntou como a questão é vista pela secretaria e se há perspectiva de inovação técnica para essa atividade.

Sobre a questão dos galináceos e da cultura do arroz plantado na várzea, perguntou se têm expressão econômica e se há incentivos para essas atividades. Além disso, quis saber como a secretaria vê e trata a questão da silvicultura em áreas de preservação permanente nessa região.

Questionou ainda como a secretaria trata a questão do apoio à agricultura familiar e a conversão da adesão ao protocolo de transição agroecológica, e sua relação com as ações do Projeto Conexão Mata Atlântica, pontos também mencionados nas oficinas da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

RN – Fipe agradeceu as colocações das coordenadoras e técnicos e disse que, tanto as questões citadas, quanto o mapa do panorama regional serão enviadas aos representantes presentes e esclareceu que o intuito da reunião é de construção conjunta de propostas que sejam factíveis sob o ponto de vista de política pública, visto que algumas questões trazidas para as oficinas podem não estar no âmbito da governabilidade do governo do estado ou do município, e que possa ser transferida efetivamente como uma conta do governo do estado.

Colocou ainda que o intuito foi apresentar aos representantes setoriais os temas citados nas oficinas para entender o que é viável em termos de propostas, pois o PDUI é um plano de diretrizes para a formulação de planos por setoriais, pelo privado ou pelo governo do estado.

Esclareceu que os participantes da reunião podiam, por exemplo, indicar caminhos, informar sobre a existência de programas específicos para determinados temas colocados, e auxiliar a equipe do PDUI na elaboração de propostas, como se fossem uma resposta de encaminhamento das demandas apresentadas.

HSC – SAA-VPLN informou que o Projeto Melhor Caminho voltou recentemente e foi lançado no dia 19 de outubro em São José do Rio Preto para o estado inteiro e que vários municípios foram contemplados e já assinaram. Quanto ao Vale do Paraíba, informa que várias prefeituras foram assinar algumas estradas que já estavam sendo destinadas a esses municípios pelo projeto.

RN – Fipe perguntou se é possível fornecer a lista desses municípios à equipe do PDUI e **HSC – SAA-VPLN** diz que fará o envio.

HSC – SAA-VPLN complementou a questão do Melhor Caminho dizendo que houve uma paralisação do projeto devido à extinção da Codasp, mas que durante esse período, houve um ranqueamento pelo município Agro (Sistema de Cidadania no Campo), semelhante ao município Verde Azul da SIMA e que os recursos foram destinados ao custeio de manutenção de estradas, de acordo com a posição dos municípios nesse ranking. Informou ainda que como está vigente até o final de 2021, há que se fazer a prestação de contas para todos os municípios.

Em relação ao crédito rural, falando especificamente do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), informa que ocorreram algumas mudanças, mas o crédito rural voltou.

Disse que a atual gestão lançou um custeio emergencial para aqueles que tiveram perdas em razão registrou do forte calor e fortes chuvas que foram registradas na região do Vale do Paraíba na época e agora estão com um FEAP mais recente de custeio emergencial AgroSP destinado a perdas devido às questões climáticas. Informou ainda que os produtores serão recebidos para verificação de enquadramento nas situações de perdas até o dia 31 de dezembro e que esse crédito rural de que fala é de recursos da secretaria.

Quanto ao crédito rural do Pronaf, eles são operados junto ao Banco do Brasil. Informou que caso a secretaria seja procurada por pronafianos, é elaborado o documento de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pelo qual produtores buscam junto aos bancos, ou são elaborados projetos, para

que possam ter crédito rural. É uma demanda constante. Diz que há outros créditos rurais que são pertinentes a outros bancos.

Sobre a pecuária leiteira, diz que a região é mais voltada a esse segmento, mas que vê uma forte tendência à pecuária de corte, devido à dificuldade de mão de obra especializada e a mão de obra que permaneça no rural trabalhando com pecuária de leite (lembra que o trabalho na pecuária leiteira é incessante, sem folgas).

Disse ainda ser uma cadeia produtiva árdua que requer trabalho diário e que em levantamento feito, constatou-se que grande parte dos trabalhadores está em idade avançada, não tem a sucessão, principalmente pequenos produtores, visto que os filhos desses produtores buscam outro tipo de trabalho. Sobre a questão dos preços, a exploração imobiliária muito forte, em especial na calha do Vale, em que tem presenciado uma expansão urbana nas grandes cidades com condomínios de casas. Cita como exemplo produtores que venderam parte [?] rendendo-se à especulação.

Já na pecuária de corte a forma de trabalho é diferente da leiteira. O produtor pode trabalhar com fases específicas, como a de cria, de recria, de engorda. Nota-se uma tendência para a atividade de corte, ou até mesmo trabalho com os dois segmentos: corte e leiteira. Por fim, afirma que no estado de São Paulo, o Vale do Paraíba ainda é a região de grande produção leiteira. Diz não saber exatamente a situação no Brasil, mas que pode consultar os dados nacionais para fornecer alguma informação a respeito do tema.

RN – Fipe disse que, em relação às duas tendências de transição comentadas por **HSC – Fipe. SAA-VPLN**, perguntou se está percebendo que a mudança envolve agregação de terra, visto que a pecuária de corte, dependendo do confinamento, pode requerer maior área de pastagem.

Disse que São Paulo não tem tradição de grandes propriedades como ocorre no norte, no nordeste e no centro-oeste do país. Há alguma perspectiva de agregação, remembramento de propriedade nessa transição para o corte, pois se é somente de engorda, exige um tipo de estrutura fundiária, porque a outra tendência mencionada é atípica da tendência de expansão urbana no Brasil desde os anos de 1970, pois a pecuária é a área de espera para a ocupação urbana imobiliária, e o que estão vivenciando é uma tradição da evolução da expansão urbana brasileira.

Questionou **HSC – SAA-VPLN** se, ao perceber essa tendência da pecuária do leite para pecuária de corte, essa perspectiva de exploração imobiliária vai retardar um pouco mais, pois a pessoa vai ganhar com preços de exportação, que é mais rentável no curto prazo do que o empreendimento imobiliário.

HSC – SAA-VPLN disse não saber ao certo, pois teria que coletar dados concretos, avaliar, para talvez conseguir dar uma resposta. Diz que percebem na pecuária de leite, sob o ponto de vista da lida diária e da mão de obra, que é pequena para os agricultores familiares que tendem fazer a migração. Uma outra questão é relativa a que muitos dizem que trabalham misto, com as duas pecuárias.

O levantamento do Lupa, por exemplo, cujos dados são oficiais [do IEA], considera cabeça de rebanho, há os de leite, os de corte e o misto. Ao considerar esses dados, percebe-se que há uma grande quantidade de gado que não é especializado [nem é de leite, nem de corte].

Chamou atenção para a questão fundiária que disse ser complexa na região já que existe muita irregularidade fundiária, mas que não sabe precisar se de fato houve compra de mais terras para trabalhar com gado de corte. Atribuiu a migração mais pela dificuldade em trabalhar com a pecuária leiteira, e reforçou ser uma percepção pessoal, de observação. Disse ainda ser interessante colocar a pergunta sobre essa questão para os municípios da região.

Sobre a questão da produção do arroz na várzea, colocou que em um momento de alta da soja, muitos produtores saíram do arroz para a soja e que há uma tendência em algumas partes da várzea de intercalar culturas na entressafra do arroz.

Disse que tiveram uma experiência com o IAC de trabalhar com feijão também, há ainda o milho e soja. Colocou que a questão depende também de preço e que em alguns casos o produtor parou com o arroz para trabalhar com outros grãos. No caso da região de Guaratinguetá, disse que a cultura do arroz é mais permanente.

Já nas regiões de Caçapava, Tremembé e Pindamonhangaba houve uma redução significativa da produção do arroz nos últimos anos. Explicou que de dois, três anos para cá, houve a ocorrência da 'cigarrinha', praga que acomete o arroz e que tem sido de difícil combate, mas que os Institutos de Pesquisa, a CAT e empresas privadas têm trabalhado para resolver a questão.

CG – Fipe perguntou se a produção do arroz nas várzeas ainda é expressiva no país, ao que **HSC – SAA-VPLN** responde que não sabe dizer sobre o país, mas que de São Paulo sim, é expressiva, perdendo somente para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

HSC – SAA-VPLN sobre a questão da silvicultura na região, coloca a empresa Suzano que adquiriu a Fibria, se expandiu e agora envolve outros estados e outras regiões do estado de São Paulo. Diz que a silvicultura não mudou, as propriedades são as mesmas, não teve grandes alterações e que, ou já são da [Fibria] Suzano, ou são arrendamentos feitos por pessoas, que praticamente são as mesmas.

Disse ainda que nos ativos ambientais da região – Serra do Mar e Serra da Mantiqueira – existe uma série de ações que visam a preservação, como por exemplo, nas regiões de São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra e Redenção da Serra há diversos projetos do Microbacias I e II e o Projeto Conexão Mata Atlântica.

CG – Fipe perguntou se os serviços ambientais (PSA) são relevantes, se estão sendo trabalhados e como se dá a questão.

HSC – SAA-VPLN disse que a Lei Federal do PSA foi instituída há pouco tempo. Sobre o Mata Atlântica, diz que o projeto tem um fim. Citou como exemplo Extrema, que só conseguiu manter

o PSA. Só se consegue manter um PSA se tiver fonte de recursos, pois para um projeto há limites como, por exemplo, destinar uma porcentagem do valor da água, ou de determinado imposto para quem faz a preservação. Disse entender que se não gerar um caixa, não há como manter um PSA.

RN – Fipe observou que nas oficinas regionais ou audiências públicas as pessoas tendem a olhar somente para sua reivindicação e que sobre a silvicultura chegar nas APPS, pensa ser um discurso, pois como foi colocado por **HSC – SAA-VPLN**, de que não há grandes alterações dos produtores que fazem fomento, desde a Fibria, até sua sucessão via Suzano, sendo estas empresas exportadoras que necessitam de certificação ambiental do que produz, a questão deve ser avaliada, pois, se não houve grande alteração desses proprietários que plantam eucalipto para as fábricas que fazem fomento, tampouco aumento de área, que o corte se dá em menor tempo.

Estes fatores podem dar a impressão de que esse aumento da produtividade é devido à expansão de área, quando na realidade pode não ter sido.

HSC – SAA-VPLN complementou dizendo que existe um comentário das próprias pessoas envolvidas de que o eucalipto não tem sido tão interessante financeiramente. Disse que é uma realidade a se pensar, pois já ocorre há um tempo, pois a Fibria já tinha as fazendas que em grande parte eram próprias.

Ponderou ainda que existem várias fazendas em São José dos Campos, Caçapava e que sabem quais são essas fazendas. Disse que pode coletar dados mais concretos no último Lupa para comprovar se houve diferença.

CG – Fipe perguntou a **HSC – SAA-VPLN** sobre as compras públicas, PNAE, PPAI.

HSC – SAA-VPLN colocou que desde 2020 a secretaria vem se organizando para trabalhar com o PAA doação simultânea, um programa de aquisição de alimentos e que acabaram de executar no mês de novembro de 2021. Disse que o programa englobou sete municípios da região, explica que é uma ação, um repasse que vem do Ministério da Cidadania, assinado pela secretaria, e que esse recurso é depositado diretamente na conta do produtor: é do governo federal direto para o produtor e a secretaria só executa os procedimentos.

Disse ainda que os alimentos foram destinados a famílias vulneráveis, e que esses sete municípios, de acordo com levantamento no Ministério da Cidadania, são os que têm maior número de famílias vulneráveis, e cuja identificação para destinação do recurso foi feita pelo CRAS ou CREAS de cada município.

Esclareceu que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é vinculado à Educação em que as escolas devem estar cadastradas junto ao programa, no censo do FINEP, salvo engano. Informou ainda que está ocorrendo uma retomada do PNAE no formato anterior, pois como no período da pandemia as escolas estavam fechadas, não havia como entregar os alimentos, e que por este motivo a secretaria pensou em fazer o PAA para que os produtores destinassem os produtos mais frescos para alimentação dos vulneráveis.

Colocou ainda que experiências exitosas junto às prefeituras dependem da execução das prefeituras e que o trabalho da secretaria é mais ligado ao produtor até o momento em que ele consiga entender como pode entregar o produto. Informou que as prefeituras abrem os editais, e que pela lei federal, 30% dos produtos devem ser adquiridos da agricultura familiar, ou seja, aquele que tem DAP.

Disse ainda que grande parte dos municípios não consegue atingir os 30% ao passo que há municípios que atingem até mais que esse percentual. Colocou que o governo federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a secretaria têm participado de diversas ações, eventos e reuniões como o evento da Suzano, o IDR de Mogi Guaçu, em que estão tentando entender para ajudar, pois a Suzano tem uma equipe de sustentabilidade que trabalha com associações ou cooperativas de produtores – não trabalham com produtor individual – para tentar apoiar essas ações.

Falou sobre o projeto Colmeia da Suzano voltado aos apicultores para que possam colocar suas caixas de abelhas nas fazendas silvicultoras que se tornam pasto apícola e que a secretaria trabalha em conjunto para prover acesso aos apicultores.

CG – Fipe perguntou se a secretaria está trabalhando com o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS).

HSC – SAA-VPLN colocou que o PPAIS continua e explica que o produtor que tenha o enquadramento parecido com a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) pode pedir a emissão da Decomp, documento que permite ao produtor vender para o PPAIS, mas a aquisição se dá por instituições públicas, diferente do que é o PNAE.

Disse também que são programas diferentes que mudam o foco de por quem o alimento é comprado de fato e por quem ele é distribuído. Complementou afirmando a maior ação que aconteceu neste último ano foi a do PAA de doação simultânea e acredita que permanecerá na secretaria porque pega os dois lados: o produtor e os vulneráveis carentes de alimentação.

RN – Fipe agradeceu as colocações de **HSC – SAA-VPLN** e passou a palavra para **A – SAA-RP** e **CHPS – SAA-RP** para que pudessem falar sobre Franca e Ribeirão Preto.

CHPS – SAA-RP cumprimentou a todos e disse estar com **GNJ – SAA-Franca**, representante de Franca. Complementou a fala de **HSC – SAA-VPLN** sobre a sucessão familiar e destacou que para a região essa questão é um problema já que existe um número razoável de pequenos produtores em assentamentos federais e estaduais – e fora de assentamentos também – além do crescimento de arrendantes para as usinas ou grandes fornecedores.

Colocou a necessidade de uma política pública para a questão da sucessão familiar que traga ou mantenha o jovem na propriedade rural. Acredita que com isso consigam melhorar a distribuição de renda e, também, a diminuição da concentração de produtores. Para tanto, disse ser preciso trabalhar com inovações e tecnologia, levar novamente a presença da assistência técnica da CAT

para o produtor rural, aspecto que ficou prejudicado tanto pela pandemia quanto pela diminuição do quadro de funcionários.

Sobre a questão dos ventos fortes e da poeira, disse acreditar que não seja um problema recorrente, uma vez que na colheita da cana, por ser mecanizada, a palha permanece no solo. Atribuiu o fenômeno à queimada que retirou a cobertura vegetal, tanto de reservas florestais, quanto da cana-de-açúcar e de outras culturas.

Sobre as queimadas, informa que a secretaria fez um trabalho de publicidade orientador e preventivo, além de um programa de distribuição de equipamentos, e caminhões-pipa para auxiliar na ocorrência de uma queimada, e uma caminhonete que percorre a área rural para prover segurança e combate a incêndios pequenos.

Afirmou ainda que o grande déficit hídrico, somado a uma geadada, propiciou essas grandes queimadas e acredita que essas queimadas foram provenientes de ações intencionais.

Reforçou não acreditar que a questão dos ventos e poeira sejam problemas recorrentes, mas em relação às queimadas sim, e, por isso, devem continuar trabalhando, inclusive na segurança pública. Entende que deva existir uma política pública forte envolvendo empresas, usinas, produtores rurais e sindicatos rurais que seja voltada para a prevenção dessas ocorrências.

RN – Fipe pediu que **CHPS – SAA-RP** elucidasse a questão de queimadas intencionais.

CHPS – SAA-RP explicou que ao visitar a Usina São Martinho teve reuniões com o Corpo de Bombeiros, e nos municípios, houve relatos de que pessoas colocaram fogo nas lavouras ou na vegetação nativa. Disse que o relato é do prefeito de Santa Cruz da Esperança, do Corpo de Bombeiros e da usina.

Disse que as causas dessa ação podem ser atribuídas a alta taxa de desemprego devido à pandemia, ou alguma pessoa que tenha sido demitida da usina.

Sobre a realocação da produção agrícola ou pecuária, diz não ver essa questão na região, mas tem presenciado a entrada de soja e amendoim no momento de replantio da cana-de-açúcar. Informou ainda que houve aumento da pecuária de corte devido aos preços da arroba, mas nada muito expressivo.

Em relação à recomposição florestal e reservas legais explicou que a região não tem ativos como no Vale do Paraíba. Disse terem passivo, que não é grande, e pela análise do CAR estão analisando e autorizando as recomposições florestais. Afirmou ser esta uma grande oportunidade, não só para extensão rural, mas para auxiliar o produtor rural na renda, seja como agregação de valor, seja na exploração dessas reservas legais.

Afirmou ser importante que a secretaria e o estado deem apoio, como vem dando na análise do CAR, para que façam disso uma extensão rural, que pode ser um PSA ou exploração da reserva legal em si.

Sobre a questão da recarga do aquífero Guarani, disse entender que a APP é muito importante, mas que não é ela que faz a recarga do aquífero. “Essa recarga é feita nos 80% da área de produção agrícola ou pecuária, que absorve a água, leva para o lençol freático, abastece o aquífero, as nascentes e os rios”, explicou.

Acrescentou ainda que na bacia do Pardo, por exemplo, foram feitos alguns trabalhos no município de Cajuru, que tem problemas de abastecimento de água, a captação do município é de água superficial, e o local de abastecimento está com acúmulo de terra proveniente de áreas de produção.

Disse que foi feita uma proposta ao Ministério Público e ao Comitê da Bacia do Pardo de fazer um trabalho nas APPs, nas reservas legais e um trabalho de conservação de solo e água nas áreas de produção, nos corretores e nas estradas rurais, que é de onde vem o problema de assoreamento.

Citou o trabalho da Cetesb com vinhaça e que vê muito pouco o problema de excesso de vinhaça na região, pois as usinas respeitam os limites. Em relação aos agrotóxicos, diz que em alguns lugares existe um excesso no uso, sem respeito às boas práticas agrícolas e entende que a questão deve ser reforçada por assistência técnica rural e fiscalização.

Colocou que existem aplicações aéreas que prejudicam a apicultura, a reserva legal, a flora e a fauna, sendo necessário encontrar um meio termo, pois o uso do agrotóxico é inevitável. Considerou ainda que apesar de haver na região grandes áreas produtoras de cana-de-açúcar orgânica, não conseguiram estender a prática a todos os produtores, pois existe um mercado a ser atendido.

Sobre a questão da oscilação de mercado relativa ao açúcar e álcool, destacou que o fato existe, mas que as empresas estão para ganhar dinheiro. “Quanto a pegada de carbono, a cana-de-açúcar tem uma pegada muito boa, e não há o que contestar”, afirmou.

Já para atender ao mercado de etanol, explicou que existem alternativas, como a produção de etanol de milho, que está sendo estudado por algumas usinas e que já foi implementado no centro-oeste e que talvez dê um pouco mais de estabilidade para o mercado.

Ressaltou que o etanol de milho é um produto de melhor qualidade, mas que quanto ao problema de mercado não consegue enxergar soluções e que se realmente o etanol entrar como matriz mundial, sem dúvida, haverá uma mudança na forma e nas regiões produtoras.

Sobre o eucalipto, informou que a região possui. A cana-de-açúcar é a primeira cultura, na sequência vem a pastagem e depois o eucalipto, e que não vê a questão relativa a impactos sobre o aquífero Guarani.

Sobre o javaporco, disse ser um problema principalmente para os pequenos produtores, que a secretaria está definindo uma política pública, mas que na região não vê grandes problemas.

Sobre a questão de mão de obra, disse que o assunto foi comentado anteriormente, ao falar sobre a sucessão familiar.

No tópico crédito rural informou que a secretaria está trabalhando outras linhas do Feap, e que provavelmente as linhas de investimento serão reativadas.

Em relação à questão comentada pelo **HSC – SAA-VPLN**, coloca que na região existe uma pressão imobiliária muito grande, mas que as áreas de pressão já estão nas mãos de grandes [?]. Exemplifica dizendo que a pessoa vende em uma região, compra em outra, mas que esse fato não afeta a produção da região.

Diz ainda que vai encaminhar a relação dos municípios que aderiram ao Melhor Caminho.

BB – Fipe ao falar sobre a cafeicultura, disse que nos últimos anos parece que aconteceram algumas iniciativas, principalmente de associações de produtores para aumentar o valor agregado de produtos por meio de cafés especiais, cafés da Alto Mogiana e perguntou se **CHPS – SAA-RP** tem alguma informação sobre a questão.

CHPS – SAA-RP disse que vai passar a questão para **GNJ – SAA-Franca** que, além de ser especialista em café, trabalha com a cafeicultura do estado todo. Disse que em Ribeirão Preto uma houve uma proposta de agregação nos últimos redutos do café, Cássia dos Coqueiros, Brodowsky e Cajuru, contudo não tiveram grande sucesso devido à desorganização da entidade, mas tiveram a iniciativa, existem os bens, e que há uma tentativa de retomada para que consigam melhor qualidade do produto final.

FC – Fipe pontuou a questão em que **CHPS – SAA-RP** concorda que houve uma diminuição da assistência técnica [aos produtores] que não vê melhora no curto prazo e perguntou como a equipe do PDUI pode encaminhar essa questão.

CHPS – SAA-RP colocou que o estado deve participar, precisa melhorar, mas que [o estado] sozinho não consegue... diz que há que se pensar como fortalecer a secretaria nessa questão da assistência técnica rural utilizando outros mecanismos, seja em parcerias com cooperativas, seja com iniciativa privada, dentre outras.

Citou como exemplo o trabalho de inovação no campo com a utilização de drones para a pulverização em que a assistência técnica do estado está completamente defasada. Relacionou a inovação com a questão da sucessão familiar e colocou o exemplo do filho do produtor que vê nas tecnologias e inovações – que gerem renda – motivo para sua permanência no campo.

Disse que esse jovem não quer uma agricultura defasada, e para tanto, a secretaria deve ter um corpo maior, mas não pode abrir mão de parcerias, pois não conseguirá suprir todas as demandas.

GNJ – SAA-Franca cumprimentou a todos e em resposta à questão de **BB – Fipe** disse existir a Associação de Produtores de Cafés Especiais que evoluem a cada ano. Informou que todos os

anos acontecem concursos de qualidade com a finalidade de premiar os cafés de qualidade. Falou sobre a evolução do segmento e da crescente demanda por um café de qualidade.

BB – Fipe perguntou sobre o impacto na manutenção dessas lavouras já que sofrem pressão, tanto imobiliária como da expansão das áreas de outras culturas e da sucessão familiar no que diz respeito à atração do jovem e de outras pessoas no campo.

GNJ – SAA-Franca disse que de alguns anos para cá, o café está aumentando na região de Franca e estão retomando áreas anteriormente arrendadas para a cana. Por outro lado, apontou que a questão da sucessão familiar é preocupante já que os produtores estão ficando mais velhos e os jovens não querem ficar na cultura.

Explicou que em algumas famílias tradicionais, os jovens estão se mantendo, mas que no geral, não querem permanecer [na lavoura]. Disse ser necessário um trabalho de atração para que o jovem dê continuidade à sucessão e que o problema foi tema de muitas palestras. Colocou que na cultura do café existe a sucessão, mas que na pecuária de leite isso não ocorre.

Afirmou ainda que a região já foi uma grande bacia leiteira, que diminuiu significativamente, e que está concentrando em propriedades maiores, que os pequenos produtores estão arrendando as terras para a cana, justamente porque os filhos não querem dar continuidade ao trabalho e que os produtores mais velhos estão saindo devido à baixa remuneração, pois a produção do leite tem alto custo, não provê remuneração adequada, devido a defasagem do preço do leite.

Sobre a questão do fenômeno dos ventos e poeira, disse que o problema se agravou devido à longa estiagem desde 2020 e da ocorrência de duas geadas. Colocou ainda que esses fatores causaram a queima de uma área de café, muitas áreas de cana que já tinham sido cortadas, além das queimadas na região de Restinga, Batatais, Patrocínio Paulista, em que grandes áreas de cana e pastos foram prejudicadas.

Colocou como exemplo de impacto desse longo período de estiagem o município de Franca, cuja captação de água é feita de um rio pequeno, que está sempre no limite. O município teve racionamento de água, mas que com as chuvas recentes voltou a normalidade.

CHPS – SAA-RP ao se referir à questão de agregação de valor, disse entender que para o pequeno produtor da região, o tema deve ser trabalhado, seja em diversificação de culturas, seja no próprio produto. Citou como exemplo, a produção de uma uva de mesa, que é um produto com valor agregado.

Disse que têm visto no estado, pelo microbacias, que o problema de gestão é muito grande, e como colocado por **BB – Fipe**, existem diversas iniciativas de agregação de valor, não só no café, que deram errado, ou que estão patinando devido à gestão. Esses pequenos produtores e essas pequenas entidades não têm gestão eficiente, seja porque tem que ser produtor, estar na roça, seja porque não tem a informação, ou não tem renda para contratação de um gestor.

Colocou que, pensando na sucessão familiar, a questão é importantíssima, pois a pessoa que vem a auxiliar na gestão, deve ter a cabeça aberta para uma gestão profissional, pois um alqueire de terra vale muito dinheiro, é uma empresa a céu aberto e tem diversas dificuldades.

Disse ainda que para o pequeno produtor a agregação de valor é uma das saídas que deve ser trabalhada, mas não nos moldes da política pública feita no Microbacias. Contudo, o programa deve existir, mas necessita preparação para o produtor. Mencionou que estão trabalhando junto a algumas prefeituras para que se tenha um local de gestão municipal em que os produtores entreguem um alimento para a merenda escolar minimamente processado, de modo a suprir a falta da merendeira, que tenha um diferencial e que o produtor seja melhor remunerado.

A secretaria assumiu a capacitação, tanto o produtor no local de beneficiamento, como as equipes da prefeitura para que tenham um produto de qualidade, já que inexistente legislação específica para o minimamente processado. Explicou que este foi o trabalho mencionado por **HSC – SAA-VPLN** em que fizeram um evento em conjunto a fim de trazer a experiência daquela região para que essa agregação de valor do produtor, seja ele associado ou não, grupo formal ou não, tenha um produto de qualidade.

RN – Fipe mencionou que esteve por um período na diretoria do Seade e que, a pedido da Secretaria de Planejamento, fez avaliação de alguns programas do governo, dentre eles o do Microbacias e que, salvo engano, o programa de Microbacias de Ribeirão Preto era bem avaliado e os demais tinham vários problemas, como esses de sucessão e de gestão. “Havia uma gestão de cooperativa que funcionava melhor do que de outras regiões onde o programa não foi muito bem”, disse.

Colocou ainda que com a avaliação de impacto o programa seria redesenhado a fim de torná-lo mais eficiente e mais efetivo para o produtor. Disse também que a capacitação do produtor para agregação de valor do produto colocada por **CHPS – SAA-RP** é relevante e que é possível ser reforçada pelo PDU.

CHPS – SAA-RP colocou que a cooperativa citada por **RN – Fipe** – a Cooperares – fez um programa PAA de aquisição direto do produtor, apresentou um projeto ao Ministério de 250 mil reais por dois anos, foi contemplado, e a própria Cooperares foi a responsável pela gestão, e que por este motivo foi contemplado pelo Microbacias. “Contudo, a gestão não deu certo devido ao engessamento na aprovação pela vigilância sanitária no que diz respeito à questão da água, que é imprópria para uso”, disse.

Completo que não conseguiram que aceitassem uma água tratada e que seria necessário um outro acesso à água por perfuração de um poço, o que seria inviável pelo fato do local ser recarga do Aquífero Guarani.

SM – Fipe colocou que apesar da impossibilidade de representantes de Jundiá e Piracicaba participarem da reunião, muitas das considerações colocadas têm a ver com o que gostariam de saber, como por exemplo, o Programa Melhor Caminho, a questão da sucessão familiar, que é muito importante, e a questão citada por **RN – Fipe** sobre a avaliação do Seade, além de outras questões

colocadas sobre a necessidade de apoio da secretaria, seja na formação, na capacitação desses pequenos agricultores com relação à gestão objetivando a agregação de valor à produção.

Disse que conhecer a experiência de outros países em que existe a sucessão, pois os filhos que saem para estudo, ao regressarem ao ambiente rural, propõem novas formas de trabalho objetivando a agregação de valor, seja na produção leiteira, na produção de queijo ou da fruta, por exemplo.

Disse ainda que os pequenos produtores rurais não têm condições de dar este salto sozinhos. Daí a importância dos programas de apoio e de capacitação. “Piracicaba e Jundiá são um pouco diferentes, têm o agronegócio, a tecnologia no campo, que gostaria de discutir”, afirmou. Agradeceu aos representantes presentes, pois muitas das questões colocadas servem para o estado como um todo.

RN – Fipe encerrou a reunião agradecendo aos colegas da Secretaria de Agricultura e dizendo que, a partir das questões que foram esclarecidas, aquelas que são passíveis de quantificação, serão enviadas por e-mail aos representantes para que possam agregar dados que embasem as proposições do PDUI.

Equipe Técnica

Coordenador Geral – Andrea Sandro Calabi
Coordenadora Adjunta – Marta Dora Grostein
Coordenadora Técnica – Rovena Negreiros
Coordenador Institucional – Marcos Campagnone

Equipes das Unidades Regionais

AU de Franca

Fabiana Coelho
Fernanda de Cássia Costa – coordenadora
Herlan Alcântara

RM de Jundiaí e RM de Piracicaba

Leticia Roberta
Mariana Yamamoto
Sandra Brandão
Sarah M Monteiro dos Santos – coordenadora

RM de Ribeirão Preto

Braulio Bracero
Claudia Helena Leite – coordenadora
Felipe Dutra Dias
Ivana Araújo

RM Vale do Paraíba Litoral Norte

Cynthia Gonçalves
Daniel Andrade
Helena Grundig
Zoraide Amarante Itapura de Miranda –
coordenadora

Coordenadores de Bloco

Bloco 1 – Organização da base de dados e cartografia

Bruno Oliva
Roberta Fontan

Bloco 2 – Ordenamento Territorial

Marta Dora Grostein

Bloco 3 – Panorama Regional

Maria Lucia Camargo

Bloco 4 – Diagnóstico

Marlon Longo

Bloco 5 – Processo Participativo

Luciana Souza Damasceno Casa

Bloco 8 – Comunicação Social

Margareth Cunha Lemos

Equipe Processo Participativo

Elsa Maglio
Geni Toffoli
Mauricio Hoffman

Equipe Comunicação Social

Andre Cury
Sueli dos Santos

Edição gráfica

Carlos Guena
Enzo Luis Nico Neto
Guen Yokoyama – responsável

Advogada – Ana Lucia Carvalho

Consultores

Camila Maleronka
Francisco Vidal Luna
Regina Prospero Meyer

Estagiárias

Ana Flavia Vicentini Benfica (AUF)
Carolina Abdalla Braga (RMP/RMJ)
Melissa da Silva Oliveira (RMVPLN)
Sarah Helena Caetano Rolindo (RMRP)

Secretária – Rosângela Monteiro